

UNIVERSIDADE REGIONAL INTEGRADA DO ALTO URUGUAI E DAS MISSÕES
PRÓ-REITORIA DE ENSINO, PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO
CÂMPUS DE ERECHIM
DEPARTAMENTO DE CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS
CURSO DE DIREITO

YURI DELLA COSTA

**O PAPEL DO MOVIMENTO TRADICIONALISTA GAÚCHO – MTG NO AUXÍLIO
DO ESTADO, COMO INSTRUMENTO SOCIAL GARANTIDOR DE AMPARO E
INCLUSÃO A IDOSOS, CRIANÇAS E ADOLESCENTES**

ERECHIM

2023

YURI DELLA COSTA

**O PAPEL DO MOVIMENTO TRADICIONALISTA GAÚCHO – MTG NO AUXÍLIO
DO ESTADO, COMO INSTRUMENTO SOCIAL GARANTIDOR DE AMPARO E
INCLUSÃO A IDOSOS, CRIANÇAS E ADOLESCENTES**

Trabalho apresentado ao Curso de Direito do Departamento de Ciências Sociais Aplicadas da Universidade Regional Integrada do Alto Uruguai e das Missões - URI, Câmpus de Erechim/RS, como requisito parcial para obtenção do título de Bacharel em Direito.

Orientadora: Professora Ma. Andréa Mignoni.

ERECHIM

2023

YURI DELLA COSTA

**O PAPEL DO MOVIMENTO TRADICIONALISTA GAÚCHO – MTG NO AUXÍLIO
DO ESTADO, COMO INSTRUMENTO SOCIAL GARANTIDOR DE AMPARO E
INCLUSÃO A IDOSOS, CRIANÇAS E ADOLESCENTES**

Trabalho apresentado ao Curso de Direito do Departamento
de Ciências Sociais Aplicadas da Universidade Regional
Integrada do Alto Uruguai e das Missões - URI, Câmpus de
Erechim/RS, como requisito parcial para obtenção do título
de Bacharel em Direito.

Erechim/RS, XX de XXXX de XXXX.

BANCA EXAMINADORA

Professora Ma. Andréa Mignoni
Universidade Regional Integrada do Alto Uruguai e das Missões - URI, Câmpus de
Erechim/RS

(nome, titulação e instituição a que pertence)

(nome, titulação e instituição a que pertence)

Dedico este trabalho às incontáveis pessoas que compartilharam das suas histórias e vivências para que as minhas fossem moldadas, que me auxiliaram durante toda minha trajetória e a fim de propagar o conhecimento adquirido durante a jornada pessoal e acadêmica, dedico este trabalho a todos aqueles a quem essa pesquisa possa ajudar de alguma forma.

AGRADECIMENTOS

Aos meus queridos pais, Cleci Fátima Zanella e Getúlio Luiz Della Costa, por me possibilitarem chegar neste momento tão significativo da minha jornada acadêmica, minha profunda gratidão. Pilares e alicerces do meu conhecimento, que desde o princípio sustentam a minha busca pelo crescimento pessoal e profissional. Por todos os recursos financeiros e humanos investidos, e por estarem ao meu lado em todos os momentos, me possibilitando enfrentar e obter êxito em toda e qualquer intempérie da vida.

Ao meu amor, Maria Luiza Berdian, cuja presença foi intransponível, a qual foi incansável em me manter sólido e determinado em meus objetivos ao me lembrar todos os dias que eu sou capaz. Por sua paciência, cumplicidade e apoio emocional em momentos de dificuldade. Por estar ao meu lado em cada vitória e derrota. Por acompanhar meus passos, e muitas vezes me mostrar o caminho, tornando-o indubitavelmente mais simples. Que a nossa jornada seja marcada por infinitas realizações.

À minha formidável orientadora, a qual não mediu esforços para que o presente trabalho chegasse ao seu epílogo. Por todo o teu entusiasmo ao me orientar, onde foste notavelmente influente e inspiradora. Pela felicidade expressada quanto a minha pessoa e ao tema por nós escolhido. Sua confiança em mim foi um motor que impulsionou minha motivação. Pela disponibilidade e prontidão em compartilhar seu conhecimento, a qual demonstra seu compromisso inabalável com o meu sucesso.

Este TCC é uma conquista de todos nós, e a parte que a mim foi incumbida, compartilho agora com vocês. Sei que cada página escrita, cada pesquisa realizada e cada desafio superado é também uma celebração da confiança que depositaram em mim desde o início. Que esta jornada acadêmica seja apenas o começo de uma longa história de conquistas e aprendizado. Que este TCC seja um testemunho do meu compromisso em honrar o legado que vocês construíram para mim. A vitória é nossa, e eu dedico este trabalho a vocês com todo o meu coração.

Com toda a minha gratidão e emoção, meu muito obrigado!

“Não se acovarda quem conserva positivos entusiasmos pelas coisas da sua terra; Não se apequena quem dentro do pago olha para trás para alargar a sua visão com quadros lendários de titãs; Não vale menos quem através das centenas de hipocrisias com que nos movemos na incessante luta dos homens, sabe guardar intacta uma jovialidade sempre viva para fortalecer com ela a histórias dos seus antepassados.”

Elias Regules.

RESUMO

O tema “O papel do Movimento Tradicionalista Gaúcho – MTG no auxílio do Estado, como instrumento social garantidor de amparo e inclusão a idosos, crianças e adolescentes” é de incontestável relevância social e se mostra necessário ao observarmos a enorme lacuna existente quando comparamos o papel do MTG com seu auxílio social para com o Estado na resolução dos seus problemas fundamentais e a real efetividade dos programas governamentais que possuem a mesma finalidade. Ademais, a exploração limitada e o conhecimento ínfimo deste tema por grande parte da sociedade, abriu portas para a viabilidade de elaborar um projeto de pesquisa com ênfase na disseminação do conhecimento sobre este assunto. No âmbito jurídico, os projetos sociais e ações promovidas pelo MTG por meio de seus integrantes voluntários, vem ao encontro do Art. 1º da Carta de Princípios deste movimento, sendo uma forma excepcionalmente efetiva de se fazer cumprir as legislações vigentes sobre o assunto, presentes no Art. 5º da nossa Carta Magna, no Estatuto do Idoso, no Estatuto da Criança e do Adolescente, de maneira extrajudicial e fornecendo o amparo social necessário que é sabidamente precário por conta do Estado. Outrossim, o abandono afetivo, a invisibilidade e o desamparo social de idosos, crianças e adolescentes é um problema presente no cotidiano de nossa sociedade, contudo, antagônico ao encontrado dentro dos Centros de Tradições Gaúchas. Deste modo, o presente projeto, visa exprimir a importância do MTG, de modo que a sociedade identifique tais problemas de caráter urgente e, adjunto do Estado, se utilize de políticas públicas e de iniciativas sociais integradoras da tão rica e farta cultura e tradição deste Estado para atingirmos a erradicação de problemas sociais desta natureza. Além destas lacunas e problemáticas que geraram a oportunidade do projeto, existe a motivação pessoal do autor, integrante e atuante no Movimento Tradicionalista Gaúcho – MTG, ao longo dos últimos 20 (vinte) anos, enquanto ocupante de cargos de representatividade no tradicionalismo, promotor de eventos e ações sociais, que ainda se perpetuam, e admirador incontestável de todo o rico material cultural e social enraizado na história Rio-Grandense, o qual se faz de extrema relevância social para o combate do abandono afetivo, da invisibilidade, e do desamparo social de idosos, crianças e adolescentes.

Palavras Chave: Cultura. Tradicionalismo. Amparo Social. Inclusão. Problemáticas Socioculturais.

ABSTRACT

The theme “The role of the Gaúcho Traditionalist Movement – MTG in aiding the State, as a social instrument guaranteeing support and inclusion for the elderly, children and adolescents” is of undeniable social relevance and proves necessary when observing the enormous gap that exists when comparing the role of MTG with its social assistance to the State in resolving its fundamental problems and the real effectiveness of government programs that have the same purpose. Furthermore, the limited exploration and minimal knowledge of this topic by a large part of society opened doors to the feasibility of developing a research project with an emphasis on disseminating knowledge on this subject. In the legal sphere, the social projects and actions promoted by MTG through its volunteer members comply with Article 1 of the Charter of Principles of this movement, being an exceptionally effective way of enforcing current legislation on the subject, present in Article 5 of our Magna Carta, in the Statute of the Elderly, in the Statute of Children and Adolescents, in an extrajudicial manner and providing the necessary social support that is known to be precarious on account of the State. Furthermore, the emotional abandonment, invisibility and social helplessness of the elderly, children and adolescents is a problem present in the daily life of our society, however, antagonistic to that found within the Gaúcha Traditions Centers. In this way, this project aims to express the importance of MTG, so that society identifies such urgent problems and, alongside the State, makes use of public policies and social initiatives that integrate the rich and abundant culture and tradition of this region. State to achieve the eradication of social problems of this nature. In addition to these gaps and problems that generated the opportunity for the project, there is the personal motivation of the author, member and active in the Gaúcho Traditionalist Movement – MTG, over the last 20 (twenty) years, as he holds representative positions in traditionalism, promoter of events and social actions, which are still perpetuated, and an undeniable admirer of all the rich cultural and social material rooted in the history of Rio Grande do Sul, which is extremely socially relevant for combating emotional abandonment, invisibility, and social helplessness elderly, children and adolescents.

Keywords: Culture. Traditionalism. Social Support. Inclusion. Sociocultural Problems.

LISTA DE FIGURAS

FIGURA 1: Frequência dos comportamentos externalizantes, internalizantes e outros.	33
FIGURA 2: Frequência semanal que o idoso sai de casa.....	39
FIGURA 3: Dificuldades encontradas ao sair de casa	41
FIGURA 4: Percepção dos locais públicos frequentados.....	42
FIGURA 5 - Sarau Departamento Jovem MTG.....	71
FIGURA 6 - Estudo da Cultura Gaúcha nas Escolas	76
FIGURA 7 - Pergunta nº 4 - Resposta 1.....	90
FIGURA 8 - Pergunta nº 4 - Resposta 2.....	90
FIGURA 9 - Pergunta nº 4 - Resposta 3.....	90
FIGURA 10 - Pergunta nº 6 - Resposta 1.....	93
FIGURA 11 - Pergunta nº 6 - Resposta 2.....	94
FIGURA 12 - Pergunta nº 11 - Resposta 1.....	94
FIGURA 13 - Pergunta nº 11 - Resposta 2.....	94
FIGURA 14 - Pergunta nº 11 - Resposta 3.....	95
FIGURA 15 - Descrição do evento "Mostra de Cultura Gaúcha e das Etnias".....	115
FIGURA 16 - Fotos do Evento "Mostra de Cultura Gaúcha e das Etnias"	116
FIGURA 17 - Descrição do Evento "Seminário Cultural: As Festividades Gaúchas e a União de Gerações"	117
FIGURA 18 - Fotos do Evento "Seminário Cultural: As Festividades Gaúchas e a União de Gerações"	118
FIGURA 19 - Descrição do Evento "XXIX Tchencontro Estadual da Juventude Gaúcha" ...	119
FIGURA 20 - Fotos do Evento "XXIX Tchencontro Estadual da Juventude Gaúcha"	120
FIGURA 21 - Descrição do Evento "68º Congresso Tradicionalista Gaúcho"	121
FIGURA 22 - Fotos do Evento "68º Congresso Tradicionalista Gaúcho"	122
FIGURA 23 - Descrição do Evento "A importância do Departamento Cultural como forma de Voluntariado nos Núcleos Tradicionalistas"	123
FIGURA 24 - "A importância do Departamento Cultural como forma de Voluntariado nos Núcleos Tradicionalistas"	124
FIGURA 25 - Fotos do Evento "A importância do Departamento Cultural como forma de Voluntariado nos Núcleos Tradicionalistas"	125
FIGURA 26 - Atestado Comprobatório "A importância do Departamento Cultural como forma de Voluntariado nos Núcleos Tradicionalistas"	126

FIGURA 27 - Descrição do Evento "Ação Social Arrecadação de Materiais Escolares"	127
FIGURA 28 - Fotos do Evento "Ação Social Arrecadação de Materiais Escolares"	128
FIGURA 29 - Fotos da Entrega das Doações "Ação Social Arrecadação de Materiais Escolares"	129
FIGURA 30 - Atestado Comprobatório "Ação Social Arrecadação de Materiais Escolares"	130
FIGURA 31 - Atestado Comprobatório "Ação Social Arrecadação de Materiais Escolares"	131
FIGURA 32 - Divulgação "Ação Social Arrecadação de Materiais Escolares"	132
FIGURA 33 - Descrição do Evento "A Influência do Tropeirismo na Evolução Socioeconômica do Rio Grande do Sul"	133
FIGURA 34 - Fotos do Evento "A Influência do Tropeirismo na Evolução Socioeconômica do Rio Grande do Sul"	134
FIGURA 35 - Fotos do Evento "A Influência do Tropeirismo na Evolução Socioeconômica do Rio Grande do Sul"	135
FIGURA 36 - Atestado Comprobatório Evento "A Influência do Tropeirismo na Evolução Socioeconômica do Rio Grande do Sul"	136

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 - Frequência Semanal ao CTG.....	85
Tabela 2 - Nível de Segurança nos Núcleos Tradicionalistas	86
Tabela 3 - Nível de Comunicação e Interação Social entre os Frequentadores dos Núcleos Tradicionalistas.....	86
Tabela 4 - Nível de Comunicação e Integração entre as Diferentes Gerações Frequentadoras dos Núcleos Tradicionalistas	87
Tabela 5 - Limpeza e Conservação do CTG em que são Habitados a Frequentarem	88
Tabela 6 - Respeito entre os Frequentadores dos Núcleos Tradicionalistas	89
Tabela 7 - Grau de Respeito das Novas Gerações para com os Adultos, Idosos e Longevos no CTG que frequentam	89
Tabela 8 - Segurança e Confiança para deixar os Filhos sozinhos no Núcleo Tradicionalista	89

LISTA DE SIGLAS E ABREVIATURAS

BNCC	Base Nacional Comum Curricular
CC	Código Civil
CEED	Conselho Estadual de Educação
CF	Constituição Federal
CNBB	Conferência Nacional de Bispos do Brasil
CPA	Centro de Psicologia Aplicada
CTG	Centro de Tradições Gaúchas
DOTME	Documento Orientador Territorial Municipal de Erechim
ECA	Estatuto da Criança e do Adolescente
ENART	Encontro de Artes e Tradições
EPC	Estância da Poesia Crioula
FAMURS	Federação das Associações de Municípios do Rio Grande do Sul
IPHA	Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional
MINC	Ministério da Cultura
MTG	Movimento Tradicionalista Gaúcho
RCG	Referencial Curricular Gaúcho
RT	Região Tradicionalista
SBCP	Sociedade Brasileira de Cirurgia Plástica
SUS	Sistema Único de Saúde
TCC	Trabalho de Conclusão de Curso
UNCME	União Nacional dos Conselhos Municipais de Educação
USP	Universidade de São Paulo

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO.....	13
2 CAPÍTULO 1 – A PROBLEMÁTICA SOCIAL PREJUDICIAL À CRIANÇAS, JOVENS E IDOSOS E OS MEIOS LEGAIS E INSTRUMENTOS SOCIAIS GARANTIDORES DE AMPARO E INCLUSÃO.	16
2.1 MEIOS LEGAIS E INSTRUMENTOS SOCIAIS GARANTIDORES DE AMPARO E INCLUSÃO SOCIAL	18
2.2 PROBLEMÁTICAS SOCIAIS ENFRENTADAS POR CRIANÇAS E ADOLESCENTES.....	25
2.3 PROBLEMÁTICAS SOCIAIS ENFRENTADAS POR IDOSOS E LONGEVOS.....	35
3 CAPÍTULO 2 – ANTECEDENTES HISTÓRICOS DO MOVIMENTO TRADICIONALISTA GAÚCHO E SUA FUNÇÃO COMO INSTRUMENTO DE AMPARO AO ESTADO PARA A RESOLUÇÃO DOS PROBLEMAS SOCIAIS FUNDAMENTAIS.	44
3.1 ANTECEDENTES HISTÓRICOS À FORMAÇÃO DO MOVIMENTO TRADICIONALISTA GAÚCHO ORGANIZADO.	48
3.2 A FUNÇÃO SOCIAL DO MOVIMENTO TRADICIONALISTA GAÚCHO EM CORRELAÇÃO À FUNÇÃO SOCIAL DO DIREITO BRASILEIRO.	57
4 CAPÍTULO 3 – A EFETIVIDADE NA RESOLUÇÃO DOS PROBLEMAS SOCIAIS APRESENTADOS, POR MEIO DAS AÇÕES SOCIAIS E PROJETOS VOLUNTÁRIOS DO MOVIMENTO TRADICIONALISTA GAÚCHO.....	66
4.1 ENTREVERO CULTURAL DE PEÕES E CIRANDA CULTURAL DE PRENDAS DO MOVIMENTO TRADICIONALISTA GAÚCHO	67
4.2 DEPARTAMENTO JOVEM	69
4.3 AÇÕES E PROJETOS SOCIAIS.....	71
4.3.1 MTG e a comunidade escolar	75
4.3.1.1 Ensino da cultura gaúcha nas escolas do município de Erechim/RS.....	77
4.4 TEMA ANUAL DO MTG 2018 - “UNINDO GERAÇÕES PARA CONSTRUIR O AMANHÃ”.....	80
4.5 PERCEPÇÃO DOS FREQUENTADORES QUANTO AOS ESPAÇOS DOS NÚCLEOS TRADICIONALISTAS.	85
4.6 Como o poder público pode se valer do mtg como parceiro estratégico para a resolução de seus problemas sociais fundamentais?	96
6 CONCLUSÃO	101
REFERÊNCIAS	104
APÊNDICE A – TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO (TCLE)	106
APÊNDICE B – FORMULÁRIO DE PESQUISA DE CAMPO	110
APÊNDICE C – EVENTOS PARTICIPADOS E PROMOVIDOS NO RELATÓRIO DE VIVÊNCIA TRADICIONALISTA.....	115
APÊNDICE D – TERMO DE AUTORIZAÇÃO DA INSTITUIÇÃO.....	137
ANEXO A – PARECER DE APROVAÇÃO DO PROJETO DE PESQUISA.....	139
ANEXO B - CARTA DE PRINCÍPIOS DO MTG	143

1 INTRODUÇÃO

Embora o Brasil tenha conseguido avanços notáveis na área social durante os últimos anos, ainda persistem muitos problemas que afetam a vida dos brasileiros. A educação basilar insuficiente, a violência e criminalidade, o abandono social de crianças, adolescentes e idosos, são apenas alguns dos problemas sociais que enfrentamos e que necessitam ser combatidos, principalmente, por meio de ações e programas sociais estatais, mas também, podem ser amenizados com a contribuição de outras entidades que exercem grande influência social, como faz de forma voluntária o Movimento Tradicionalista Gaúcho.

Além destas lacunas e problemáticas que geraram a oportunidade do projeto, existe a motivação pessoal do autor, integrante e atuante no Movimento Tradicionalista Gaúcho – MTG, ao longo dos últimos 20 (vinte) anos, enquanto ocupante de cargos de representatividade no tradicionalismo, promotor de eventos e ações sociais, que ainda se perpetuam, e admirador incontestável de todo o rico material cultural e social enraizado na história Rio-Grandense, o qual se faz de extrema relevância social para o combate do abandono afetivo, da invisibilidade, e do desamparo social de idosos, crianças e adolescentes, buscando no ramo social do Direito, a solução desses e demais problemas sociais.

O presente trabalho teve como base a pesquisa bibliográfica e documental, utilizando-se o método analítico-descritivo, além de pesquisa de campo de caráter transversal, exploratória, de parecer consubstanciado favorável do Comitê de Ética e Pesquisa de número 6.164.948. As variáveis de interesse que foram pesquisadas de acordo com o instrumento de coleta de dados foram os conhecimentos e percepções acerca dos comportamentos dos filhos, crianças e adolescentes que frequentam ou já frequentaram o núcleo tradicionalista, após a sua inserção no mesmo, assim como as percepções pessoais quanto aos espaços em que estão inseridos, com a finalidade de comparação de dados para comprovação do tema cerne deste trabalho.

O objetivo do trabalho será pesquisar os meios legais e instrumentos sociais garantidores de amparo e inclusão a idosos, crianças e adolescentes, conhecer e explorar o Movimento Tradicionalista Gaúcho, assim como, sua função como instrumento para resolução de problemas sociais, e por fim, demonstrar a efetividade na resolução dos problemas sociais apresentados, por meio das ações e projetos voluntários do Movimento Tradicionalista Gaúcho e seus integrantes, considerando o apoio do poder público através de políticas públicas que estejam irmanadas à causa social de resolução dos problemas fundamentais.

No primeiro capítulo, abordar-se-á a problemática social prejudicial à crianças, jovens e idosos e os meios legais e instrumentos sociais garantidores de amparo e inclusão. Para um melhor entendimento do tema proposto o ponto de partida será os princípios básicos da legislação pertinente ao tema, e definições conceituais sobre cidadania, identidade e reconhecimentos de direitos fundamentais, como a saúde, a vida, o multiculturalismo e a educação, além da necessidade de implementação de políticas públicas que, não apenas sejam efetivas, mas que, englobem toda a sociedade, a fim de criar uma conscientização humanitária voltada a estes direitos e suas aplicações.

No segundo capítulo é apresentado o Movimento Tradicionalista Gaúcho e toda a sua historicidade, relevância, influência e aceitabilidade em meio à sociedade gaúcha. Num primeiro momento, buscaremos nesse capítulo ambientarmos-nos acerca dos antecedentes históricos do movimento, os quais moldaram a história e ambiente sociocultural e político que temos em nosso Estado. No segundo momento deste capítulo passaremos a analisar e entender a sua função como instrumento de amparo ao estado para a resolução dos problemas sociais fundamentais. Estabelecendo uma reflexão acerca da sua utilização por parte do poder público para a efetivação de programas e ações sociais, voltados para a saúde da terceira idade, educação de crianças e adolescentes, assim como a convivência sadia entre as gerações, buscando a inclusão, ensino-aprendizagem e acessibilidade.

No terceiro capítulo buscaremos entender de que forma o Movimento Tradicionalista Gaúcho poderá ser utilizado para a efetivação da legislação vigente por meio de políticas públicas voltadas as crianças, adolescentes e idosos. Serão apresentados projetos e ações voluntárias já exercidas pelas pessoas que integram esse movimento, os quais podem ter um alcance ainda maior com o auxílio do poder público. Buscaremos evidenciar a importância dos estudos culturais nos meios educacionais, atendendo o preconizado no artigo primeiro da Carta de Princípios do Movimento Tradicionalista Gaúcho, o auxílio para com o Estado a fim de solucionar os seus problemas fundamentais, cumprindo e justificando o tema de estudo proposto no presente trabalho. Além disso, veremos que as ações sociais e filantrópicas do MTG não se limitam apenas à preservação da cultura gaúcha, mas também incluem um compromisso sólido com o bem-estar das comunidades e a promoção do espírito de solidariedade entre os tradicionalistas e a sociedade em geral contribuindo com o fortalecimento e valorização das tradições culturais, do engajamento comunitário, do cuidado com os menos privilegiados, com as crianças, com nossos jovens e com nossos idosos, através do convívio intergeracional.

Para transpormos a barreira de efetivação das políticas públicas, é necessária a partir das legislações vigentes, como a Carta Magna, convenções e tratados internacionais, bem como

os Estatutos elaborados pelos legisladores brasileiros para a nossa realidade, a readequação das ações e programas sociais por parte do poder público, englobando toda a sociedade, buscando construir um espaço social de articulação intelectual que promova crescimento e bem estar social, de modo a efetivar os dispositivos legais que versam sobre a temática.

A educação, saúde, bem estar, inclusão e acessibilidade para as diferentes gerações, não se trata apenas da criação de normas e dispositivos jurídicos, mas sim, ofertar a disponibilidade de políticas públicas junto à sociedade, para criar um sentimento de pertencimento social à estas pessoas, principalmente buscando a dignidade humana que perpassa o procedimento jurídico, afim de que esta ganhe destaque no caráter e moral do ser humano.

2 CAPÍTULO 1 – A PROBLEMÁTICA SOCIAL PREJUDICIAL À CRIANÇAS, JOVENS E IDOSOS E OS MEIOS LEGAIS E INSTRUMENTOS SOCIAIS GARANTIDORES DE AMPARO E INCLUSÃO.

Com o surgimento das sociedades modernas, associado à escolarização e a industrialização, iniciou também uma onda sequencial de disfunções e distúrbios sociais. A marginalização e decadência social, em termos substanciais, começava a aparecer nos núcleos sociais, sendo na grande maioria das vezes, os que por motivos diversos não lograram êxito em realizarem a inserção na nova sociedade após esta modernização. Dentre as principais problemáticas então a educação basilar insuficiente, a violência e criminalidade, o abandono social de crianças, adolescentes e idosos. Tais efeitos decorrem da marginalização crescente nas agora periferias de grandes cidades.

Diferente do conceito utilizado atualmente por indivíduos, em grande parte ignorantes, de forma errônea, a palavra marginalização refere-se ao resultado dos processos sociais, políticos e econômicos que conduzem os indivíduos para condições de exclusão, a escassez e precarização do trabalho, vulnerabilidade socioeconômica e invisibilidade dentro da sociedade demonstram as dificuldades de mudança para os sujeitos em tal condição.

Quijano, conceitua discorrendo com lucidez sobre o assunto:

A palavra [marginalidade] introduziu-se em nosso meio como referência a certos problemas surgidos no processo de urbanização posterior à Segunda Guerra Mundial, como consequência do estabelecimento de núcleos de populações recentes e de características sub-standard na periferia do corpo urbano tradicional da maior parte das cidades latino-americanas. ... Como, precisamente, esses povoamentos se levantaram, em regra geral, nas bordas ou margens do corpo urbano tradicional das cidades, o mais fácil era denominá-los "bairros marginais" e seus habitantes, "populações marginais". ... O problema que estes grupamentos encerravam se constituiu no problema das populações marginais. (QUIJANO, 1978, p.18 apud MAIOLINO; MANCEBO, 2005, p.14)

Anibal Quijano (1978), traz à tona a discussão da marginalização, não apenas a definição e origem do termo marginal, mas também à associa ao crescimento acelerado e desigual das cidades, principalmente após meados do século XX. Como dito anteriormente, a marginalização é diretamente proporcional à falta de integração dos núcleos sociais não incluídos “em relação aos serviços comunitários que caracterizam a ecologia urbana das cidades” como descreve Quijano (1978, p.20 apud Maiolino; Mancebo, 2005, p.15). Aliado a isso, podemos associar fenômenos psicossociais, caracterizados pelo sentimento de não pertencimento a um grupo ou classe social. De acordo com o trecho encontrado no site do MTG:

No fim da II Guerra Mundial, o mundo ocidental, encontra-se com grande influência exercida pela posição dos Estados Unidos. Tornou-se, assim, o principal centro de irradiação da moda, cultura e as elites urbanas, principalmente os jovens, começaram a imitar o americano “way of life”. Com rapidez, a juventude voltava as costas para as suas raízes culturais, e os intelectuais rio-grandenses demonstravam sua insatisfação com aquele estado de coisas, e tinham a consciência que as pressões do modismo americano sufocava a cultura local, o Rio Grande, de resto, o mundo todo. (Grupo dos 8, MTG)

O avanço foi tão repentino que não era compatível com a conhecida realidade habitual brasileira na época, e a partir disso, temos um dos primeiros motivos para a segregação dos grupos sociais e início da exclusão e marginalização.

Com o passar do tempo e evolução das sociedades capitalizadas, ficou cada vez maior no novo modo de vida, o sentimento ambivalente de não pertencimento, de dependência e a falta de uma identidade sociocultural própria. No Brasil a falta dessa identidade foi amplamente acentuada devido o amordaçamento das culturas e práticas regionais no período da Era Vargas, atitudes e decretos, leis e documentos que por fim, tiveram o papel de lesar o desenvolvimento e prática das culturas regionais, Bandeiras dos Estados foram queimadas simbolicamente em cerimônia no Rio de Janeiro, Hinos foram proibidos e diante disso, amplia-se os sentimentos antes abordados, criando uma amplitude cada vez maior para a marginalização das periferias das, agora, grandes cidades.

A discussão acerca das problemáticas sociais apresenta meandros, argumentos e contra-argumentos levando à análises complexas dos aspectos psíquicos e sociais e contextualizam o presente estudo, de modo a fazer-se compreender a origem e a evolução dos problemas sociais enfrentados hoje no cotidiano das sociedades.

O autor Milton Santos (1987) chamava atenção para o direito que o cidadão deveria ter à mobilidade espacial e ao acesso a serviços públicos, questionando assim a fixação da pobreza em determinados espaços.

Visto, precisamos abordar o direito do cidadão de permanecer no seu lugar de origem, com suas crenças e culturas regionais, criticando com isso a descaracterização cultural, fato típico causador do "nomadismo sem direito às raízes" como descreve Vêras (1999, p.33 apud Maiolino; Mancebo, 2005, p.16), advindos de políticas urbanas atreladas à não inclusão desses grupos sociais à educação e desenvolvimento das sociedades. Assim, o fato de darmos ênfase para a discussão acerca desses temas, caminha de encontro à defesa da cidadania, palavra pela qual podemos englobar o bom convívio social e o combate às problemáticas sociais explícitas em nosso cotidiano.

As dificuldades encontradas por jovens e idosos em nosso meio social, fogem da alçada do Estado, uma vez que este, na maioria dos casos, não possui a efetividade de realizar o combate a essas dificuldades por meio de, somente, suas ações amparadas pela legislação, ou seja, não se deve esperar que a lei por si só garanta a plena convivência harmônica entre os cidadãos, uma vez que a percepção de certo e errado de cada um é diferente dos seus semelhantes, algo que o estudo da psicologia humana ainda nos dias atuais reluta em conceituar e esclarecer.

2.1 MEIOS LEGAIS E INSTRUMENTOS SOCIAIS GARANTIDORES DE AMPARO E INCLUSÃO SOCIAL

A cronologia histórica dos direitos fundamentais no ordenamento jurídico brasileiro é marcada por uma evolução ao longo dos anos, desde a época colonial até os tempos mais recentes. A Magna Carta, assinada em 1215 na Inglaterra, é frequentemente vista como um marco na história dos direitos fundamentais, pois limitou o poder absoluto do monarca e estabeleceu princípios legais que posteriormente influenciaram a ideia de Estado de Direito. Nos séculos XVII e XVIII, filósofos iluministas, como John Locke, Jean-Jacques Rousseau e Voltaire, promoveram ideias sobre direitos naturais e liberdades individuais, influenciando as revoluções democráticas e constitucionais, como a Revolução Americana (1776) e a Revolução Francesa (1789).

Em tempos mais atuais, a Constituição dos Estados Unidos, com sua Carta de Direitos (Bill of Rights), estabeleceu uma série de direitos fundamentais, incluindo a liberdade de expressão, religião, imprensa e o direito de portar armas.

No Brasil, durante a colonização portuguesa entre 1500 e 1822, os povos indígenas e africanos escravizados não tinham direitos reconhecidos na legislação colonial. Com a independência do Brasil, a Constituição de 1824 estabeleceu algumas liberdades individuais, como a liberdade de imprensa, de culto e o direito à propriedade. No entanto, esses direitos eram limitados e não se aplicavam a todos os cidadãos. A Constituição de 1891 estabeleceu direitos como o direito ao voto para os homens (ainda excluindo as mulheres) e a liberdade de associação. No entanto, a população negra e as camadas mais pobres continuaram marginalizadas. Durante a Era Vargas, a Constituição de 1934 trouxe avanços significativos, como o reconhecimento do voto feminino e o estabelecimento de direitos trabalhistas, incluindo a jornada de trabalho de oito horas.

No ano de 1946, a Constituição ampliou os direitos fundamentais, reconhecendo direitos sociais e culturais, como o direito à educação e à saúde. No entanto, a discriminação racial ainda era uma realidade. Logo após, durante o período da Ditadura Militar no Brasil, os direitos fundamentais foram amplamente restringidos, com censura, perseguição política e tortura. A Constituição de 1967 e o Ato Institucional nº 5 (AI-5) foram instrumentos usados para limitar os direitos civis.

O Pacto de San José da Costa Rica, também conhecido como a Convenção Americana de Direitos Humanos, sendo um tratado internacional, estabeleceu um conjunto abrangente de direitos fundamentais para os países da América que são partes do tratado. Foi adotado em 1969 e entrou em vigor em 1978. Este pacto reconhece diversos direitos fundamentais, incluindo o direito à vida, proibindo a pena de morte, exceto em casos excepcionais, como crimes militares em tempos de guerra. Também assegura o direito à integridade pessoal, proibindo a tortura, maus-tratos e escravidão, bem como a imposição de penas cruéis, desumanas ou degradantes.

No seu Artigo 4º o pacto reconhece o direito de toda pessoa ao reconhecimento de sua personalidade jurídica e ao direito à vida, que deve ser protegido pela lei. A pena de morte é permitida apenas em casos excepcionais, como crimes militares em tempos de guerra. No Artigo 5º proíbe a tortura, os maus-tratos e a escravidão. Também proíbe a imposição de penas cruéis, desumanas ou degradantes. Além disso, o pacto garante o direito à liberdade pessoal, protegendo contra detenções arbitrárias e garantindo o direito a um julgamento justo. Estabelece uma série de garantias judiciais, incluindo a presunção de inocência, o direito a recursos judiciais eficazes e a igualdade perante a lei.

Outros direitos protegidos incluem a liberdade de pensamento e expressão, a liberdade de associação, a liberdade de circulação e residência, o direito à nacionalidade, os direitos das crianças e direitos econômicos, sociais e culturais, como o acesso à educação, trabalho digno, saúde e moradia. No Artigo 7º o pacto garante o direito à liberdade e à segurança pessoal. Isso inclui o direito de não ser detido arbitrariamente e o direito a um julgamento justo.

Os Direitos Judiciais estão elencados nos Artigos 8º a 25º, esses artigos estabelecem uma série de garantias judiciais, incluindo o direito a um julgamento justo, o direito à presunção de inocência, o direito a recursos judiciais eficazes e o direito à igualdade perante a lei. O pacto protege a liberdade de pensamento e expressão, incluindo a liberdade de buscar, receber e divulgar informações e ideias de todos os tipos. Além de reconhecer o direito das pessoas de se associarem livremente a organizações e grupos da sociedade civil; Garantir o direito das pessoas de circular livremente dentro do território de um Estado e o direito de escolher sua residência.

Proíbe a apatridia e estabelece que ninguém pode ser arbitrariamente privado de sua nacionalidade.

Outrossim, entramos na seara do presente estudo, os Direitos das Crianças, Econômicos, Sociais e Culturais, elencados no Artigo 19º 26º a 34º. O pacto estabelece o direito das crianças a medidas especiais de proteção e ao acesso à educação, entre outros direitos, Também reconhece direitos econômicos, sociais e culturais, como o direito à educação, ao trabalho digno, à saúde e à moradia.

O Pacto de San José da Costa Rica também estabeleceu a Comissão e a Corte Interamericana de Direitos Humanos, órgãos que têm jurisdição para receber casos de violações dos direitos humanos nos países signatários e emitir decisões sobre esses casos. Assim, além de definir direitos fundamentais, o pacto oferece um mecanismo para a sua proteção e aplicação.

É importante notar que o Pacto de San José da Costa Rica criou a Comissão e a Corte Interamericana de Direitos Humanos, órgãos que têm jurisdição para receber casos de violações dos direitos humanos nos países signatários e emitir decisões sobre esses casos. Portanto, o pacto não apenas estabelece direitos fundamentais, mas também oferece um mecanismo para sua proteção e aplicação.

Após a assinatura do Pacto, diversos países se adequaram às novas medidas, incluindo o Brasil com a Redemocratização, ocorrida de 1985 em diante. A Constituição de 1988, conhecida como a "Constituição Cidadã", é um marco na história dos direitos fundamentais no Brasil. Ela estabeleceu uma ampla gama de direitos fundamentais, incluindo direitos individuais, sociais, econômicos, culturais e ambientais. Além disso, ela promoveu a igualdade e a justiça social. O Brasil continuou a aprimorar e expandir seus direitos fundamentais nas áreas de saúde, educação, moradia, meio ambiente, igualdade de gênero e inclusão de grupos historicamente marginalizados.

Guilherme de Souza Nucci apesar de ser um renomado especialista em direito penal e processo penal no Brasil, com um notável percurso como jurista e magistrado, também discorre sobre os fundamentos jurídicos dos Estatuto da Criança e do Adolescente, além de fazer uma análise dos dispositivos constitucionais que o englobam. Nucci ocupa o cargo de professor associado na Pontifícia Universidade Católica de São Paulo e também atua como desembargador no Tribunal de Justiça de São Paulo, e nas suas palavras, sobre a autonomia científica do Direito da Infância e Juventude:

a começar da análise dos dispositivos constitucionais, cuidando das crianças e dos adolescentes, com normas próprias e específicas, passando pela edição deste Estatuto, até atingir outras leis esparsas, mas referentes ao menor de 18 anos, torna-se

indiscutível o surgimento de um ramo relevante e destacado do Direito: Infância e Juventude. Alguns também o tratam de Direito da Criança e do Adolescente. Entretanto, não se trata de submatéria de Direito Civil, muito menos de Direito Penal. Da mesma forma que hoje se reconhece a autonomia do Direito de Execução Penal, embora contenha princípios comuns ao Direito Penal e ao Processo Penal, deve-se acatar a distinção do Direito da Infância e Juventude como regente de seus próprios passos, embora se servindo, igualmente, de princípios de outras áreas. Suas normas ladeiam o Direito Civil, servem-se dos Processos Civil e Penal, sugam o Direito Penal, adentram o Direito Administrativo e, sobretudo, coroam o Direito Constitucional. Mas são normas da Infância e Juventude, cujas peculiaridades são definidas neste Estatuto e, mais importante, consagradas pela Constituição Federal. Dedicar-se a este ramo é um objetivo ímpar, formando os infantojuvenilistas ou infancistas (já que se evita o termo menorista, para não mais trazer à baila o Código de Menores), que podem até ser, concomitantemente, constitucionalistas, penalistas, processualistas, civilistas etc. Compreendendo a importância de se destacar esta disciplina, retirando-se do contexto das demais, atinge-se um nível de perfeição teórica muito superior, podendo-se extrair resultados práticos positivos e eficientes para o trato da criança e do adolescente. Diante disso, não se trata de mera questão acadêmica, mas de ponto vibrante no cotidiano das Varas da Infância e Juventude e da política dos Direitos da criança e do adolescente. A bem da verdade, os juízes e promotores que subestimarem o Direito da Infância e Juventude, recusando-se a estudá-lo minuciosamente, convencidos de que, civilistas ou penalistas que são, estão aptos a operar com crianças e adolescentes, causam imensos danos concretos aos propósitos deste Estatuto. Somos avessos à ideia de um Direito Penal Juvenil ou Direito Penal do Adolescente. Como dissemos, jamais se poderá considerar este relevante ramo autônomo como subespécie do Direito Penal, seja para fins científicos, seja para finalidades práticas. (NUCCI, Guilherme de Souza, p. 24, 2020)

É importante observar que a efetivação desses direitos fundamentais ainda enfrenta desafios no Brasil, incluindo a desigualdade socioeconômica, a discriminação racial e de gênero, bem como questões relacionadas à violência e à justiça social. Portanto, a história dos direitos fundamentais no Brasil é uma narrativa de avanços e desafios contínuos na busca por uma sociedade mais justa e igualitária.

Seja qual for a fonte de direito que tomamos por estudo, pode-se chegar à mesma conclusão, de que o direito emana dos fenômenos sociais decorrentes do convívio entre os homens. Uma vez que a nossa existência depende de estarmos interligados uns aos outros, dependentes entre si, há a óbvia necessidade de organizar um compilado de instruções e regramentos para que este convívio seja harmônico.

Entender a criação de tais normas e regramentos perpassa pelos antecedentes debates para a construção dos Direitos Humanos, especialmente os direitos positivos, conhecidos como direitos sociais, e onde temos a intervenção da figura do Estado para conduzir e executar as ações em prol da saúde, cultura, segurança, educação, entre outros setores fundamentais para a sociedade.

Para entender o processo histórico de formação e concretização dos direitos aqui abordados, voltamos ao Séc. XVIII, marcado pelo movimento Iluminista. O mundo, na época, eurocêntrico, é o mundo do antigo regime, do absolutismo, onde o poder emanava do Rei,

controlador maior dos direitos e deveres de cada cidadão. Nessa época, surgia a nova classe social, conhecida como burguesia, que passava a contrariar as normas absolutistas e justificadas pela própria vontade que advinha da figura do monarca. A classe burguesa, pautada nas ideias iluministas, pregava o discurso de direitos naturais, ou seja, a ideia de que no momento de nascimento do ser humano nasce com ele, também, o direito à liberdade. A liberdade engloba diversos conceitos do direito, dentre eles, o direito de ir e vir, o direito de expressão, o direito de propriedade e outros direitos sucessivamente congêneres, os quais não podiam, ou não deveriam, ser violados pelo Estado, ou na época, pela figura do Rei.

Neste momento da história iniciavam-se os primeiros movimentos e discursos em prol da criação de leis, normas e regulamentações, para que o ser humano pudesse ser livre, mas também, respeitasse a liberdade do outro, era o surgimento da igualdade e liberdade perante a lei.

As conquistas revolucionárias que se manifestaram durante a Revolução Francesa, especialmente no ano de 1789 com a Declaração dos Direitos do Homem e do Cidadão. E pela primeira vez na história, temos a definição de um poder tripartido, constituído pelo Poder Legislativo, o qual seria responsável pela criação das leis que regeriam o convívio dos homens em sociedade, pelo Poder Executivo, o qual ficou com a responsabilidade de fazer cumprir as criações do Legislativo, e por fim o Judiciário, responsável por manter a ordem social.

Com o avanço dos Direitos Civis e Políticos, propiciados pelas lutas de classes durante os longos anos de Revolução Francesa e Revoluções Industriais, a desigualdade tornou-se pauta nos debates, obrigando os cidadãos a reivindicarem por direitos sociais, sobretudo para que o Estado fosse o detentor das formas de intervenção, garantindo o acesso à saúde, educação, segurança, cultura, para todos de maneira igualitária, sendo assim, direitos fundamentais para a dignidade da pessoa humana, os quais em 1848, ganharam a sua devida regulamentação através da Declaração Universal dos Direitos Humanos.

A ação afirmativa do Estado como mantenedor da dignidade da pessoa humana culminou nas diversas leis e políticas públicas que hoje usufruímos.

No Brasil, promulgada no ano de 1988, após 6 editadas versões, tivemos a consolidação da 7ª e, até então, última Constituição da República Federativa do Brasil, que tratou de estabelecer, estruturar e solidificar as leis, regulamentos, normas e princípios que delimitam a atuação do Estado, garantem a igualdade entre os cidadãos para a vivência em sociedade, bem como, os direitos e deveres que devem prevalecer no meio social. Por sua vez, a Carta Magna de 1988, ampliou a terceira fase do direito, os direitos sociais, estabelecendo as atribuições do

Estado e sua função social como preconizada pelas ideias iluministas do Séc. XVIII. De acordo com Andréa Amin:

A intensa mobilização de organizações populares nacionais e de atores da área da infância e juventude, acrescida da pressão de organismos internacionais, como o Unicef, foi essencial para que o legislador constituinte se tornasse sensível a uma causa já reconhecida como primordial em diversos documentos internacionais, como a Declaração de Genebra, de 1924; a Declaração Universal dos Direitos Humanos das Nações Unidas (Paris, 1948); a Declaração dos Direitos da Criança, de 1959; a Convenção Americana Sobre os Direitos Humanos (Pacto de São José da Costa Rica, 1969) e as Regras Mínimas das Nações Unidas para a Administração da Justiça da Infância e da Juventude – Regras Mínimas de Beijing (Resolução n. 40/33 da Assembleia Geral, de 29 de novembro de 1985). A nova ordem rompeu, assim, com o já consolidado modelo da situação irregular e adotou a doutrina da proteção integral. (AMIN, Andréa Rodrigues, apud MACIEL, Kátia Regina Ferreira Lobo A. p. 22, 2022)

Adentrando no mérito deste trabalho, os legisladores adotaram medidas para humanizar as relações jurídicas e sociais, a integração de todos os núcleos sociais está ligada ao controle social estabelecido pelas legislações.

Os direitos sociais, fundamentais ao convívio humano estão elencados no art. 5º da Constituição Federal, que aborda os direitos e deveres individuais e coletivos, assim dispondo: “Art. 5º Todos são iguais perante a lei, sem distinção de qualquer natureza, garantindo-se aos brasileiros e aos estrangeiros residentes no País a inviolabilidade do direito à vida, à liberdade, à igualdade, à segurança e à propriedade.” (BRASIL, Constituição Federal, 1988).

Da mesma forma, elenca no seu art. 6º, explicitando os direitos sociais que são amparados pelo artigo anterior: “Art. 6º São direitos sociais a educação, a saúde, a alimentação, o trabalho, a moradia, o transporte, o lazer, a segurança, a previdência social, a proteção à maternidade e à infância, a assistência aos desamparados, na forma desta Constituição.” (BRASIL, Constituição Federal, 1988)

Seguindo os princípios iluministas, tratados anteriormente, a competência da manutenção e amparo destes direitos sociais são do Estado, que devem proporcionar os meios de acesso a estes, e combater a perda desses direitos, como preconiza o art. 23 do mesmo documento supracitado:

Art. 23. É competência comum da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios:

V - proporcionar os meios de acesso à cultura, à educação, à ciência, à tecnologia, à pesquisa e à inovação;

X - combater as causas da pobreza e os fatores de marginalização, promovendo a integração social dos setores desfavorecidos; (BRASIL, Constituição Federal, 1988)

Pensando no amparo e assistência social aos que dela necessitarem, é preciso estabelecer como dever da família, da sociedade e do poder público assegurar ao idoso, os efetivos direitos sociais fundamentais. Assim preconizam os artigos 203, 227 e 230 da Constituição Federal (BRASIL, Constituição Federal, 1988):

Art. 203. A assistência social será prestada a quem dela necessitar, independentemente de contribuição à seguridade social, e tem por objetivos:

I - a proteção à família, à maternidade, à infância, à adolescência e à velhice;

II - o amparo às crianças e adolescentes carentes; (BRASIL, Constituição Federal, 1988)

Art. 227. É dever da família, da sociedade e do Estado assegurar à criança, ao adolescente e ao jovem, com absoluta prioridade, o direito à vida, à saúde, à alimentação, à educação, ao lazer, à profissionalização, à cultura, à dignidade, ao respeito, à liberdade e à convivência familiar e comunitária, além de colocá-los a salvo de toda forma de negligência, discriminação, exploração, violência, crueldade e opressão. (BRASIL, Constituição Federal, 1988)

Art. 230. A família, a sociedade e o Estado têm o dever de amparar as pessoas idosas, assegurando sua participação na comunidade, defendendo sua dignidade e bem-estar e garantindo-lhes o direito à vida. (BRASIL, Constituição Federal, 1988)

Em conclusão, os meios legais e instrumentos sociais desempenham um papel fundamental na promoção do amparo e da inclusão social em uma sociedade. Através de leis, regulamentos e políticas públicas bem elaboradas, é possível estabelecer diretrizes claras para proteger os direitos das pessoas e garantir que todos tenham oportunidades iguais de participar plenamente na vida social, econômica e cultural. Além disso, os instrumentos sociais, como programas de assistência social, educação inclusiva e iniciativas de empoderamento, desempenham um papel crucial ao fornecer recursos, apoio e oportunidades para indivíduos e grupos que enfrentam desafios para sua inclusão na sociedade. Esses mecanismos podem contribuir para a redução das desigualdades e para a criação de uma comunidade mais justa e solidária.

No entanto, é importante lembrar que o sucesso na promoção do amparo e da inclusão social não depende apenas da existência desses meios legais e instrumentos sociais, mas também da implementação eficaz, do comprometimento das autoridades e da conscientização da sociedade. A inclusão social é um objetivo contínuo que requer esforços contínuos de todos os setores da sociedade. Portanto, ao reconhecer a importância dos meios legais e instrumentos sociais, devemos trabalhar juntos para construir uma sociedade mais inclusiva, onde todos tenham a oportunidade de alcançar seu potencial máximo e contribuir para o bem-estar de todos.

2.2 PROBLEMÁTICAS SOCIAIS ENFRENTADAS POR CRIANÇAS E ADOLESCENTES

O reconhecimento dos direitos da criança e do adolescente no Brasil se faz por meio do Estatuto da Criança e do Adolescente, adotando os princípios constitucionais, estes por sua vez em conformidade com os tratados internacionais, como a Convenção das Nações Unidas, mas curiosamente anterior a esta, uma vez que a Convenção sobre os Direitos da Criança adotada pela Assembleia Geral das Nações Unidas em 20 de novembro de 1989, e ratificada pelo Brasil em 24 de setembro de 1990, só teve vigência internacional em outubro de 1990, enquanto o nosso Estatuto é de 13 de julho de 1990, demonstrando a preocupação e a diligência do Brasil em assegurar os direitos destes que são a base e o futuro da sociedade.

Contudo, foram por anseios populares, que se consolidou a necessidade de um Estatuto da Criança e do Adolescente, premeditado devido às mudanças socioculturais ocorridas ao longo de gerações.

Com o mesmo objetivo que anos depois foi criando o Estatuto do Idoso, do qual abordaremos no decorrer deste capítulo, o Estatuto da Criança e do Adolescente busca compreender e abranger os problemas sociais desta faixa etária, trazendo resoluções pensadas antecipadamente à luz dos princípios e direitos sociais fundamentais à dignidade da pessoa humana.

O Estado Brasileiro, até o século XX, não se preocupava em atender as crianças e adolescentes com atenção especial, delegando para a família como seu dever exclusivo desta, a responsabilização por estes menores. O Estado somente detinha políticas repressivas e uma visão punitiva, que somente eram aplicadas após um ato infracional provocado por uma criança ou adolescente, não buscando entender as circunstâncias sociais que desencadearam tais atos. Para Andréa Amin:

O Estatuto da Criança e do Adolescente resultou da articulação de três vertentes: o movimento social, os agentes do campo jurídico e as políticas públicas. Coube ao movimento social reivindicar e pressionar. Aos agentes jurídicos (estudiosos e aplicadores), traduzir tecnicamente os anseios da sociedade civil, desejosa de mudança do arcabouço jurídico-institucional das décadas anteriores. Embalado pelo ambiente extremamente propício de retomada democrática pós-ditadura militar e promulgação de uma nova ordem constitucional, coube ao Poder Público, por meio das Casas legislativas, efetivar os anseios sociais e a determinação constitucional. [...] Trata-se de um verdadeiro microssistema que cuida de todo o arcabouço necessário para efetivar o ditame constitucional de ampla tutela à crianças e adolescentes. É norma especial com extenso campo de abrangência, enumerando regras processuais, instituindo tipos penais, estabelecendo normas de direito administrativo, princípios de interpretação, política legislativa, em suma, todo o instrumental necessário e indispensável para efetivar a determinação constitucional. (AMIN, Andréa Rodrigues, apud MACIEL, Kátia Regina Ferreira Lobo A. p. 22, 2022)

A autora refere-se à formação de um microssistema completo que aborda todos os elementos essenciais para garantir a ampla proteção às crianças e adolescentes, conforme exigido pela Constituição. Ele se apresenta como uma norma especial de ampla aplicação, que inclui disposições sobre procedimentos legais, definição de crimes, regras de administração pública, princípios de interpretação, políticas legislativas e, resumidamente, todo o conjunto de instrumentos necessários e cruciais para concretizar o mandato constitucional.

Segundo Andréa Amin, novos participantes entram em ação, sendo a comunidade local, representada pelos Conselhos Municipal e Tutelar; a sociedade civil, por meio de organizações não governamentais que fazem parte da rede de assistência; a família, cumprindo suas responsabilidades como parte do poder familiar; o sistema judiciário, desempenhando principalmente sua função de julgar; o Ministério Público, atuando como um importante defensor e promotor da rede, supervisionando seu funcionamento, exigindo resultados e garantindo o respeito prioritário pelos direitos fundamentais das crianças e adolescentes estabelecidos na Constituição; sem esquecer a Defensoria Pública, os advogados, os comissários e os profissionais de apoio, por meio das equipes multidisciplinares essenciais para o dia-a-dia dos tribunais de infância e juventude, e, ainda, abordando a proposta do presente trabalho, o Movimento Tradicionalista Gaúcho, como entidade representante da comunidade local e sociedade civil.

O ECA consolidou a proteção integral no Brasil, cujos fundamentos básicos consistem em acolher as crianças e adolescentes como sujeitos de direito, a criação da ideia de que estes se encontram em uma condição própria de desenvolvimento, seja psicológico, físico, ético e moral, e diante disso passa a conceder a absoluta prioridade na garantia dos seus direitos, princípios que se encontram no art. 3º do referido Estatuto:

Art. 3º A criança e o adolescente gozam de todos os direitos fundamentais inerentes à pessoa humana, sem prejuízo da proteção integral de que trata esta Lei, assegurando-se-lhes, por lei ou por outros meios, todas as oportunidades e facilidades, a fim de lhes facultar o desenvolvimento físico, mental, moral, espiritual e social, em condições de liberdade e de dignidade. (BRASIL, Estatuto da Criança e do Adolescente, 1990)

Sobre o princípio da proteção integral da criança e do adolescente, Guilherme Nucci afirma:

[...] Significa que, além de todos os direitos assegurados aos adultos, afora todas as garantias colocadas à disposição dos maiores de 18 anos, as crianças e os adolescentes

disporão de um plus, simbolizado pela completa e indisponível tutela estatal para lhes afirmar a vida digna e próspera, ao menos durante a fase de seu amadurecimento. (NUCCI, Guilherme de Souza, p. 26, 2020)

A tutela estatal para crianças e adolescentes é uma das pedras angulares do sistema de proteção infantojuvenil em muitos países, incluindo o Brasil. Essa abordagem visa garantir os direitos fundamentais e o bem-estar das crianças e adolescentes, reconhecendo sua condição de vulnerabilidade e a necessidade de proteção especial.

Para isso, são estabelecidas leis específicas que regem a proteção infantojuvenil, como o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) no Brasil. Essas leis delineiam diretrizes para a promoção, prevenção e proteção dos direitos desses jovens, abrangendo áreas como educação, saúde, alimentação, moradia e convivência familiar. Sobre o assunto, Nucci continua:

[...] A proteção integral é princípio da dignidade da pessoa humana (art. 1.º, III, CF) levado ao extremo quando confrontado com idêntico cenário em relação aos adultos. Possuem as crianças e adolescentes uma hiperdignificação da sua vida, superando quaisquer obstáculos eventualmente encontrados na legislação ordinária para reger ou limitar o gozo de bens e direitos. Essa maximização da proteção precisa ser eficaz, vale dizer, consolidada na realidade da vida – e não somente prevista em dispositivos abstratos. Assim não sendo, deixa-se de visualizar a proteção integral para se constatar uma proteção parcial, como outra qualquer, desrespeitando-se o princípio ora comentado e, acima de tudo, a Constituição e a lei ordinária. (NUCCI, Guilherme de Souza, p. 26, 2020)

Além disso, a tutela se concentra não apenas em proteger crianças e adolescentes em situações de risco, mas também em promover ativamente seus direitos e prevenir violações. Para isso, existem instituições como os Conselhos Tutelares, responsáveis por receber denúncias, acompanhar casos e tomar medidas de proteção quando necessário.

A convivência familiar e comunitária é um princípio essencial da tutela estatal, com a preferência pelo acolhimento familiar em relação ao acolhimento institucional sempre que possível. A proteção contra exploração sexual, trabalho infantil, abuso físico e emocional, negligência e outras formas de violência também é parte integrante desse sistema de proteção.

Além disso, a tutela estatal reconhece o direito das crianças e adolescentes de serem ouvidos e participarem das decisões que afetam suas vidas, de acordo com sua idade e maturidade. Ela também envolve o desenvolvimento de políticas públicas e programas que atendam às necessidades específicas dessa população.

A educação e a conscientização da sociedade sobre os direitos das crianças e adolescentes desempenham um papel importante na tutela estatal, visando a mudança de atitudes e comportamentos prejudiciais. Em casos extremos, quando a família não pode garantir

a segurança e o bem-estar da criança, medidas como o acolhimento institucional podem ser aplicadas temporariamente.

[...] a Constituição Federal esmera-se na previsão de dispositivos que contemplem os direitos e as garantias fundamentais da criança e do adolescente, buscando a efetividade da denominada proteção integral. No Título VIII (Da Ordem Social), Capítulo II (Da Seguridade Social), encontra-se a Seção IV (Da Assistência Social), em que se encontra o disposto pelo art. 203, II: “A assistência social será prestada a quem dela necessitar, independentemente de contribuição à seguridade social, e tem por objetivos: I – a proteção à família, à maternidade, à infância, à adolescência e à velhice; II – o amparo às crianças e adolescentes carentes (...)” (grifamos). No Capítulo III (Da Educação, da Cultura e do Desporto), na Seção I (Da Educação), encontra-se o art. 208: “O dever do Estado com a educação será efetivado mediante a garantia de: I – educação básica obrigatória e gratuita dos 4 (quatro) aos 17 (dezesete) anos de idade, assegurada inclusive sua oferta gratuita para todos os que a ela não tiveram acesso na idade própria; (...) IV – educação infantil, em creche e pré-escola, às crianças até 5 (cinco) anos de idade” (grifamos). Porém, os Poderes da República respeitam esses princípios? Seguramente, não. A Constituição Federal ultrapassa três décadas; o Estatuto possui muitos anos. Não poderíamos, em hipótese alguma, hoje, visualizar unidades de internação de jovens em péssimas condições; o cadastro de adoção já deveria estar unificado em todo o Brasil há anos (o que somente ocorreu em 2019 por meio da Portaria Conjunta 4, de 04.07.2019, do CNJ); nas Varas da Infância e Juventude já existiriam equipes técnicas sobrando para emitir laudos e pareceres de um dia para o outro; as leis da infância e juventude seriam editadas todos os meses, sempre complementando o que falta; o administrador público teria providenciado escola para todas as crianças; nunca faltaria vaga em hospital para jovens e infantes; as mães sem recursos financeiros teriam ampla proteção estatal para o pré-natal; enfim, a lista iria longe para evidenciar o descaso em face do princípio da proteção integral. (NUCCI, Guilherme de Souza, p. 26, 2020)

Para garantir a eficácia da tutela estatal, é essencial a criação de uma rede de apoio que inclui profissionais da saúde, assistentes sociais, educadores e outros especialistas. O monitoramento contínuo das medidas de proteção é fundamental para assegurar que as crianças e adolescentes estejam recebendo o apoio necessário.

Esses princípios da tutela estatal para crianças e adolescentes também estão alinhados com acordos e convenções internacionais, como a Convenção sobre os Direitos da Criança da ONU. Portanto, representa um compromisso de longo prazo para criar um ambiente seguro e propício para o desenvolvimento saudável e integral da próxima geração.

O ECA determina o direito de proteção à vida, a qual deve ser implementada em políticas públicas, possibilitando o saudável desenvolvimento da criança e adolescente. Além disso, garante o acesso à saúde, por meio do Sistema Único de Saúde (SUS), responsabilizando o poder público pelo fornecimento dos suprimentos para que o direito seja garantido. Ademais, no âmbito da educação, cultura e lazer, o ECA buscou garantir o acesso universal a estes direitos, visando, principalmente, amparar o desenvolvimento psíquico, ético e moral das

crianças e adolescentes, de modo a fornecer o bom exercício da cidadania e convívio social, direitos que são definidos nos artigos abaixo elencados:

Art. 4º É dever da família, da comunidade, da sociedade em geral e do poder público assegurar, com absoluta prioridade, a efetivação dos direitos referentes à vida, à saúde, à alimentação, à educação, ao esporte, ao lazer, à profissionalização, à cultura, à dignidade, ao respeito, à liberdade e à convivência familiar e comunitária. (BRASIL, Estatuto da Criança e do Adolescente, 1990)

Art. 15. A criança e o adolescente têm direito à liberdade, ao respeito e à dignidade como pessoas humanas em processo de desenvolvimento e como sujeitos de direitos civis, humanos e sociais garantidos na Constituição e nas leis. (BRASIL, Estatuto da Criança e do Adolescente, 1990) (Estatuto da Criança e do Adolescente, 1998)

Art. 16. O direito à liberdade compreende os seguintes aspectos:

V - participar da vida familiar e comunitária, sem discriminação;

VI - participar da vida política, na forma da lei;

VII - buscar refúgio, auxílio e orientação. (BRASIL, Estatuto da Criança e do Adolescente, 1990)

Art. 53. A criança e o adolescente têm direito à educação, visando ao pleno desenvolvimento de sua pessoa, preparo para o exercício da cidadania e qualificação para o trabalho (BRASIL, Estatuto da Criança e do Adolescente, 1990)

Art. 58. No processo educacional respeitar-se-ão os valores culturais, artísticos e históricos próprios do contexto social da criança e do adolescente, garantindo-se a estes a liberdade da criação e o acesso às fontes de cultura. (BRASIL, Estatuto da Criança e do Adolescente, 1990)

A nos traz os princípios norteadores do ECA, e além deste, norteiam ainda, todo e qualquer assunto que envolva os direitos e defesa de crianças e adolescentes. São eles: 1) princípio da prioridade absoluta; 2) princípio do superior interesse da criança e do adolescente ou do melhor interesse.

Fundamentado no princípio da prioridade absoluta, temos a seguinte decisão:

DIREITO CONSTITUCIONAL À ABSOLUTA PRIORIDADE NA EFETIVAÇÃO DO DIREITO À SAÚDE DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE. NORMA CONSTITUCIONAL REPRODUZIDA NOS ARTS. 7º E 11 DO ESTATUTO DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE. NORMAS DEFINIDORAS DE DIREITOS NÃO PROGRAMÁTICAS. EXIGIBILIDADE EM JUÍZO. INTERESSE TRANSINDIVIDUAL ATINENTE ÀS CRIANÇAS SITUADAS NESSA FAIXA ETÁRIA. AÇÃO CIVIL PÚBLICA. CABIMENTO E PROCEDÊNCIA. [...] 2. O direito constitucional à absoluta prioridade na efetivação do direito à saúde da criança e do adolescente é consagrado em norma constitucional reproduzida nos arts. 7º e 11 do Estatuto da Criança e do Adolescente. 3. [...] 4. Releva notar que uma Constituição Federal é fruto da vontade política nacional, erigida mediante consulta das expectativas e das possibilidades do que se vai consagrar, por isso que cogentes e eficazes suas promessas, sob pena de restarem vãs e frias enquanto letras mortas no papel. Ressoa inconcebível que direitos consagrados em normas menores como

Circulares, Portarias, Medidas Provisórias, Leis Ordinárias tenham eficácia imediata e os direitos consagrados constitucionalmente, inspirados nos mais altos valores éticos e morais da nação, sejam relegados a segundo plano. Prometendo o Estado o direito à saúde, cumpre adimpli-lo, porquanto a vontade política e constitucional, para utilizarmos a expressão de Konrad Hessem, foi no sentido da erradicação da miséria que assola o país. O direito à saúde da criança e do adolescente é consagrado em regra de normatividade mais do que suficiente, porquanto se define pelo dever, indicando o sujeito passivo, in casu, o Estado. [...] 6. A determinação judicial desse dever pelo Estado não encerra suposta ingerência do judiciário na esfera da administração. Deveras, não há discricionariedade do administrador frente aos direitos consagrados, quicá constitucionalmente. Nesse campo a atividade é vinculada sem admissão de qualquer exegese que vise afastar a garantia pétrea. 7. Um país cujo preâmbulo constitucional promete a disseminação das desigualdades e a proteção à dignidade humana, alçadas ao mesmo patamar da defesa da Federação da República, não pode relegar o direito à saúde das crianças a um plano diverso daquele que o coloca como uma das mais belas e justas garantias constitucionais. 8. Afastada a tese descabida da discricionariedade, a única dúvida que se poderia suscitar resvalaria na natureza da norma ora sob enfoque, se programática ou definidora de direitos. Muito embora a matéria seja, somente nesse particular, constitucional, porém sem importância revela-se essa categorização, tendo em vista a explicitude do ECA, inequívoca se revela a normatividade suficiente à promessa constitucional, a ensejar a acionabilidade do direito consagrado no preceito educacional. [...] 12. O direito do menor à absoluta Prioridade na garantia de sua saúde, insta o Estado a desincumbir-se do mesmo através da sua rede própria. Deveras, colocar um menor na fila de espera e atender a outros é o mesmo que tentar legalizar a mais violenta afronta ao princípio da isonomia, pilar não só da sociedade democrática anunciada pela Carta Magna, mercê de ferir de morte a cláusula de defesa da dignidade humana. 13. Recurso especial provido para, reconhecida a legitimidade do Ministério Público, prosseguir no processo até o julgamento do mérito.

O princípio da Prioridade Absoluta, é constitucional, consolidado pelo art. 277 da Carta Magna, sua aplicabilidade é abrangente e ilimitada. Ele coloca a prioridade das crianças e adolescentes em primeiro plano em todas as áreas de interesse, seja no âmbito judiciário, extrajudicial, administrativo, social ou familiar. Não há margem para questionamentos sobre qual interesse deve ser protegido em primeiro lugar, uma vez que essa determinação foi estabelecida pela nação por meio da constituição.

Segundo estudo realizado pelo Comitê Científico Núcleo Ciência Pela Infância:

[...] desperdiçar as possibilidades da primeira infância significa limitar potencial individual, uma vez que nem sempre é possível recuperá-lo plenamente com investimentos posteriores [...] diversos estudos indicam que um bom desenvolvimento do funcionamento executivo na infância está associado a um melhor desempenho na vida acadêmica e maior aquisição de capital humano. Realização profissional também é um resultado frequentemente associado à aquisição de funções executivas. Igualmente importantes são os resultados positivos sobre a saúde física e sobre a probabilidade de não adotar comportamento de risco. (Comitê Científico Núcleo Ciência Pela Infância, 2016, apud Kátia Regina Ferreira Lobo A. p. 31, 2022)

Esse princípio deve ser resguardado por todos, daí a importância de ser defendido primordialmente por quem está próximo à criança, seja família, comunidade, sociedade em geral ou Poder Público.

Segundo Amin, a família, seja ela a família biológica ou adotiva, já está encarregada de proporcionar a educação de seus filhos como parte de seu poder parental, mas esse compromisso vai além disso. A família também tem um dever moral intrínseco e ético de cuidar do bem-estar de suas crianças e adolescentes, seja por laços de sangue ou afetivos. Na prática, muitas famílias, independentemente de qualquer obrigação legal, intuitivamente priorizam o cuidado de seus filhos.

A comunidade, que representa uma parte da sociedade próxima às crianças e adolescentes, compartilha da mesma região geográfica e está envolvida em suas vidas cotidianas, como vizinhos, membros da escola ou da igreja, ou participantes de entidades religiosas, também carrega a responsabilidade de proteger os direitos fundamentais desses jovens. Devido à sua proximidade com as crianças e adolescentes, eles estão em uma posição privilegiada para identificar qualquer violação de seus direitos ou comportamentos prejudiciais que possam colocá-los em risco ou afetar sua convivência saudável.

A sociedade em geral, que muitas vezes impõe expectativas como boas maneiras, educação, cultura, sucesso financeiro e acumulação de riqueza a todos nós, agora também é vista como tendo responsabilidade na garantia dos direitos fundamentais. Esses direitos são essenciais para que o ideal de cidadania estabelecido anteriormente se torne uma realidade. É um papel relevante que todos devem assumir, incluindo a cobrança aos governantes, a exigência de compromissos com a infância e juventude, a fiscalização dos gastos públicos e a denúncia de abusos.

O segundo princípio, *prima pelo interesse superior da criança e do adolescente ou do melhor interesse*. É um princípio que caminha lado a lado com o princípio da prioridade absoluta, sempre que é ativado, pois eles são complementares. Quando se trata da alocação de recursos no orçamento, deve-se dar prioridade às políticas, programas e ações relacionados aos direitos das crianças e adolescentes. Isso ocorre porque é responsabilidade do poder público adotar medidas necessárias para garantir políticas de bem-estar que, direta ou indiretamente, beneficiem os interesses das crianças e adolescentes.

Para tornar esse princípio mais concreto e evitar interpretações arbitrárias devido à sua natureza geral, é possível estabelecer critérios para sua aplicação. Em cada situação, é necessário analisá-la considerando os direitos fundamentais em jogo, ou seja, os que precisam ser protegidos e aqueles que podem ser temporariamente limitados em busca do melhor interesse. A decisão que melhor atender a esse princípio será aquela que garantir esses direitos de forma mais ampla, em maior quantidade, sem deixar margem para discricionariedade ou subjetividade pura.

Infelizmente, devido aos avanços destas regulamentações serem recentes, aliado ao fator de mudança sociocultural demasiado acelerado, as leis, não são capazes de assegurar completamente os direitos, sem que se tenha a colaboração social.

São inúmeras as dificuldades sociais enfrentadas pelas crianças e adolescentes. O avanço abrupto das redes sociais e sua influência nessa faixa etária, produzem efeitos quase irreversíveis de falta de interesse nos estudos, falta e uma enorme dificuldade de interação social, bem como, a produção imaginária de uma realidade virtual, que na maioria das vezes não está presente na vida real, o que acaba por frustrar e desencadear doenças e problemas psicológicos em uma criança e adolescente em fase de desenvolvimento.

De acordo com Bolsoni Silva (1996, p.170), Caballo (1996) define:

o comportamento socialmente habilidoso ocorre quando o indivíduo consegue expressar atitudes, sentimentos (positivos e negativos), opiniões e desejos, de maneira que possa respeitar a si próprio e aos outros, para que possa existir, de uma maneira geral, resolução de problemas imediatos de uma determinada situação e consequente diminuição de problemas futuros. (CABALLO, 1996, apud BOLSONI SILVA et al, p.170, 2009)

As interações sociais fazem parte do desenvolvimento sociocultural, ético, moral e psicológico das crianças e adolescentes, o convívio com outras crianças, a troca e desenvolvimento de ideias criativas, e a condução de seu crescimento por seus pais e professores proporcionam uma boa formação cultural para a vida em cidadania. As dificuldades e déficits nessas habilidades sociais, e a falta de interação social entre os jovens, ocasionam uma fragilidade nas funções cognitivas.

Bolsoni Silva e Marturano (2002), afirmam que os exemplos positivos advindos dos progenitores, influenciam positivamente para o bom desenvolvimento das crianças, como por exemplo, promover interações sociais, comunicar-se, demonstrar afeto, negar pedidos dando a devida explicação do motivo, não ceder a pressões e elogiar dos bons comportamentos sociais. Tais ações socioeducativas ajudam na prevenção de futuros problemas de comportamento em adolescentes.

Outrossim, Romero (1995) afirma que adolescentes com problemas de comportamento, são mais comuns em famílias que não possuem uma boa estrutura organizacional, como por exemplo, famílias com maiores problemas financeiros, emocionais e de comunicação, as quais passam exemplos negativos para os filhos durante seu desenvolvimento social e cognitivo. O pouco monitoramento e a fraca supervisão nas atividades da criança ocasionam uma má formação de disciplina.

Tais problemas apresentados vão muito além de serem resolvidos com leis ou ações amparadas pelo ECA, é preciso colocar em prática ações socioeducativas, tanto para as crianças e adolescentes em desenvolvimento, quanto para os pais, e como veremos no capítulo 3, o MTG cumpre com maestria esse papel, sendo uma alternativa ao Estado na resolução, ou pelo menos, na amenização desse problema.

Bolsoni Silva (2008), através de uma Entrevista Clínica Semiestruturada, buscou caracterizar as principais queixas de pais e educadores que procuraram o serviço de atendimento psicológico em um Centro de Psicologia Aplicada (CPA), durante os anos de 2004 a 2006.

FIGURA 1: Frequência dos comportamentos externalizantes, internalizantes e outros.

Categorias	Comportamento	Frequência Absoluta
Externalizantes	Criança é agressiva	28
	Criança não obedece às ordens dadas pelos pais	21
	Comportamento de birra	9
	Criança faz chantagens com mãe/pai	6
	Criança tem comportamentos auto-lesivos	6
	Criança conta mentiras para os pais	3
	Total = 73	
Internalizantes	Criança tem medo	9
	Filho solicita atenção equivalente dos pais despendida ao irmão	7
	Criança tem dificuldade de atenção na escola	4
	Criança tem medo de ir para a escola	3
	Dificuldades interpessoais da criança	2
	Criança sofre de depressão	2
	Criança não quer comer	1
	Criança rói unha	1
	Total = 29	
Outros comportamentos	Criança tem comportamentos incompatíveis com a idade	4
	Criança pega no peito de mulheres	2
	Total = 6	

Fonte: Bolsoni-Silva, A. T., Paiva, M. M. de ., & Barbosa, C. G.. (2009). Problemas de comportamento de crianças/adolescentes e dificuldades de pais/cuidadores: um estudo de caracterização. *Psicologia Clínica*, 21(Psicol. clin., 2009 21(1)), 169–184. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S0103-56652009000100012> Acesso em 04/04/2023.

Os resultados deste estudo, como podemos observar na tabela supra, concluíram que as queixas mais frequentes referentes aos comportamentos externalizantes são à agressividade das crianças, a não obediência e ao comportamento birrento. Já os comportamentos internalizantes as queixas são principalmente que as crianças possuem falta de atenção nas atividades escolares e medo durante atividades como esportes, ir a escola, jogos, festas de aniversário e locais com crianças desconhecidas.

Quanto às atitudes dos pais frente a estes comportamentos, o estudo concluiu que segundo Bolsoni Silva (2009, p.176), em 107 destes, os pais possuem outros comportamentos não habilitados, onde em maioria são que “pais/professores gritam e/ou batem quando o filho emite comportamentos ‘indesejáveis’”. Outras conclusões também aparecem no estudo, como que os pais não concordam com a educação dos filhos, ou que possuem dificuldade de comunicação com a criança, são diversos os comportamentos “indesejáveis” que podem ser observados na tabela supra.

Tais comportamentos se não observados e tratados cuidadosamente e com a devida atenção, se tornam quase irreversíveis quando as crianças e adolescentes atingem idades adultas, culminando na reversão destes comportamentos para outros mais agressivos ou estressantes, e até comportamentos que são penalizados de acordo com o Código Penal Brasileiro, por se tratarem de atos infracionais.

Mais uma vez vemos aqui que o simples fato de existir o direito garantido por lei, nos Estatutos ou na Constituição Federal, não garantem a plena aplicação prática destes a qual na maioria das vezes depende quase que exclusivamente de uma educação de base forte, aliado ao exemplo e atenção de pais e professores para todas as circunstâncias que acometem as crianças e adolescentes durante o seu processo de desenvolvimento.

Nas palavras dos autores:

Os resultados sugerem que o comportamento de birra dos filhos pode estar funcionalmente relacionado à inconsistência dos pais/cuidadores, pois, frequentemente, quando os pedidos das crianças/adolescentes são negados por eles, estes apresentam comportamentos de choro, grito, jogar-se no chão, insistindo nas suas necessidades; momentos em que os cuidadores acabam por ceder e atendem o que outrora fora negado, caracterizando, assim, a inconsistência do seu comportamento e oferecendo, aos filhos, reforçador intermitente, bastante poderoso na manutenção de respostas. (BOLSONI SILVA et al, pg. 169-184, 2009)

Neste sentido, durante o terceiro capítulo, buscaremos demonstrar a efetividade dos núcleos tradicionalistas em amenizar ou reparar as situações de negacionismo comportamental, e habilidades negativas durante o desenvolvimento social da criança e do adolescente. Assim como, se fazem necessários por meio do Estado, serviços de orientação aos pais e aos profissionais da educação para que intervenham junto aos filhos melhorando as interações sociais com seus pares, a fim de contribuir com o melhor desenvolvimento, possibilitando reduzir os problemas comportamentais apresentados na pesquisa supracitada.

Ações como estas são praticadas nos centros tradicionalistas, e buscam basilarmente enfrentar o medo de interação social das crianças, atendendo as demandas individuais e coletivas, incentivando o crescente desenvolvimento das atividades sociais positivas, como a

oratória e desenvoltura de habilidades diversas de cada criança, bem como o autocontrole nas diversas áreas sociais, como uma das principais ferramentas para moldar comportamentos mais complexos.

2.3 PROBLEMÁTICAS SOCIAIS ENFRENTADAS POR IDOSOS E LONGEVOS

Seguindo os moldes da Constituição Federal e emanado da necessidade social, surge o Estatuto do Idoso, com a Lei nº 10.741, de 1º de outubro de 2003, após um longo caminho de 20 anos. Desde 1997 as várias propostas e sugestões geraram inúmeros debates. Em 2003, a Campanha da Fraternidade da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB) e a novela da Rede Globo “Mulheres Apaixonadas”, se configuraram aliados importantes para que o Estatuto fosse implementado, uma vez que deram palco a estas questões.

O Estatuto do Idoso foi aprovado por unanimidade pelo Plenário da Câmara dos Deputados, no ano de 2003.

Houve uma mudança de cultura, onde em outros países o Brasil servia de exemplo, e nosso Estatuto servia de documento base para a criação do mesmo documento em diversas partes do mundo.

Assim como o Estatuto da Criança e do Adolescente, o Estatuto do Idoso volta os olhos para os problemas sociais, trazendo novamente à tona os princípios e direitos sociais fundamentais à dignidade da pessoa humana, bem como a garantia da dignidade no envelhecimento do povo brasileiro. Segundo a Organização Mundial da Saúde (OMS), até o ano de 2045, o Brasil será o sexto país com maior número de pessoas idosas.

O aumento dessa população na terceira idade faz parte da evolução social que acometeu a grande maioria dos países ao redor do mundo, os quais vivenciam o envelhecimento gradativo e constante dos seus habitantes.

Grande parte dos motivos que ocasionam esse fenômeno decorrem principalmente das baixas taxas de fecundidade aliado às baixas taxas de mortalidade, mas também, o aumento das condições de vida, contribuíram para o aumento da expectativa de vida, através da urbanização, industrialização e pautas importantes em debate como a educação e a saúde, tais fatores propiciaram a todos a possibilidade de chegar na terceira idade de uma forma saudável e ativa.

Veja, não se deve confundir o envelhecimento, a pessoa idosa, com a pessoa senil. A senilidade se trata de condições incapacitantes decorrentes da velhice, mas que não necessariamente irão ocorrer. O envelhecimento, por outro lado, acomete a todos, e não se resume apenas ao passar do tempo, mas sim a fatores biológicos, funcionais, sociais e

principalmente psicológicos, e por estes motivos, se manter ativo é o melhor meio de atingir o bem estar na terceira idade.

A proteção ao idoso é direito fundamental, cuja aplicabilidade é imediata, nos termos do que dispõe o artigo 5º, § 2º, da Constituição Federal, não subsistindo dúvida de que a não prestação de atendimento a idoso em situação de vulnerabilidade social configura comportamento omissivo e ilícito do Poder Público, sobre esta proteção, preconiza o art. 2º do Estatuto do Idoso:

Art. 2º A pessoa idosa goza de todos os direitos fundamentais inerentes à pessoa humana, sem prejuízo da proteção integral de que trata esta Lei, assegurando-se-lhe, por lei ou por outros meios, todas as oportunidades e facilidades, para preservação de sua saúde física e mental e seu aperfeiçoamento moral, intelectual, espiritual e social, em condições de liberdade e dignidade. (BRASIL, Estatuto do Idoso, 2003)

A família, a sociedade e o Estado têm o dever de amparar as pessoas idosas, assegurando sua participação na comunidade, defendendo sua dignidade e bem-estar e garantindo-lhes o direito à vida, nos termos do que dispõe o artigo 3º:

Art. 3º É obrigação da família, da comunidade, da sociedade e do poder público assegurar à pessoa idosa, com absoluta prioridade, a efetivação do direito à vida, à saúde, à alimentação, à educação, à cultura, ao esporte, ao lazer, ao trabalho, à cidadania, à liberdade, à dignidade, ao respeito e à convivência familiar e comunitária.

§ 1º A garantia de prioridade compreende:

IV – viabilização de formas alternativas de participação, ocupação e convívio da pessoa idosa com as demais gerações; (BRASIL, Estatuto do Idoso, 2003)

O Estatuto do Idoso assegura os diversos direitos para atingir o bem estar social, sendo eles a liberdade, o respeito, a dignidade, a educação, cultura, esporte e lazer como exprime os artigos 10; 20 e também o direito a descontos em diversos lugares, como trata o art. 23:

Art. 10. É obrigação do Estado e da sociedade assegurar à pessoa idosa a liberdade, o respeito e a dignidade, como pessoa humana e sujeito de direitos civis, políticos, individuais e sociais, garantidos na Constituição e nas leis.

§ 1º O direito à liberdade compreende, entre outros, os seguintes aspectos:

I – faculdade de ir, vir e estar nos logradouros públicos e espaços comunitários, ressalvadas as restrições legais;

IV – prática de esportes e de diversões;

V – participação na vida familiar e comunitária; (BRASIL, Estatuto do Idoso, 2003)

Art. 20. A pessoa idosa tem direito à educação, cultura, esporte, lazer, diversão, espetáculos, produtos e serviços que respeitem sua peculiar condição de idade. (BRASIL, Estatuto do Idoso, 2003)

Art. 23. A participação das pessoas idosas em atividades culturais e de lazer será proporcionada mediante descontos de pelo menos 50% (cinquenta por cento) nos ingressos para eventos artísticos, culturais, esportivos e de lazer, bem como o acesso preferencial aos respectivos locais. (BRASIL, Estatuto do Idoso, 2003)

Contudo, a pessoa idosa não quer “apenas” um desconto na hora de frequentar lugares, como cinema, shows, teatros e afins, pois ao frequentar muitos desses lugares, se sente invisível aos olhos da sociedade, não tendo uma inclusão com outras faixas etárias, ocasionando a exclusão e preconceitos com as pessoas idosas. Tal problema, iremos abordar com mais ênfase no decorrer deste capítulo.

Como visto no parágrafo supra, apesar das constantes lutas para a criação do Estatuto do Idoso e garantir seus direitos, os idosos enfrentam diversas dificuldades no seu dia a dia, isso porque, apenas a Lei, não é capaz de garantir tais direitos na prática, para se ter a dignidade assegurada, é preciso uma conscientização social que faça cumprir e atribua valor às leis na prática. O idoso, até mesmo pela mídia, tem sua opinião desconsiderada quanto às suas vivências e experiências, e ao momento em que vive, segundo Motta:

Em relação ao comportamento da sociedade que privilegia a juventude e a beleza, os próprios velhos tentam evitar a classificação de velhice. Desse modo, recorrem aos mecanismos tradicionais como pintar cabelos e cirurgias plásticas, seguindo o que a sociedade aponta como moda, temas de interesse e atitudes para se manterem jovens, inclusive negando a própria idade. (Motta, 2006, p. 78-82, apud Guerra A.C.L.C., Caldas C.P., p.2932, 2010)

A prática de recorrer a cirurgias e procedimentos estéticos para evitar a velhice está cada vez atingindo a população mais nova, de acordo com uma pesquisa feita em 2021 pelo jornal da USP, dados da Sociedade Brasileira de Cirurgia Plástica (SBCP), comprovam que dos quase 1,5 milhão de procedimentos estéticos feitos em 2016, 97 mil (6,6%) foram realizados em pessoas com até 18 anos de idade, e somente nos últimos dez anos, houve um aumento de 141% no número de procedimentos entre jovens. A insatisfação com a própria imagem, e a influência das redes sociais são dados como os principais motivos para essa evolução.

A evolução desses números acarreta na propagação da ideia de que envelhecer é algo ruim e deve ser evitado a qualquer custo, o que propicia o aumento da exclusão e preconceito

com pessoas da terceira idade, ou que estão quase atingindo-a, e que optaram por não aderir ao “modismo dos procedimentos estéticos”.

Ante o parágrafo supra, vemos que o abandono e a exclusão da terceira idade começa ainda nos núcleos familiares. O idoso de maneira geral define o processo de envelhecimento com palavras como abandono, solidão e desvalorização, ou ainda, segundo Bassit, como o processo de exclusão dos prazeres em suas vidas.

O abandono decorre principalmente como fruto da viuvez, onde o idoso perde a sua companhia que possui quase a mesma idade e encontra-se na mesma fase da vida. Após isso, a rotina corrida das famílias e os compromissos dos filhos com o labor, tornam o convívio familiar raro, sendo o completo oposto do que se tinha nos tempos de outrora. Decorrente da redução da força física, em paralelo com a aposentadoria, a sociedade industrial moldou uma imagem de que a pessoa idosa é descartável ou que ao chegar nessa idade, essas pessoas não se tornam mais úteis para a sociedade.

De maneira geral, as leis colaboram para que se tenha preferências em filas ou outros benefícios que são comumente citados pelos idosos, mas logo após esse levantamento, vem frases alegando que a falta de respeito dos mais novos prejudica a validação de tais leis. O respeito deve ser mútuo, existindo ou não leis que o garantem, quando nos referimos aos idosos, este deve ser redobrado.

A interação social entre gerações, o convívio com diferentes grupos em atividades sociais e comunitárias é visto em consenso como a solução para os problemas elencados acima. São problemas como estes que o Movimento Tradicionalista Gaúcho busca extinguir. A mudança de cultura com relação ao convívio entre gerações é tema perpétuo entre os tradicionalistas, os quais buscam a valorização da pessoa idosa na sociedade, principalmente como fonte de infinito conhecimento e experiências de vida. Como veremos no capítulo 3, os idosos ocupam um papel de fundamental importância nos núcleos tradicionalistas, sendo protagonistas para nortear e conduzir as futuras gerações. Como sabiamente escreveu Barbosa Lessa, ao compor a segunda estrofe do Hino Tradicionalista:

Avante, cavaleiro mirim!
Em frente, veterano peão!
Lado a lado, prenda e prendinha,
todos juntos dando a mão.
Avante, seguindo os avós!
Em frente, trazendo os piás!
Coisa linda é se ver gerações
convivendo em santa paz. (LESSA, MTG, 1998)

Em meio às pesquisas e estudos para a confecção do presente trabalho, surge o estudo de Joel Navarro e outros, denominado como “Percepção dos idosos jovens e longevos gaúchos quanto aos espaços públicos em que vivem”. Tal estudo busca entender quais são as necessidades de cada indivíduo em meio ao espaço em que vive, conhecendo as limitações e dificuldades quanto aos espaços públicos, bem como a aspectos urbanos de segurança, educação, acessibilidade, dentre outras características que devem ser fundamentais no meio social e garantidas pelo amparo do Estado como veremos na sequência, no item 2.3 do presente capítulo.

Ante os dados obtidos em na pesquisa supramencionada, cita-se alguns pontos fundamentais e que serão utilizados e analisados no último capítulo, de modo a se comparar com os dados coletados na pesquisa de campo realizada, por este pesquisador que escreve, no CTG Sentinela da Querência, com a finalidade de demonstrar a efetividade destes núcleos em combater as dificuldades enfrentadas na sociedade, as quais o Estado, muitas vezes age com omissão, carência e deficiência, acarretando na descontinuidade de ações que auxiliam na conquista do bem estar social. No estudo observado, a frequência com que os idosos jovens saem de casa é relativamente maior do que os longevos, observamos a tabela abaixo:

FIGURA 2: Frequência semanal que o idoso sai de casa

	Idosos Jovens	Idosos Longevos		
	N (%)	N (%)	Total	Valor p
Sai de casa semanalmente	5.379 (90,8)	651 (77,5)	6.030 (89,1%)	P < 0,001
Não sai de casa semanalmente	545 (9,2)	189 (22,5)	734 (10,9%)	

Fonte: Navarro, Joel Hirtz do Nascimento et al. Percepção dos idosos jovens e longevos gaúchos quanto aos espaços públicos em que vivem. *Ciência & Saúde Coletiva* [online]. 2015, v. 20, n. 2 [Acessado 16 Março 2023], pp. 461-470. Disponível em: <<https://doi.org/10.1590/1413-81232015202.03712014>>. ISSN 1678-4561. <https://doi.org/10.1590/1413-81232015202.03712014>.

Em primeiro plano, a falta de segurança, nas palavras dos autores Navarro et al (2015, p. 463): “foi a maior dificuldade enfrentada para sair de casa, referida por 1378 entrevistados, tanto longevos como jovens, não havendo diferença estatística entre os grupos.” Por sua vez, a dificuldade de locomoção está em segundo lugar:

... sendo relatada, correspondendo a 166 idosos longevos e 424 idosos jovens, sendo significativamente mais frequente no grupo mais velho. O fato de não se sentirem motivados foi mais referido entre os idosos longevos demonstrando diferença

estatisticamente significativa entre os grupos. A falta de ter com quem sair, a dificuldade de enxergar e a dificuldade com o transporte coletivo ou privado, obtiveram percentuais significativos e maiores entre os idosos longevos. As dificuldades encontradas pelos entrevistados foram percentualmente maiores entre o grupo mais velho, o que sugere uma maior limitação destes para saírem de casa. (NAVARRO, JHN et al, p.463, 2015)

A falta de motivação entre os idosos é um desafio que pode ter implicações significativas para sua qualidade de vida. Muitos idosos enfrentam aposentadoria, perda de entes queridos e limitações físicas, o que pode levar a sentimentos de inutilidade e isolamento. A falta de atividades significativas e oportunidades de engajamento social pode contribuir para a diminuição da motivação.

É crucial reconhecer a importância de manter os idosos envolvidos em atividades que lhes tragam alegria e satisfação, como hobbies, voluntariado ou atividades intergeracionais. Além disso, programas de apoio psicológico e social podem ser valiosos para abordar questões emocionais subjacentes e promover a motivação.

A falta de motivação não deve ser encarada como uma consequência inevitável do envelhecimento, mas como um problema que pode ser enfrentado com compreensão, apoio e recursos adequados. Estimular os idosos a continuar a explorar novas experiências e objetivos ao longo da vida pode ajudar a restaurar sua motivação e proporcionar um envelhecimento mais satisfatório.

A solidão também é uma questão significativa, contribuindo para a sensação de insegurança emocional. Os sistemas de apoio à terceira idade muitas vezes são insuficientes, deixando os idosos desamparados em momentos de necessidade. A falta de motivação entre os idosos é um fenômeno complexo, muitas vezes associado a uma série de fatores. Além das questões mencionadas anteriormente, a saúde física precária e as limitações funcionais podem contribuir para uma sensação de desânimo. Também é importante considerar o impacto das condições de saúde mental, como a depressão e a ansiedade, que são comuns entre os idosos e podem minar a motivação.

O isolamento social, especialmente agravado por eventos como a pandemia de COVID-19, pode levar à falta de motivação, uma vez que a interação social desempenha um papel crucial no estímulo à participação ativa na vida. Aposentadoria, muitas vezes vista como um momento de lazer, pode resultar na falta de uma estrutura diária, o que também pode contribuir para a perda de motivação.

Para enfrentar esse problema, é essencial que a sociedade e as instituições criem um ambiente que promova o envelhecimento ativo e saudável. Isso inclui a oferta de programas de apoio, oportunidades de aprendizado ao longo da vida, atividades sociais e culturais, bem como o reconhecimento do valor e da sabedoria que os idosos trazem para a comunidade. A empatia e a compreensão das necessidades emocionais e psicológicas dos idosos são fundamentais para ajudá-los a redescobrir a motivação e a encontrar significado em suas vidas na terceira idade. Para promover o envelhecimento ativo e saudável, é fundamental para os idosos, saírem de casa, porém vejamos os dados abaixo sobre as dificuldades enfrentadas:

FIGURA 3: Dificuldades encontradas ao sair de casa

	Idosos Jovens	Idosos Longevos	Total	Valor p
	N (%)	N (%)		
Falta de segurança	1.188 (19,6)	190 (22,2)	1.378 (19,9%)	p = 0,079
Dificuldade de locomoção	424 (7)	166 (19,4)	590 (8,5%)	p < 0,001
Não se sente motivado (a)	289 (4,8)	71 (8,3)	360 (5,2%)	p < 0,001
Falta de ter com quem sair	180 (3)	46 (5,4)	226 (3,3%)	p < 0,001
Necessidade de banheiro com frequência	121 (2)	24 (2,8)	145 (2,1%)	p = 0,124
Dificuldades de enxergar	95 (1,6)	40 (4,7)	135 (2%)	p < 0,001
Dificuldade com transporte coletivo ou privado	107 (1,8)	26 (3)	133 (1,9%)	p = 0,011
Dificuldade de comunicação (ouvir ou falar)	43 (0,7)	11 (1,3)	54 (0,8%)	p = 0,074
Medo de se perder	23 (0,4)	15 (1,8)	38 (0,5%)	p < 0,001
Outra dificuldade	20 (0,3)	5 (0,6)	24 (0,4%)	p < 0,001
Não observa nenhuma dificuldade	4.053 (66,9)	423 (49,4)	4.476 (64,7%)	p = 0,247

Fonte: Navarro, Joel Hirtz do Nascimento et al. Percepção dos idosos jovens e longevos gaúchos quanto aos espaços públicos em que vivem. *Ciência & Saúde Coletiva* [online]. 2015, v. 20, n. 2 [Acessado 16 Março 2023], pp. 461-470. Disponível em: <<https://doi.org/10.1590/1413-81232015202.03712014>>. ISSN 1678-4561. <https://doi.org/10.1590/1413-81232015202.03712014>.

Ainda sobre o primeiro ponto abordado, a segurança:

Sobre a percepção dos locais públicos frequentados, os ambientes inseguros foram relatados por 1590 idosos jovens e 215 longevos, somando 26,1% dos indivíduos entrevistados. Não houve diferença significativa entre os dois grupos, ambos percebem essa limitação do espaço público, conforme Tabela 3. A alternativa “poucos bancos ou em mal estado” foi significativamente mais relatada pelos idosos jovens (19,6%). Os locais públicos “sujos, sem limpeza” foram evidenciados por 1024 pessoas, não obtendo diferença significativa entre as duas faixas etárias. Ambientes pouco iluminados foram significativamente mais percebidos pelos idosos jovens, correspondendo a 542 participantes do estudo. (NAVARRO, JHN et al, 2015, p. 463)

A falta de segurança para os idosos é uma preocupação crescente em muitas partes do mundo. Essa vulnerabilidade se manifesta de diversas formas, incluindo abuso físico,

emocional, financeiro e negligência. Os idosos frequentemente enfrentam ações criminosas, como roubo e agressão, devido à percepção de fragilidade. Além disso, a falta de segurança social e econômica pode expô-los a riscos, tornando-os alvos fáceis para fraudes financeiras e abandono.

Para combater essa falta de segurança, é fundamental fortalecer políticas de proteção aos idosos, promover a conscientização sobre o abuso e o abandono e incentivar a criação de comunidades mais acolhedoras e inclusivas para a população idosa. Garantir a segurança dos idosos é não apenas um imperativo moral, mas também uma necessidade social e humanitária.

FIGURA 4: Percepção dos locais públicos frequentados

	Idosos Jovens	Idosos Longevos	Total	Valor p
	N (%)	N (%)		
Inseguros	1.590 (26,3)	215 (25,1)	1.805 (26,1%)	p = 0,466
Poucos bancos ou em mau estado	1.189 (19,6)	138 (16,1)	1.327 (19,2%)	p = 0,014
Sujos (sem limpeza)	912 (15,1)	112 (13,1)	1.024 (14,8%)	p = 0,124
Pouco iluminados	542 (8,9)	47 (8,0)	589 (8,5%)	p < 0,001
Pouco arborizados	486 (8,0)	41 (7,8)	527 (7,6%)	p < 0,001
Muitos degraus	143 (2,4)	21 (2,5)	164 (2,4%)	p = 0,872
Não observa nenhum desses problemas	1.873 (30,9)	224 (26,1)	2.097 (30,3%)	p = 0,004
Não sabe responder (não frequenta)	1.215 (20,1)	293 (34,2)	1.508 (21,8%)	p < 0,001

Fonte: Navarro, Joel Hirtz do Nascimento et al. Percepção dos idosos jovens e longevos gaúchos quanto aos espaços públicos em que vivem. *Ciência & Saúde Coletiva* [online]. 2015, v. 20, n. 2 [Acessado 16 Março 2023], pp. 461-470. Disponível em: <<https://doi.org/10.1590/1413-81232015202.03712014>>. ISSN 1678-4561. <https://doi.org/10.1590/1413-81232015202.03712014>.

Observando os dados obtidos, podemos concluir que com a atual situação dos espaços públicos os jovens e idosos estão optando por permanecer em suas casas, o que culmina na acentuação dos problemas de inclusão e integração social, bem como contribui com o abandono e invisibilidade social, especialmente para idosos. Nas palavras dos autores:

Este estudo demonstrou a diferença de percepção que os idosos jovens e longevos gaúchos possuem do ambiente urbano em que vivem. [...] Ao mesmo tempo em que os idosos longevos perceberam menos esses fatores, o grupo referiu que frequentava menos os ambientes comunitários, estabelecendo, assim, uma diminuição da relação

desse contingente populacional longo com suas cidades. Este tipo de achado apresenta-se como um dos principais fatores determinantes da qualidade de vida dos idosos longevos, sinalizando a necessidade de serem criadas estratégias que possibilitem ampliar a capacidade desses indivíduos sentirem-se mais felizes e saudáveis no meio onde vivem. (NAVARRO, JHN et al, 2015, p. 467)

São diversos os estudos sobre as funções cognitivas na "melhor idade", é sabido que quem realiza atividades como oficinas, especialmente as culturais, dentre elas o artesanato, danças e exercícios físicos se mantêm mais ativo, possuem mais qualidade de vida e se consideram mais felizes. Tais atividades promovem a socialização ou melhor dizendo a "ressocialização" desta faixa etária em nossos núcleos sociais.

Concluindo, de acordo com os autores da pesquisa, Joel Navarro et al. (2015), estudos com esse mesmo tema abordam a importância das interações sociais para os idosos. É a partir do cotidiano de relações que os idosos se tornam conscientes de seus papéis como atores sociais, sendo capazes de contribuir para a sociedade.

No capítulo a seguir, verificar-se-á que para o Movimento Tradicionalista Gaúcho, a convivência entre as gerações é de fundamental relevância social. A presença de idosos nas atividades do MTG promove a integração intergeracional, permitindo que os mais jovens aprendam com a sabedoria e experiência dos mais velhos. Os idosos frequentemente desempenham papéis de mentoria e instrução, transmitindo suas habilidades e conhecimentos para as gerações mais jovens, são portadores de conhecimento e experiências valiosas, sendo capazes de transmitir histórias, práticas culturais que foram passadas de geração em geração. Muitos idosos possuem habilidades artísticas e artesanais, como a confecção de trajes típicos e a execução de músicas tradicionais, contribuindo para a preservação das expressões culturais.

3 CAPÍTULO 2 – ANTECEDENTES HISTÓRICOS DO MOVIMENTO TRADICIONALISTA GAÚCHO E SUA FUNÇÃO COMO INSTRUMENTO DE AMPARO AO ESTADO PARA A RESOLUÇÃO DOS PROBLEMAS SOCIAIS FUNDAMENTAIS.

O Movimento Tradicionalista Gaúcho – MTG, é considerado como o maior movimento de cultura popular do mundo, seja por seus membros, seja por políticos e demais autoridades, ou então quando buscamos entender a amplitude desse movimento cultural, que conforme seu site, é uma entidade associativa, que congrega em torno de 1700 Entidades Tradicionalistas legalmente constituídas, conhecidas por Centro de Tradições Gaúchas, Grupos Nativistas, Grupo de Arte Nativa, Piquete de Laçadores, Grupos de Pesquisas Folclóricas ou outras denominações, que se identifiquem com a finalidade a que se propõem. As entidades tradicionalistas filiadas ao MTG estão distribuídas nas 30 Regiões Tradicionalistas, as quais agrupam 500 municípios do nosso Estado.

O MTG é um organismo social de natureza nativista, cívica, cultural, literária, artística e folclórica, conforme descreve simbolicamente o Brasão de Armas do MTG, com as sete (7) folhas do broto, que nasce do tronco do passado. (O que é o MTG?, MTG)

O MTG é definido como uma entidade civil sem fins lucrativos, dedica-se à preservação, resgate e desenvolvimento da cultura gaúcha.

Ainda, sobre a extensão dessa cultura popular, de acordo com a Convenção para Salvaguarda do Patrimônio Cultural Imaterial, realizada para a Educação, a Ciência e a Cultura, pela Conferência Geral das Nações Unidas, o conceito de patrimônio cultural imaterial é:

[...] práticas, representações, expressões, conhecimentos e técnicas – junto com os instrumentos, objetos, artefatos e lugares culturais que lhes são associados – que as comunidades, os grupos e, em alguns casos, os indivíduos reconhecem como parte integrante de seu patrimônio cultural. [...] Esse patrimônio cultural imaterial, transmitido de geração em geração, é constantemente recriado pelas comunidades e grupos em função do seu meio, da sua interação com a natureza e da sua história, incutindo-lhes um sentimento de identidade e de continuidade, contribuindo, desse modo, para a promoção do respeito pela diversidade cultural e pela criatividade humana. (IPHAN, 2006, p.15 apud Gomes, p.25, 2010)

Segundo o Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional – IPHAN, as manifestações culturais por meio das expressões orais, de tradições, rituais regionais, práticas sociais, eventos festivos, artesanatos, e entre outras formas de manifestação, são denominadas

patrimônio cultural imaterial. E por meio das estratégias de salvaguarda este patrimônio é assegurado pela:

identificação, documentação, pesquisa, preservação, proteção, promoção, valorização, transmissão, essencialmente através da educação formal e não formal, bem como a revitalização dos diferentes aspectos desse patrimônio. (IPHAN, 2006 apud Gomes, p.25, 2010).

A partir desse pressuposto Ana Gomes (2010) afirma que o Ministério da Cultura (MINC) e o IPHAN, tem a possibilidade e executar a política federal para guardar e valorizar o patrimônio cultural, constituído por, além do já mencionado, expressões significativas para os povos detentores que são responsáveis pela existência e continuidade deste patrimônio. Assim como, identificar, valorizar a cultura e tradições regionais por meio das políticas públicas.

Inicialmente, faz-se necessário conceituar cultura. Conforme Forquim (1993) cultura pode ser definida como um modo determinado de vida, um modo de pensar, de viver das pessoas, compartilhamento de significados, de sentidos, de valores, de comportamentos de determinado grupo social, sendo que nos diferentes grupos sociais ocorre um processo de seleção: determinados elementos da cultura são selecionados, e outros não.

Já tradição, segundo Silva e Silva (2012, p. 405), “[...] é um produto do passado que continua a ser aceito e atuante no presente”, e “cultura é tudo aquilo produzido pela humanidade, seja no plano concreto ou no plano imaterial, desde artefatos e objetos até ideais e crenças”

Sobre esta questão Canclini (2005) pontua que:

[...] Toda cultura é resultado de uma seleção e de uma combinação, sempre renovada, de suas fontes. Dito de outra forma: é o produto de uma encenação, na qual se escolhe e se adapta o que vai ser representado, de acordo com o que os receptores podem escutar, ver e compreender. As representações culturais, desde os relatos populares até os museus, nunca apresentam os fatos, nem cotidianos, nem transcendentais; são representações, teatro, simulacro. (CANCLINI. 2005, p. 201)

Para falarmos da cultura ao redor do mundo, precisamos primeiro compreender a magnitude e a extensão desta. A Ciência Geográfica, contempla as dimensões simbólicas e espaciais encontradas nas manifestações culturais diante das interações globais com a revitalização das culturas populares e tradicionais, com a intenção da manutenção dessas no âmbito social. Seguindo neste contexto, Ana Gomes (2010) cita Roberto Corrêa (1997) definindo:

chama atenção à necessidade de os Geógrafos ampliarem a sua contribuição para a compreensão da sociedade brasileira através das diversas facetas da cultura em suas dimensões espaciais. (Corrêa, 1977 apud Gomes, p.45, 2010)

Partindo da construção social da identidade do gaúcho, o renascimento do Gauchismo, por meio do Movimento Tradicionalista Gaúcho e da disseminação deste para os novos espaços na sociedade modernizada, passa por um processo de construção de uma certa (re)conquista territorial, a qual se vê sustentada por meio dos Centros de Tradições Gaúchas.

Segundo Maria Eunice Maciel (1994), o gauchismo é as diversas manifestações culturais que buscam o gaúcho como ponto referencial, adotando e representando um sentimento de pertencimento ao espaço do qual está inserido.

A intenção do gauchismo, não se baseia em somente referenciar o “personagem¹” em escritas, contos e estudos, mas sim personificar a imagem do verdadeiro gaúcho, o qual guarda em sua essência a verdadeira imagem da cultura regionalista tradicional. Essa cultura regionalista, passa pelo entendimento da etnografia, que para Clifford Geertz (1989), possui uma densa descrição, mas entende que o seu dever é:

[...] fornecer um vocabulário no qual possa ser expresso o que o ato simbólico tem a dizer sobre ele mesmo – isto é, sobre o papel da cultura na vida humana. (...) É dessa maneira que a teoria funciona. Um repertório de conceitos muito gerais (...) e sistemas de conceitos que se entrelaçam no corpo da etnografia de descrição minuciosa na esperança de tornar cientificamente eloqüentes as simples ocorrências. O objetivo é tirar grandes conclusões a partir de fatos pequenos, mas densamente entrelaçados; apoiar amplas afirmativas sobre o papel da cultura da construção da vida coletiva empenhando-as exatamente em especificações complexas. (GEERTZ, 1989, p.19 apud Gomes, p.15 e 16, 2010)

Kaiser (1999), busca definir o conceito de cultura, relacionando-a à etnografia, afirmando:

Se considerarmos a cultura como um sistema de significado, a etnografia pode ser definida como a tradução de um encontro entre dois sistemas de significação diferentes – o do grupo estudado e o do antropólogo que indaga sobre natureza das diferenças e semelhanças e utiliza o contraste como meio de investigação da diversidade cultural. A essência da antropologia é estabelecer uma ponte entre estes dois universos – quanto maior a compreensão mútua, melhor será a tradução da conversa. (KAISER, 1999, p.25 apud Gomes, p.16, 2010)

Fazem parte desse universo sociocultural, os intelectuais e literatos interessados nas tradições. Incluímos aqui, a Sociedade Partenon Literário, do qual falaremos com ênfase mais

¹ Palavra comumente usada por ignorantes em matéria da cultura gaúcha. Vendo a indumentária típica apenas durante a Semana Farroupilha, e a caracterizando como “personagem”.

tarde, assim como os Grêmios Gaúchos criados ao longo dos anos, a Estância da Poesia Crioula - EPC, uma espécie de academia regionalista de letras, e até mesmo a própria Academia Brasileira de Letras, figuras sociais de extrema importância para o fortalecimento do movimento até chegarmos na presente extensão.

A figura do Gaúcho foi mutável ao longo do tempo, a evolução da sua trajetória é notável. De início a palavra por si só significava contrabandista, vagabundo, grosso, antissocial, e não civilizado, estas expressões das quais moldaram a figura do Gaúcho na época, decorriam da não inclusão desse povo aos novos costumes inseridos na sociedade, agora modernizada, com costumes Americanos e Europeus, gaúchos categorizados como marginais, e é daí que advém a associação em toda a sua conjuntura com o que abordamos no primeiro capítulo, a partir disso conseguimos relacionar os núcleos sociais excluídos, presentes nas periferias e o gaúcho recolhido para os confins do pampa, de forma a entender o motivo de o MTG em seus documentos afirmar e reafirmar com convicção o seu papel de auxílio social.

Figura do gaúcho é comumente encontrada nas regiões da Pampa das Três Fronteiras, localizada nas divisas de Argentina, Uruguai e Rio Grande do Sul, contudo o gaúcho² Uruguaio e Argentino é uma figura mais cotidiana e apropriadamente festejada e admirada pelos tradicionalistas e demais membros da sociedade como uma figura emblemática nacional enquanto no Rio Grande do Sul, foi por muito tempo vista como uma “aberração”, não conivente com a nova sociedade que se moldava, desse modo a construção desta figura hoje presente no nosso cotidiano seguiu por um caminho mais tortuoso e turbulento, o qual será abordado no decorrer deste capítulo.

Como dito anteriormente, o responsável pela manutenção, transmissão e expansão da cultura tradicionalista gaúcha é o Movimento Tradicionalista Gaúcho – MTG, e a partir disso, necessitamos da compreensão dos antecedentes históricos e das fases de construção da identidade do gaúcho, o que nos traz ao presente.

Em meados do século XX o Estados Unidos tornou-se o norteador do que era considerado como moda e cultura, sufocando as culturas regionais e levando as elites urbanas, principalmente os jovens, a imitar esse estilo americano. Os jovens não viam mais as suas raízes culturais como suas. Conforme Pesez (1990, p. 181), a cultura material “é a relação do homem com os objetos, pois o homem não pode estar ausente quando se trata de cultura”.

Tal qual encontrado no site do MTG:

² A palavra Gaúcho se originou do quéchua “huachu”, língua típica dos Andes Centrais, que significa órfão ou vagabundo. Com a vinda da colonização espanhola no Uruguai e Argentina o termo foi alterado, passando a ser utilizado mais comumente a palavra “Gáucho” ou “Gaucho” (pronunciando-se da mesma maneira”

O Brasil estava saindo da ditadura de Getúlio Vargas, que havia amordaçado a imprensa, prejudicava o desenvolvimento e prática das culturas regionais. Com isso, perdia-se o sentimento de culto às tradições, nossas raízes estavam ao esquecimento, adormecidas, reflexo da proibição, demonstrações de amor ao regional. Bandeiras e Hinos dos estados foram simbolicamente queimados em cerimônia no Rio de Janeiro e, diante de tudo isso os gaúchos estavam acomodados àquela situação, apáticos, sem iniciativa. (Grupo dos 8, MTG)

Com isso a marginalização e decadência social, em termos substanciais começava a aparecer e a criar uma onda sequencial de disfunções e distúrbios sociais, dentre eles, a educação basilar insuficiente, a violência e criminalidade, o abandono social de crianças, adolescentes e idosos.

Assim, o modo de pensar e conceber o mundo que o cerca é produzido pelo próprio homem, e este o reflete na sociedade como um todo, tendo como referencial a sua consciência. Peixoto (2003) sobre esta questão aborda:

Portanto, o homem faz-se de modo dialético – ao construir o mundo e a história, e ao ser por eles construído – no embate com a natureza para a obtenção e construção dos meios de subsistência; é na ação sobre a natureza que o homem processa a objetivação de sua subjetividade nos objetos que cria – constrói ao mesmo tempo em que promove a subjetivação do mundo objetivo, imprimindo-lhe a marca do humano, quer dizer, humanizando-o. (PEIXOTO, 2003, p. 42).

3.1 ANTECEDENTES HISTÓRICOS À FORMAÇÃO DO MOVIMENTO TRADICIONALISTA GAÚCHO ORGANIZADO.

Nos remetendo aos primórdios da história do Movimento Tradicionalista Gaúcho - que servirá de base para demonstrar a efetiva funcionalidade da assistência social em nossa sociedade - esta pode ser contada a partir de vários momentos. São várias as vertentes que tentam fixar um ponto de partida para a criação do Movimento Tradicionalista Gaúcho. A fundação do Grêmio Gaúcho, por Cezimbra Jacques, em 1889, a ronda gaúcha, no Colégio Júlio de Castilhos, de 1947, a fundação do 35 CTG, em abril de 1948 ou mesmo a realização do 1º Congresso Tradicionalista Gaúcho, em 1954, talvez possa ser, ainda, a constituição do Conselho Coordenador, em 1959. Iremos partir da ideia de que, seja qual for o ponto de partida, o importante é que, em 1966, durante o 12º Congresso Tradicionalista Gaúcho realizado em Tramandaí, foi decidido organizar a associação de entidades tradicionalistas constituídas, dando-lhe o nome de Movimento Tradicionalista Gaúcho, identificado com a sigla MTG, assim

é que, desde 28 de outubro de 1966, a Instituição se tornou conhecida deste modo, como um organismo social sem fins lucrativos, de natureza nativista, cívica, cultural, literária, artística e folclórica.

Para traçarmos a progressão dos fatos históricos que nos levaram aos tempos e formatações atuais, remete-se a meados de 1800.

Conforme informações e fatos históricos registrados por João Carlos Paixão Côrtes (1994), em seu livro “Origem da Semana Farroupilha Primórdios do Movimento Tradicionalista”, já era a segunda metade do século XIX e o gaúcho, principalmente o que se encontrava radicado nos maiores centros, sentia a forte atração que a sua terra exerce em sua ausência. Esse telurismo congênito, sua autoafirmação de suficiência e amor a sua terra foram geridos pela participação dos seus antepassados nas constantes lutas mantidas para a demarcação e manutenção das fronteiras meridionais de sua pátria, onde os interesses estrangeiros queriam fazer valer a sua predominância.

A construção social e cultural do gaúcho, forjado em um tempo e espaço único, ensinou ao homem sulino um sentimento de firmeza de caráter e de ação dos seus ancestrais, sensibilizando-o como um ser predestinado a continuar essa história.

Acrescenta-se sobre a isso, o modo de vida nas estâncias, onde o peão realizava as diárias lidas campeiras e depois confraternizando através do chimarrão, elo afetivo e real da amizade e da compreensão, enraizado no gaúcho, o mais amplo sentido de democracia. A soma destas influências revela à sociedade o porquê desse apego do homem sulino ao torrão natal.

Em 1898, em plena Guerra do Paraguai, funda-se o Parthenon Literário, por jovens intelectuais rio-grandenses que foram, de certa forma, porta-vozes do telurismo e da base inicial do regionalismo gaúcho, através dos seus livros, conferências e de artigos em jornais, com ideias liberais, nativistas e abolicionistas. Sua criação foi centrada em duas figuras: o médico e escritor José Antônio Caldre e Fião, que se tornou presidente honorário da instituição, e o jovem Apolinário Porto Alegre. Caldre e Fião, teve empregado o seu prestígio pessoal, pois na época já era escritor e autor conhecido.

Segundo Paixão Côrtes (1994)

Se haviam, como vimos, um momento de negação ou de menor importância às tradições gaúchas, outros se opunham a esta situação como uma corrente de resistência, representados também, por uma pequena facção regionalistas tradicionalista formada por escritores de “visão ampla”, que procuravam lutar em defesa de nossas heranças. (Côrtes, 1994, p. 23)

Entre essas figuras, estavam presentes os intelectuais já conhecidos da sociedade brasileira.

O Parthenon foi extinto por volta de 1925, mas de fato, já havia paralisado suas atividades associativas desde o ano de 1885.

O mesmo sentimento nativista que percorria os campos do Rio Grande do Sul invadia também a pampa platina - o Uruguai, cuja formação, em muitos casos, foi idêntica à do Rio Grande do Sul. Em 1894, o Dr. Elias Regules, médico e poeta, fundou uma entidade tradicionalista com o nome de La Criolla, a qual, mais tarde, recebeu seu nome por homenagem. O objetivo era unido por resgatar, preservar e valorizar as tradições gauchescas no Uruguai. O discurso pronunciado por Elias Regules, no primeiro ato oficial após a criação da agremiação, resume o pensamento que orientou aquele grupo de patriotas:

Não se acovarda quem conserva positivos entusiasmos pelas coisas da sua terra; Não se apequena quem dentro do pago olha para trás para alargar a sua visão com quadros lendários de titãs; Não vale menos quem através das centenas de hipocrisias com que nos movemos na incessante luta dos homens, sabe guardar intacta uma jovialidade sempre viva para fortalecer com ela a histórias dos seus antepassados. (Regules, 1894 apud Cirne, 2006)

A iniciativa de Elias Regules pode ter servido de inspiração para que o Major João Cezimbra Jacque viesse a criar em 1898 o Grêmio Gaúcho de Porto Alegre e, mais tarde, esta sociedade interferiria diretamente no que viria a ser o tradicionalismo gaúcho organizado.

Como vimos, em fins do século XIX, a ideia de mobilização e de união das potencialidades do sentimento nativista gaúcho começou a criar corpo e a tomar formas. Em Porto Alegre, um grupo de homens liderados pelo Major do Exército Nacional, João Cezimbra Jacques, criaram uma agremiação congregando homens de forte sentimento terrunho. Do perseverante trabalho realizado, surge o Grêmio Gaúcho de Porto Alegre, entidade voltada para fins recreativos, culturais e esportivos, mas, principalmente, segundo o seu estatuto, às coisas da tradição sul-rio-grandense, inspiradas na personalidade inconfundível do General Bento Gonçalves da Silva, principal líder da Revolução Farroupilha.

A criação da entidade no seio da capital teve significativa acolhida da sociedade urbana do interior, o que motivou a criação de outros clubes com a mesma finalidade, com a denominação “Grêmio” ou “União”³ Festas, palestras e outras promoções do gênero

³ 1898 - Grêmio Gaúcho de Porto Alegre; 1899 - União Gaúcha de Pelotas; 1899 - Grêmio Gaúcho de Bagé; 1900 - União Gaúcha Lourenciana de São Lourenço; 1901 - União Gaúcha de Rio Grande; 1901 - Grêmio Gaúcho de Santa Maria; 1902 - Grêmio Gaúcho de Encruzilhada; 1902 - União Campestre de Pelotas; 1902 -

amenizavam a saudade da campanha, que se revigora na vivência de usos e costumes que lhe eram tão caros, sobretudo na exaltação cívico patriótica do pago.

O Grêmio Gaúcho foi prestigiado e frequentado pelas mais altas autoridades do Estado, e por intelectuais da sociedade porto-alegrense. E aqui temos o marco inicial da senda do tradicionalismo sul-rio-grandense.

Anterior às agremiações, algumas entidades já haviam se formado com caráter distinto do Grêmio Gaúcho, como a Sociedade Sul-Rio-Grandense (1850), no Rio de Janeiro; Club 20 de Setembro (1881), em São Paulo e Clube Republicano Recreativo Rio-Grandense (1884), também no Rio de Janeiro. No final da década de 30 e início da década de 40, do século passado, surgiram, ainda, a Sociedade Gaúcha Lomba-grandense, em Novo Hamburgo (1938) e o Clube Farroupilha, de Ijuí (1943).

Dessa época, ou da primeira investida pelo culto às tradições do Rio Grande do Sul, classificada como “Gauchismo Cívico” dos anos 90, liderada por João Cezimbra Jacques, somente o Grêmio Gaúcho, de Porto Alegre, ainda tem a sua sede e o mesmo nome, tombado como patrimônio cultural da capital gaúcha, porém hoje, com suas portas fechadas.

A União Gaúcha de Pelotas, Sociedade Gaúcha de Lomba Grande, de Novo Hamburgo, e Clube Farroupilha, de Ijuí, resistiram e ainda estão ativas graças à implementação do modelo de “CTG”, a partir do modelo do “35 CTG”. As três entidades adequaram as suas estruturas e se transformaram em meados do século XX. São as três entidades mais antigas e precursoras do tradicionalismo gaúcho aqui no Estado, o que não tira do “35 CTG” a alcunha de “Pioneiro”, posto que foi este quem estabeleceu o modelo organizacional e definiu com clareza os objetivos a serem seguidos por uma entidade tradicionalista, o que foi adotado por todos, inclusive pelos três mais antigos.

Os precursores, como Cezimbra Jacques, tiveram muita resistência para a implantação de sociedades que pudessem cultivar os hábitos e costumes do povo interiorano. Sendo podado sempre que defendia a figura do gaúcho, Jacques terminou exilado no Rio de Janeiro, onde, desconhecido e pobre, conseguiu afastar-se da ridicularização e parou de ser combatido. Segundo Barbosa Lessa (1985), Porto Alegre era como uma bastilha da cultura importada e jamais seria propícia ao desenvolvimento de entidades como as preconizadas por Cezimbra Jacques.

Barbosa Lessa acreditava que, a cada trinta anos, renova-se no Rio Grande do Sul o interesse dos jovens pela cultura popular, e que só falta (ainda) a escola engajar-se nesse movimento. Dizia ele:

[...] no entanto, aquela etapa é essencial para a compreensão do que vem ocorrendo com a cultura desde os anos 90 do século XX. Ou seja: ciclicamente, de trinta em trinta anos, ao ensejo de alguma rebordosa mundial ou nacional, e havendo clima de abertura para as indagações do espírito, termina surgindo algum “ismo” relacionado com a tradição. Assim foi com o gauchismo dos anos 90 (1890), com o regionalismo dos anos 50 (1947) e com o nativismo de 1980. Sem pretensão de futurólogo, creio que o “ismo” do ano de 2010 será a revisão da postura dos educadores e da inteligência do Rio Grande em face desse segmento até hoje entendido como subcultura. (Lessa, 1985 apud Bastos, 2016)

Quando os modernistas de São Paulo realizaram a Semana da Arte Moderna, em 1922, o Rio Grande do Sul já havia se antecipado em matéria de regionalização literária e editorial. Os intelectuais gaúchos já haviam escolhido seu caminho: o do regionalismo. Em 1925, Darcy Azambuja, um jovem de 21 anos, de Encruzilhada, ganhou o prêmio da Academia Brasileira de Letras, com seus contos de “No Galpão”. Nesse contexto, a poesia regionalista recebeu o jovem Augusto Meyer, que chegou a ser diretor do Instituto Nacional do Livro, a convite de Getúlio Vargas.

Em meados do século passado o homem da campanha não arriscava adentrar na cidade vestido com sua pilcha: apeava do seu cavalo, tirava as botas, as esporas e a bombacha, lavava-se na sanga, vestia uma calça corrida, calçava sapatos, que levava escondido debaixo dos pelegos, para entrar no povoado. Pouca consideração se tinha pelo peão de estância. Ser um bom ginete, um guasqueiro, um lavrador, um laçador, não tinha valor maior, a não ser, o “orgulho” pessoal. O chimarrão se limitava às porteiras de fazendas. Na cidade o chimarrão não chegava até a porta da frente de casa.

As diversões campeiras do gaúcho, na primeira metade do século XX, se restringiam a reuniões de domingo num bolicho⁴ para beber, cantar, trovar⁵, jogar contravenção do “jogo do osso” ou a “tava”⁶, algum baile de chão batido de um posteiro⁷ de fundo de campo.

Segundo Paixão Cortes, as danças de outrora, como o pezinho, balaio, e outros temas, não haviam sido registradas em nosso folclore e nem notícias se tinha de sua vivência

⁴ Loja comercial, venda, ou bar de beira de estrada.

⁵ A trova gaúcha é um repente, improvisado em versos cantados e acompanhado por música, geralmente pelo acordeon.

⁶ A “Tava”, ou popularmente conhecida como “Jogo do Osso”, é um jogo típico da região de fronteira do Rio Grande do Sul com Uruguai e Argentina.

⁷ Empregado encarregado da estância ou fazenda.

espontânea nas comunidades rurais rio-grandenses. Nos balcões de bolichos campeiros, não se pedia mais um “martelo⁸” para beber a tradicional canha⁹ pura, mas mandava-se botar um Samba (Coca-Cola com cachaça) ou um Cuba Libre (Coca-Cola com Rum). Não se sabia mais o que era um “concertada¹⁰”, um “pula-macaco¹¹”. Era a americanização, até mesmo da nossa forma de beber.

A literatura gaúcha, se via agredida por ilustrações de fotografias de cowboys, já que os editores, na ausência de fotos “crioulas”, ou na falta de ilustradores conhecedores de cenas campesinas, para completar o texto poético dos cantadores populares, utilizavam-se de cenas de filmes de faroeste norte-americano. O costume era imitar os Estados Unidos, consumir os hábitos de vestir e as expressões culturais norte-americanas, que era uma tentativa de desfigurar a nacionalidade do povo brasileiro e estabelecer uma esfera de vassalagem. Enfraquecia-se a cultura tradicional rio-grandense, e a cultura brasileira se via ameaçada por forte pressão agora sob o impacto dos veículos de comunicação de massa. A psicologia coletiva urbana do povo gaúcho refletia os hábitos corriqueiros assimilados por grande parte do povo brasileiro, em refletir os modos de vida norte americanos.

Nessa época o Rio Grande andava bastante esquecido de si mesmo, e a própria bandeira estadual permanecia queimada e escondida desde novembro de 1937. Eram resquícios do Estado Novo de Getúlio Vargas. Foi então que o estudante João Carlos D'Avila Paixão Cortes, com 19 anos, reuniu jovens interioranos, colegas que tinham o pensamento parecido com o dele, em setembro de 1947, e fundou o Departamento de Tradições Gaúchas do Grêmio Estudantil do Colégio Júlio de Castilhos.

Dentre as iniciativas do Grêmio, por ocasião dos festejos comemorativos da “Semana da Pátria”, destacava-se a colocação de uma “Pira” no interior do colégio. Contudo ia muito adiante a imaginação daqueles jovens. Desejando colaborar com a Liga de Defesa Nacional nas homenagens que, no dia 05 de setembro, seriam prestadas ao general farroupilha David Canabarro, Paixão resolve organizar uma comissão de estudantes no colégio que, caracterizada com os trajes gaúchos, na respectiva montaria, iria receber e acompanhar os restos mortais de Canabarro. Diante do Major de Exército Darcy Vignoli, presidente da Liga de Defesa Nacional do Rio Grande do Sul, Paixão expressou o desejo de retirar, ao final do dia sete, uma centelha do fogo simbólico e transportá-la até o Colégio Júlio de Castilhos, onde seria colocada num

⁸ No dialeto gaúcho é o nome dado ao copo de cachaça utilizado em bares e botecos.

⁹ Palavra utilizada no dialeto gaúcho, define o que popularmente é conhecida como Cachaça.

¹⁰ Cachaça fervida com açúcar, canela e erva doce, em algumas regiões feita com café.

¹¹ “Sangria”, de vinho.

"candeeiro crioulo". A chama seria o princípio da Ronda Gaúcha (Crioula). Chegado o dia, Paixão junto com apenas mais 7 jovens, completaram o "Grupo dos Oito"¹², como mais tarde ficou historicamente celebrizado, no 1º Congresso Tradicionalista Gaúcho, realizado em Santa Maria.

Depois de quase dez anos ausente da percepção do povo rio-grandense, o símbolo maior do estado voltava a tremular, a bandeira do Estado era conduzida por autênticos campeiros¹³ pelas ruas da capital. No dia 7 de setembro de 1947, momentos antes de ser extinto o fogo simbólico da Pira da Pátria, no Parque Farroupilha, foi acesa uma tocha e conduzida por Paixão Côrtes, com Cyro Dutra Ferreira e Fernando Macha Vieira conduzindo as bandeiras.

Após, a chama foi levada ao colégio Júlio de Castilhos, onde permaneceu acesa até a meia noite do dia 20 de setembro, data de mais um aniversário da Revolução Farroupilha, período que ficou denominado como "Ronda Gaúcha".

Graças à presença de Manoelito de Ornellas, consagrado escritor, autor de vários livros, poeta, sociólogo, jornalista, com coluna no Jornal Correio do Povo e que proferiu na abertura das solenidades um discurso de apoio à causa regionalista, manifestando que acreditava nos objetivos que aqueles jovens estudantes se propunham alcançar, o tradicionalismo apareceu como uma força viva popular. Dizia ele:

O gesto desses moços tem outra transcendência que um simples exibicionismo bairrista ou a satisfação de uma reles fantasia regional. O que eles procuram pelo cenário e pela indumentária redivivas, são aqueles caminhos que Ortega Y Gasset apontou à Espanha, quando percebeu que esta começava a desarticular os elos de suas sagradas tradições: a correção da cidade pelo campo e a galvanização do homem urbano pelo simples e rude, mas honesto e bom, das lides agrestes.

Após o mês de setembro, aqueles jovens com o espírito provocado, permaneceram realizando reuniões com a ideia de dar continuidade à preservação das tradições gaúchas. Segundo Barbosa Lessa, um daqueles jovens: "Não nos animavam preocupações literárias, mas sim o empenho associativo." Dizia ele:

cidadinos, guardam ainda nas veias o sangue forte da terra rio-grandense. E sobre a fundação de um clube tradicionalista. Terá como finalidade reunir no mesmo rodeio, os guapos das muitas querências, do Rio Grande, mas agora residindo em Porto Alegre. No primeiro sábado de novembro realizaremos uma reunião preparatória das atividades, para que todos sejam orientados, e assim, entrem na cancha, em março, de relho em pé, prontos para a vitória. Viva o Rio Grande do Sul!

¹² Grupo de 8 jovens que iniciaram o movimento de culto e resgate às tradições regionais. Precusores do Movimento Tradicionalista Gaúcho.

¹³ No dialeto gaúcho significa homem do campo, que lida com o gado. Ou ainda, homem que cultua as tradições do homem do campo.

Neste momento, iniciava o histórico nascimento do “35” CTG, o pioneiro dos Centros de Tradições Gaúchas e também precursor do próprio Movimento Tradicionalista organizado.

Embora tivessem o mesmo objetivo, a estrutura da agremiação provocou fortes debates, pois existiam duas correntes. De um lado, pretendia-se um movimento de proselitismo e exposição da cultura popular pastoril e, do outro, pregava-se uma associação relativamente fechada, parecida com a Maçonaria na sua simbologia, de alto valor cívico e místico, limitada quanto ao número de sócios iniciais e seus futuros eventuais substitutos.

A constituição física da entidade, que rompeu com a nomenclatura vigente na maior parte das sociedades, mostrou, desde logo, que os jovens da década de 50, do século passado, queriam relembrar a administração de uma estância. Patrão, capataz, sota-capataz, agregados, posteiros, etc, que viriam a substituir, respectivamente, os cargos de presidente, vice-presidente, secretário e tesoureiro, diretor, etc. Os conselhos, deliberativos ou consultivos, comuns às sociedades, foram chamados de Conselho de Vaqueanos. Por isso, o “35” CTG, foi quem estabeleceu o modelo e definiu os objetivos para as entidades tradicionalistas.

A partir daí, incentivado pela divulgação nos veículos de comunicação em massa, o movimento começou a lentamente se espalhar, e começaram a ser constituídos os primeiros Centros de Tradições Gaúchas, antes mesmo da formação do MTG como conhecemos hoje, um desses CTG’s inclusive, pertence à cidade de Erechim, localizado na 19ª Região Tradicionalista, e denomina-se CTG Galpão Campeiro, fundado em 1952, um dos 8 CTG’s precursores do tradicionalismo e mais antigos do Rio Grande do Sul, e do MTG.

Dessa forma, reunindo gana farroupilha, civismo e a literatura, nascia um movimento diferente das tentativas frustradas de meados e final do Século XIX (Anos 60 e 90) e início do Século XX (1920). Talvez o sucesso dessa nova era do tradicionalismo tenha se dado por conta dos recursos da comunicação de massa, como o jornal “Diário de Notícias”, e a Rádio Farroupilha, através do programa “Grande Rodeio Coringa”, de abrangência estadual. Os pensamentos eram diversos. Uns acreditavam que os CTGs deveriam ter preocupação cultural no sentido do estudo da história, da literatura e do folclore. Outros temiam que as entidades fossem somente pelo lado do entretenimento, com charlas¹⁴ e bailantas¹⁵, em contraponto aos que achavam que o lazer era importantíssimo para o homem.

¹⁴ Conversa informal.

¹⁵ Bailables, comumente realizados em CTG’s.

A diversidade de opiniões acabou por gerar uma ideia unânime: era necessário reunir os CTGs e começar a discutir os caminhos a seguir. Começava a ser gerado o 1º Congresso de CTGs do estado.

Os Congressos Tradicionalistas proporcionaram condições de serem estabelecidos e mantidos princípios comuns e a fundamental troca de experiências e interação entre as entidades que surgiram, muitas vezes, sem saber exatamente o que fazer. Eles tiveram uma importância fundamental para a criação de um sistema organizado do tradicionalismo gaúcho. Se a criação do "35" CTG foi o grande pontapé inicial para o Movimento Tradicionalista Gaúcho, gerando o aparecimento dos CTG's, o 1º Congresso, que aconteceria em 1954, foi o passo inicial para a formação de uma federação, como a que se concretizou somente 12 anos depois, no 12º Congresso, com a criação do MTG.

Durante o período de 2 a 4 de julho de 1954, se concretizou o primeiro Congresso Tradicionalista Gaúcho, onde dali saíram algumas das Teses mais importantes do movimento, e que o norteiam até os dias atuais. São elas: "A Importância da Reforma Agrária" - de Ruy Ramos. "Os Valores Morais do Gaúcho" - de Oswaldo Lessa da Rosa. Getúlio Marcantônio apresentou moção no sentido de que fosse nomeada uma comissão para elaboração de uma "Carta de Princípios" do movimento tradicionalista, que ficou assim constituída: Ruy Ramos, Sady Scalante, Emílio Rodrigues, Hugo Ramirez e Barbosa Lessa. E por fim, "O Sentido e o Valor do Tradicionalismo" - Luiz Carlos Barbosa Lessa.

Paralelo às atividades oficiais e congressos, Paixão Cortes, juntamente com Barbosa Lessa saíram a campo para pesquisar e registrar em documentos, livros e gravações, o folclore rio-grandense e brasileiro. Era o início do imenso compilado de repertório sociocultural que hoje conhecemos.

Durante o 2º Congresso, realizado em Rio Grande, no ano de 1955, eram apresentadas duas propostas para a criação de uma Entidade Superior, que pudesse congrega e ser controlada pelos CTG's que a ela se filiassem. Duas outras Teses de extrema importância para o movimento foram apresentadas nesta ocasião, e que serão melhor abordadas nas páginas seguintes: "O tradicionalismo e as novas gerações" de Thereza de Almeida e "A função aculturadora dos CTG's" de Carlos Galvão Krebs.

Enquanto a ideia de uma federação era maturada e esperava ser posta em prática, surgiu a necessidade de constituir uma coordenação estadual que tinha por objetivo prestar orientações aos CTG's. Na ocasião do 6º Congresso, em dezembro de 1959, foi nomeada a comissão coordenadora para tratar da criação do Conselho Coordenador. Foi também nesse congresso que o Major João Cezimbra Jacques foi escolhido Patrono do Tradicionalismo Gaúcho.

No ano de 1961, por ocasião do 8º Congresso Tradicionalista Gaúcho, foi aprovado o documento norteador do Movimento, a Carta de Princípios, a qual teve moção apresentada no 1º Congresso por Getúlio Marcantônio. Enfim era constituída e “elaborada” pelo intelectual Glaucus Saraiva, e surge para a fixação da ideologia e dos compromissos tradicionalistas.

Enfim, durante o 12º Congresso Tradicionalista é criado o Movimento Tradicionalista Gaúcho, e se inicia o movimento organizado da forma como hoje conhecemos.

Anos depois, em janeiro de 1991, por ocasião do 36º Congresso Tradicionalista, realizado na cidade de Júlio de Castilhos, foi aprovada, com louvor, a tese de Mário Mattos, intitulada "A Carta de Princípios e os Problemas do MTG".

No mesmo Congresso, foi aprovada a proposta de Dinara Xavier da Paixão e Adriana da Rosa Lopes, de realizar-se um encontro estadual para estudo e reavaliação da Carta. O encontro aconteceu em Santa Maria, em julho de 1991, de onde ficou aprovada, por unanimidade, com a conclusão de que a Carta de Princípios do Tradicionalismo é resultado de um momento de inspiração e qualquer modificação no seu conteúdo, seria destruir seu valor, como símbolo já aceito a longos anos. É válida, ainda hoje, a preocupação e é viável a sua implantação no seio tradicionalista.

3.2 A FUNÇÃO SOCIAL DO MOVIMENTO TRADICIONALISTA GAÚCHO EM CORRELAÇÃO À FUNÇÃO SOCIAL DO DIREITO BRASILEIRO.

O Movimento Tradicionalista Gaúcho se renova a cada dia que passa, contornando os turbulentos modismos sociais e superando as diversas dificuldades que a cultura enfrenta nos tempos atuais. Contudo, tem algo que perpassa os tempos independentemente de qualquer empecilho: a verdadeira filosofia e função social da instituição enquanto parte integrante da sociedade, a qual deve ser preservada.

Segundo Jarbas Lima (2004), em um de seus livros intitulado “Tradicionalismo... Responsabilidade Social – Reflexões”, esta verdadeira filosofia do movimento não diz a respeito somente da conservação das palavras escritas em livros, cartas, teses e discussões em congressos, mas sim, diz a respeito a cada pessoa que se motiva a movimentar o ser social em prol de ações que poderão auxiliar o próximo.

Jarbas, diz a respeito da consciência tradicionalista, a qual segundo ele:

[...] possui vários significados. É a faculdade de olhar o mundo a uma distância tal que nos possibilite níveis elevados de integração. É a capacidade de estabelecer

juízos morais dos atos que praticamos. [...] É o senso de responsabilidade, de honradez, e probidade. (LIMA, Jarbas, 2004, apud Caderno Piá, Fev/2019)

Sobre a consciência tradicionalista, devemos observar com amplitude a nossa história, a sociedade, os costumes, a vida e a luta dos homens, a fim de aplicá-la em um nível elevado de integração social.

Jarbas Lima (2004), traz o entendimento de que a consciência e a ética andam lado a lado. Nesta conjuntura, entramos na função social do movimento, a qual busca no tradicionalista consciente o auxílio para as questões sociais mais básicas às necessidades do ser humano. Ainda segundo Jarbas Lima (2004), o tradicionalismo e o patriotismo são realidades inseparáveis, e isso é retratado nos diversos documentos do MTG, sendo o principal deles a Carta de Princípios, da qual passaremos a utilizar para analisarmos as questões sociais dos movimentos.

A Carta Magna do MTG em seu artigo primeiro, nos traz o auxílio do movimento para com o Estado na resolução de seus problemas fundamentais e na conquista do bem coletivo. Pois bem, no texto de Roberta Jacinto, intitulado “O que realmente se leva do Tradicionalismo”, encontrado no caderno Piá de abril de 2019, edição 212, encontramos a afirmação de que os fatores motivadores dos tradicionalistas envolvem “coisas” maiores que eles próprios, “coisas” que o dinheiro não compra, e pelo menos plena e verdadeiramente não é capaz de conquistar. Segundo ela, são exemplos dessas “coisas”, o amor, a amizade, educação, carinho, desenvolvimento, conhecimento, persistência, força de vontade e evolução pessoal, tais substantivos fazem parte do crescimento social para que consigamos chegar no bem estar social do qual trata o artigo 1º da Carta de Princípios supracitado, e que igualmente são pilares da resolução dos conflitos sociais existentes hoje.

Roberta Jacinto (2019) afirma: “O dinheiro pode comprar um livro, mas não a vontade de lê-lo, pode pagar uma escola, mas não a sede pelo conhecimento. É exatamente isso que o tradicionalismo proporciona. A vontade de correr atrás dos sonhos, de aprender, de crescer, de evoluir...”. Nesse mesmo contexto, Roberta cita Antoine de Saint-Exupéry o qual a escrever que o essencial é invisível aos olhos:

Não poderia ter trazido uma lição para a humanidade cada vez mais cheia de ganância e vazia de valores, que busca o ter antes do ser e o preenchimento dos olhos alheios antes do próprio coração. Que o verdadeiro tradicionalismo prospere, evolua e invada os corações de todos os tradicionalistas, justificando os meios, os fins e todos os esforços que nos trazem “coisas” que jamais encontraremos em cabides, armários ou prateleiras. (JACINTO, Roberta, 2019 apud Caderno Piá, 2019)

O art. IV da Carta de princípios busca facilitar e cooperar com a evolução e o progresso, ainda, tem o objetivo de buscar a harmonia social, através da criação de uma consciência do valor coletivo, combatendo o enfraquecimento da cultura comum e a desagregação que daí resulta.

Não temos ponto inicial melhor do que cultivarmos esses sentimentos nas crianças e na juventude, as quais serão o futuro da sociedade, e como base do presente e essenciais para a construção do futuro, o jovem tem um papel significativo e fundamental para a formação social, e o movimento tem o dever e o compromisso de auxiliá-los nesta jornada. No cenário atual, com a expansão do tradicionalismo de forma virtuosa, insere-se cada vez mais o jovem como agente principal e fundamental, e o mais importante, sem nenhuma forma de restrição ou preconceito, de forma acolhedora, o que culmina na facilidade em cultivar aqueles substantivos utilizados anteriormente que influenciam diretamente a formação de uma sociedade mais ética e moral.

Antes de chegarmos na juventude passamos pelo estágio inicial do nosso desenvolvimento humano e social, o ser criança. Podemos caracterizá-lo como o estágio mais difícil pois depende das influências externas para a consolidação da essência interna. O saudoso tradicionalista e historiador Luís Carlos Barbosa Lessa, nos mostrou em sua tese “O sentido e o Valor do Tradicionalismo”, a importância da atenção às novas gerações, pois as crianças que hoje integram o movimento, são o futuro do tradicionalismo e da sociedade. Por conta disso, o MTG desenvolve algumas atividades sociais para a entrada de novos jovens neste movimento, podemos citar o projeto denominado “MTG e a Comunidade Escolar”, o qual se tornou uma vitrine dos trabalhos desenvolvidos durante os Festejos Farroupilhas, muitas vezes fazendo o trabalho social de retirada dos jovens das ruas, e dos perigos que esta apresenta, e os alocando em núcleos tradicionalistas, onde aprenderam os mais variados valores éticos e morais, moldando a conduta para preservar o bem estar social e a humanidade destas crianças e jovens.

As crianças dentro de uma entidade tradicionalista aprendem a conviver com diferentes gerações, aprendem o respeito e a hierarquia de condutas. Da mesma forma os pais têm uma importante participação, visto que como principais referências para seus filhos, podem incentivar e manter o jovem nesse ambiente saudável. Dentro de uma entidade a criança não perde o sentido de ser criança, aprendem a construir e brincam com brinquedos e brincadeiras folclóricas, muitas vezes ensinadas por pessoas mais velhas e utilizando-se de materiais recicláveis, o que otimiza o aprendizado por estarem praticando, e também contribui para o desenvolvimento da criatividade dessas crianças.

No tradicionalismo podemos aprender uma valorosa filosofia de vida, onde é salientado que o respeito e a valorização dos bons costumes devem prevalecer. O MTG é capaz de formar uma personalidade diferenciada de jovem, a qual é elogiada nos diversos núcleos da sociedade, e a criança ao se tornar adulta desenvolve seu caráter através da solidificação ética e moral.

Preconiza o artigo VII da Carta de Princípios:

VII – Fazer de cada CTG um núcleo transmissor da herança social e através da prática e divulgação dos hábitos locais, noção de valores, princípios morais, reações emocionais, etc.; criar em nossos grupos sociais uma unidade psicológica, com modos de agir e pensar coletivamente, valorizando e ajustando o homem ao meio, para a reação em conjunto frente aos problemas comuns. (CARTA DE PRINCÍPIOS, MTG 1961)

Vindo de encontro com o artigo supra, o tradicionalismo prepara as crianças para enfrentarem os desafios que surgiram na vida, prepara as crianças para se tornarem líderes, e não somente dentro do núcleo tradicionalista, mas sim na sua vida acadêmica, na atuação profissional e na sua vida pessoal. E é visível que uma criança que tenha crescido nesse núcleo tradicionalista tem maior facilidade de comunicação interpessoal, de se expor ao público, além de uma maior desinibição e uma dicção mais preparada, pois as ferramentas utilizadas pelo movimento tradicionalista, como a declamação, o toque de instrumentos, a oratória, os concursos nas cirandas e entreveros culturais e tantas outras, preparam as crianças de um modo único e exemplar.

Ainda sobre o assunto, no terceiro capítulo verificar-se-á com mais detalhes quais são de fato os meios utilizados pelo MTG, os seus projetos e suas ações, para que todo o exposto se consolide de fato e fortaleça a atuação do movimento como meio social garantidor e promotor de amparo e inclusão de crianças, jovens e idosos, auxiliando o Estado na resolução de seus problemas fundamentais e na conquista do bem coletivo.

No âmbito de auxiliar o Estado, podemos ter como base, também, além dos citados anteriormente, os artigos XXII e:

XXII – Procurar penetrar e atuar nas instituições públicas e privadas, principalmente nos colégios e no seio do povo, buscando conquistar para o Movimento Tradicionalista Gaúcho a boa vontade e a participação dos representantes de todas as classes e profissões dignas. (CARTA DE PRINCÍPIOS, MTG 1961)

XXVI – Revalidar e reafirmar os valores fundamentais da nossa formação, apontando às novas gerações rumos definidos de cultura, civismo e nacionalidade. (CARTA DE PRINCÍPIOS, MTG 1961)

Tais artigos demonstram a preocupação de Glaucus Saraiva, idealizador da Carta de Princípios, junto de todos que a consolidaram no VIII Congresso, já em meados do século XX, em vincular o Movimento Tradicionalista Gaúcho aos órgãos públicos e privados, buscando a plena atuação junto destes para auxiliar os diversos órgãos e setores da sociedade na resolução dos problemas sociais e na formação do caráter e moral das crianças e jovens que a ele procurem ou necessitem.

São inúmeros os projetos sociais movidos pelo MTG, junto aos órgãos públicos e privados que buscam combater os problemas sociais existentes nas mais diversas classes e segmentos, podemos citar as ações de combate ao suicídio, ao câncer de mama, e ao câncer de próstata, os quais são realizados durante os meses de setembro, outubro e novembro e levam respectivamente o nome de Setembro Amarelo, Outubro Rosa e Novembro Azul. As diversas ações e campanhas promovidas, trazem a conscientização da população e visibilidade para problemas que afetam milhões de brasileiros, a fim de prevenir a perda de vidas precocemente, possibilitando o tratamento adiantado e consequentemente a cura dessas e muitas outras doenças.

Além da preocupação com as doenças que acometem nossa saúde, o bem estar social também é pauta de suma importância para o movimento, e aqui falamos de preconceitos e discriminações de grupos chamados “minoritários”, mas que na verdade, são muitas vezes grande parte da nossa sociedade. O preconceito e discriminação através do racismo, da xenofobia e a autoafirmação étnica.

Podemos reafirmar os valores sociais que foram acesos com a criação do movimento e a consolidação de suas aspirações morais e éticas com a aprovação da Carta de Princípios. Como elencado no seu artigo IX, a luta pelos direitos humanos de liberdade, igualdade e humanidade é valor fundamental para o tradicionalismo, vindo de tempos que antecederam até mesmo a nossa Constituição Federal de 1988, apelidada como constituição cidadã, por trazer estes mesmos princípios para o direito brasileiro.

A adoção de tais princípios pelo movimento, busca petrificar na história uma constante luta em favor da humanidade, pugnando pela aproximação dos povos e etnias e por fim, a conquista de um estágio de força social que tenha ressonância nos Poderes Públicos e nas Classes Rio-Grandenses, para atuar de forma real e eficiente, no levantamento dos padrões morais e de vida do nosso Estado e Nação, rumando para a valorização da história, cultura e valores de nossa Pátria.

Por outro lado, temos a função social do Direito Brasileiro, a qual não se trata de apenas criar e aplicar leis, mas também, tem como objetivo o amparo social à nossa população, especialmente no caso de haver alguma inconformidade com as leis, em especial as que tratam das relações humanas.

Como abordamos no capítulo 1, o direito decorre, além de outras formas, do costume, e este por sua vez, decorre de fatores sociais, ou seja, não se pode pensar em direitos e ignorar o fator social. Sobre o assunto, Sérgio Cavalieri Filho (2006) defende:

O Direito é para a Sociologia Jurídica uma ciência essencialmente social, oriunda da sociedade e para a sociedade. As normas do Direito são regras de conduta para disciplinar o comportamento do indivíduo no grupo, as relações sociais; normas ditadas pelas próprias necessidades e conveniências sociais. Não são regras imutáveis e quase sagradas, mas sim variáveis e em constante mudança, como o são os grupos onde se originam. (FILHO, Sérgio C., pág 17, 2006)

Neste mesmo contexto, Francisco José Carvalho analisa:

A função social do direito é o fim comum que a norma jurídica deve atender dentro de um ambiente que viabilize a paz social. O direito sempre teve uma função social. A norma jurídica é criada para reger relações jurídicas, e nisso, a disciplina da norma deve alcançar o fim para o qual foi criada. Se ela não atinge o seu desiderato, não há como disciplinar as relações jurídicas, e, portanto, não cumpre sua função, seu objeto. (CARVALHO, José F., 2016 apud Ana Gomes, 2017)

Ana Gláucia Lobato Siqueira Campos Gomes (2017), faz uma análise pelo ponto de vista sociológico, da função social do direito, trazendo a expressão do *UBI SOCIETAS IBI JUS*, o qual é utilizado para indicar que onde houver uma sociedade, há também o Direito, referindo-se às leis, normas e preceitos, inerentes à construção de qualquer sociedade.

Para a autora, o direito exerce a função de coordenar a sociedade, para que esta possa se organizar e se manter unida, pelas normas e preceitos estipulados, não por cada indivíduo, mas sim por um coletivo pensando no bem estar da sociedade e de todos que a integram. Além disso, afirma que a sociedade é unida pelo fim que ela se propôs, o que pode ser a paz, a ordem, a harmonia coletiva ou outros substantivos congêneres, tais quais precisam de um limite para que o direito de um indivíduo não ultrapasse o do outro, e este limite se encontra exposto no art 187 do Código Civil Brasileiro, o qual preconiza que comete ato ilícito o indivíduo que perpassa o seu direito, seja de forma econômica ou social, pela boa-fé, ou pelos bons costumes.

Voltamos então ao ponto central deste tema, os costumes, os quais surgem da própria convivência social e sofrem alterações ao longo dos anos, mas com a característica de se solidificarem ao ponto de um costume ser tratado como norma, e então como lei.

Ana Gomes (2017) afirma que o direito decorre das necessidades da própria sociedade inspirado em modelos culturais, ideais coletivos, busca de valores e superação de diferenças. Contudo, como a sociedade não possui formas de defesa contra o autoritarismo abusivo que contorna as leis em situações adversas das consideradas condutas ideais, nem mesmo formas de se defender da não violação das normas jurídicas, a função social do direito exerce o poder de humanização das questões que cercam os conflitos e resoluções na sociedade. Daí surge a explicação do motivo de o direito necessitar de sua função social como principal característica norteadora, humanizando as normas e leis para com seus destinatários, com equivalência entre normatização jurídica e sociabilização.

A conjuntura que vem de encontro com a função social do MTG, é a de que: “normas e valores específicos do meio social, considerados indispensáveis para a ordem, são introduzidos ao processo de construção da identidade do sujeito, que passa a delimitar suas ações de acordo com esse conjunto normativo.” como afirma a autora Ana Gomes (2017).

Neste contexto, Chahaira e Silva (2017), publicaram na Revista Pensamento Jurídico um estudo sobre a sociologia histórica do terceiro setor provindo da função social do direito.

Segundo os autores, o estudo foi criado a fim de entender a correlação do Estado com o Terceiro Setor, para assegurar os direitos sociais da coletividade e as transformações que emergem dessas relações. Tais relações tratam principalmente de dar suporte e atenção aos direitos fundamentais.

A atuação do MTG vem de encontro à temática de pesquisa, especialmente no tocante ao auxílio para com o Estado, amenizando os problemas da máquina pública, em se tratando de direitos fundamentais, como por exemplo, a educação e as assistências às crianças, adolescentes, idosos e pessoas com deficiência.

De acordo com as palavras dos autores:

[...] os serviços prestados pelo Terceiro Setor, como é o caso trazido ao debate, estão previstos nos princípios fundamentais do Estado democrático de Direito, na ordem econômica fundada na valorização do trabalho humano e na livre iniciativa, a fim de assegurar a todos a existência digna, conforme os ditames da justiça social; dos direitos sociais, no âmbito constitucional brasileiro e nas demais legislações infraconstitucionais que tratam dos seus aspectos jurídicos. Nessa direção é válido apresentar como os serviços prestados pelo setor, pelo viés da parceria com o Estado, através do marco regulatório da Lei 13.019/2014, pode possibilitar a compreensão da relação da sociedade com o Estado no que tange a prestação de direitos sociais. (CHAHAIRA e SILVA, pág 183, 2017)

Para Chahaira e Silva (2017), a atuação do Terceiro Setor na sociedade se organiza e se formula com base nos aspectos socioeconômicos, políticos, culturais e jurídicos, e é

construída em cima desses mesmos pilares de processos humanos, especialmente após a consolidação da constituição cidadã, como foi apelidada a Constituição Federal de 1988, pois por meio desta, ampliou-se a relação entre Estado e Sociedade.

A comunicação entre entidades privadas de cunho social com o Estado é fundamental para que os pilares sociais dos direitos fundamentais sejam aplicados com a humanização necessária, como faz o Movimento Tradicionalista Gaúcho por meio de suas ações e projetos para com a sociedade, e sobre estas relações entre direitos públicos e privados, Carvalho (2011) esclarece que:

Não há função social da propriedade, do contrato, da empresa ou de qualquer outro instituto de direito público ou privado, coletivo ou difuso, sem que se concebam essas funções sociais a partir da concepção de função social do direito que é quem fornece as bases metodológico-científicas para as instituições jurídicas. A função social do direito é o fim comum que a norma jurídica deve atender dentro de um ambiente que viabilize a paz social. O direito sempre teve uma função social. A norma jurídica é criada para reger relações jurídicas, e nisso, a disciplina da norma deve alcançar o fim para o qual foi criada. Se ela não atinge o seu desiderato, não há como disciplinar as relações jurídicas, e, portanto, não cumpre sua função, seu objeto. A função social do Direito é o fim comum a que a norma jurídica deve atender dentro de um ambiente que viabilize a paz social. Nisso, há que se ter presente que não há norma jurídica puramente individual, na medida em que ela regula relações humanas, sejam relações puramente de Direito privado, relações de ordem pública, coletivas e/ou difusas. Por meio da função social do Direito, o legislador objetiva humanizar as relações jurídicas, adotando novos valores que o mundo, em especial, o mundo ocidental, adotou com a evolução dos processos humanos e dos anseios das camadas sociais de alcançar melhores dias, pondo fim aos valores individualistas que presidiram os séculos XVII ao XIX e parte do século XX. Nesse processo de humanização, é vedado ao homem obter vantagens em descompasso com os comandos normativos. (CARVALHO, José F., p.36 apud CHAHAIRA e SILVA, pág 186, 2017)

As associações, fundações, sociedades e instituições privadas podem prestar serviços em áreas de relevante interesse social e público, e servem como meios para a conquista de um estado de bem estar social, o qual é o objetivo das normas que constituem o mais profundo âmago do Direito.

Sobre o assunto, Chahaira e Silva (2017), apresentam a correlação entre a função social do Terceiro Setor e a função social do direito, onde ambas, em uma via de mão dupla, objetivam atender os interesses da sociedade:

Nessa direção, pode-se dizer que não haveria função social do Terceiro Setor e de seus institutos, sem que lhe houvesse a concessão social do Direito e da Sociedade, os quais lhes fornecem as bases jurídicas e de valor para sua manutenção, no interior do Estado Democrático de Direito. Por outro lado, por meio da função social do direito foi dada, a esse setor, a objetivação de atender aos direitos sociais, haja vista que por meio do direito se cumpre a regulamentação que viabiliza colocar em prática os objetivos do Terceiro Setor de modo condizente à realidade onde se insere. O Terceiro Setor não poderá atender apenas aos interesses daqueles que o constitui, mas deverá cumprir a

sua função social como prevista no seu conteúdo axiológico, atendendo aos princípios que norteiam todos os institutos de direito privado, sendo eles imbuídos dos valores essenciais do Código Civil vigente: eticidade, socialidade e operabilidade... (CHAHAIRA e SILVA, pág 187, 2017)

Para findarmos o tópico em que abordamos as funções sociais, necessitamos observar os artigos XII e XIII da Carta de Princípios do MTG:

XII – Evitar todas as formas de vaidade e personalismo que buscam no Movimento Tradicionalista veículo para projeção em proveito próprio. (CARTA DE PRINCÍPIOS, MTG, 1961)

XIII – Evitar toda e qualquer manifestação individual ou coletiva, movida por interesses subterrâneos de natureza política, religiosa ou financeira. (CARTA DE PRINCÍPIOS, MTG, 1961)

Temos o Movimento Tradicionalista Gaúcho, como parte integrante do Terceiro Setor, e por consequência das ações e projetos promovidos pelos núcleos tradicionalistas, é capaz de realizar a mobilização de pessoas em prol do bem comum, nas mais diversas áreas e necessidades básicas sociais, sendo um esteio para a descentralização das obrigações sociais do Estado, e como princípio, norteia-se pela não politização das suas condutas, bem como a participação voluntária de seus integrantes, criando então, uma onda de boas ações para a garantia dos direitos fundamentais, movidas por pessoas que fazem o que fazem somente pelo amor à causa, pela empatia às causas sociais e pelo sentimento de bem-querença.

4 CAPÍTULO 3 – A EFETIVIDADE NA RESOLUÇÃO DOS PROBLEMAS SOCIAIS APRESENTADOS, POR MEIO DAS AÇÕES SOCIAIS E PROJETOS VOLUNTÁRIOS DO MOVIMENTO TRADICIONALISTA GAÚCHO.

O geógrafo Taillard (2003, apud CORRÊA, 2007) aborda e estabelece 3 funções da política de cultura, as quais são: integradora, de regulação e de enquadramento. Neste capítulo, buscaremos associar a função integradora, onde estão presentes as relações identificação e pertencimento, ao caráter e função social do Movimento Tradicionalista Gaúcho, a qual busca possibilitar a intervenção de entidades externas em políticas públicas socioculturais, visando a efetividade na conquista do bem estar social.

A Constituição Federal do Brasil desempenha uma função integradora fundamental na organização e na regulação da vida política, social e econômica do país. Ela atua como uma espécie de "lei máxima", fornecendo a estrutura básica para o funcionamento do Estado brasileiro e para a convivência da sociedade. Abaixo, discute-se os principais aspectos dessa função integradora.

A Constituição serve como um instrumento de unidade nacional, uma vez que estabelece os princípios fundamentais que regem todo o território brasileiro. Ela assegura a integridade do país, definindo sua estrutura federativa e garantindo a igualdade de direitos e deveres de todos os cidadãos, independentemente de sua origem geográfica.

Estabelece também a estrutura do Estado brasileiro, definindo os poderes Executivo, Legislativo e Judiciário, bem como suas competências e limites. Além disso, ela regula a organização dos estados, do Distrito Federal e dos municípios, promovendo a integração entre os diferentes níveis de governo.

Contudo, fundamentalmente, atua na manutenção dos Direitos e Garantias Fundamentais, promovendo assim, uma justiça social. A Constituição Federal consagra os direitos e garantias fundamentais dos cidadãos, como a igualdade perante a lei, a liberdade de expressão, a propriedade privada e diversos outros direitos individuais e coletivos. Isso promove a coesão social ao garantir que todos os cidadãos tenham acesso a um conjunto mínimo de direitos e liberdades, também tem um papel integrador ao estabelecer princípios de justiça social, como a promoção do bem-estar e da igualdade social. Ela define políticas públicas, como a seguridade social, a educação e a saúde, que visam a reduzir as desigualdades socioeconômicas e regionais.

O Movimento Tradicionalista Gaúcho, se vale dos preceitos acima para aplicar a função integradora preconizada na Constituição Federal, na prática, em prol da sociedade. A seguir, veremos alguns dos projetos que exemplificam essa atuação.

4.1 ENTREVERO CULTURAL DE PEÕES E CIRANDA CULTURAL DE PRENDAS DO MOVIMENTO TRADICIONALISTA GAÚCHO

A Ciranda Cultural de Prendas e o Entrevero Cultural de Peões são duas das atividades mais significativas e tradicionais dentro do Movimento Tradicionalista Gaúcho (MTG). Os concursos são especialmente voltados para a valorização e a preservação das tradições culturais gaúchas, promovendo o envolvimento de jovens e crianças nesse processo.

A principal missão é desenvolver e incentivar os jovens a se envolverem com as tradições culturais do Rio Grande do Sul, como a música, a dança, a culinária, a indumentária típica e o folclore. Para isso, a entidade organiza concursos e eventos que destacam o conhecimento e o talento das participantes em diversas áreas.

Um dos elementos mais emblemáticos do movimento são os concursos de Prendas e Peões, que movem anualmente milhares de pessoas, engajadas com CTG's, famílias e comunidades, no qual os participantes demonstram seu conhecimento sobre a cultura gaúcha, respondendo a perguntas sobre história, tradições, música e dança. Além disso, também são avaliadas habilidades em costura, culinária e outras atividades que fazem parte do cotidiano gaúcho.

Outro aspecto importante dos Concursos é o fomento à educação e à cidadania. Os participantes são estimulados a desenvolverem projetos sociais e culturais em suas comunidades, promovendo assim a integração e a preservação das tradições gaúchas em todo o estado.

Além disso, também promovem eventos artísticos e culturais, como apresentações de dança, música e teatro, que ajudam a divulgar a riqueza cultural do Rio Grande do Sul para um público mais amplo, contribuindo assim para a manutenção e a valorização das tradições gaúchas.

É importante destacar que a Ciranda de Prendas e o Entrevero de Peões não apenas celebram as tradições gaúchas, mas também atuam como uma plataforma de desenvolvimento pessoal e cultural para as jovens participantes, proporcionando oportunidades de aprendizado, crescimento e liderança.

Em resumo, desempenham um papel fundamental na preservação e promoção da cultura gaúcha, envolvendo jovens e crianças em atividades que valorizam as tradições, o conhecimento e o orgulho de ser gaúcho, contribuindo assim para a continuidade e o enriquecimento da rica herança cultural do Rio Grande do Sul.

Os Concursos de Prenda e Peão do MTG são uma organização dentro do movimento, dedicada a promover, preservar e difundir a cultura gaúcha no estado do Rio Grande do Sul e além. Voltada especificamente para as jovens, proporcionando a elas a oportunidade de se envolverem de maneira ativa na preservação das tradições e na promoção da identidade gaúcha.

O Entrevero Cultural de Peões é o equivalente masculino à Ciranda Cultural de Prendas no MTG. Neste concurso, os jovens são avaliados em várias categorias que testam seu conhecimento sobre a cultura gaúcha, história do Rio Grande do Sul e Brasil, música, dança tradicionalista e tradições locais. Assim como as Prendas, os Peões também são submetidos a desafios relacionados às suas habilidades, além de habilidades com cavalos e outras competências tradicionais gaúchas. O concurso busca promover o estudo e a compreensão das raízes culturais do estado entre os jovens participantes.

O Concurso de Prendas e Peões é o evento mais emblemático da Ciranda Cultural de Prendas e Peões. Nele, os participantes são avaliados em diferentes categorias, incluindo conhecimento sobre a cultura gaúcha, história do Rio Grande do Sul, música, dança, culinária, habilidades em costura e até mesmo em como tratar os animais, como cavalos. É um teste abrangente que mede o nível de envolvimento e conhecimento dos participantes em relação à cultura gaúcha, a fatores sociais, históricos e geográficos.

Além do conhecimento cultural e das habilidades tradicionais, as participantes também são incentivadas a demonstrar suas habilidades artísticas em diversas áreas, como a dança tradicionalista, o canto, a declamação de poesias e até mesmo a interpretação teatral, outrossim, são desafiados a formulação de um debate sobre um tema de relevante função social sorteado na mesma hora da apresentação, culminando na prática e evolução da capacidade de discernimento, comunicabilidade e oratória dos participantes.

A Ciranda Cultural de Prendas e o Entrevero Cultural de Peões não se limitam apenas à competição. Também desempenham um papel fundamental na formação cidadã dos jovens envolvidos. São incentivados a desenvolver projetos sociais, ambientais e culturais em suas comunidades, contribuindo para um impacto positivo em suas regiões.

Além disso, a organização promove aulas e workshops sobre a cultura gaúcha, história, tradições e língua regional, e causas sociais garantindo que as participantes tenham um profundo entendimento das raízes socioculturais do Rio Grande do Sul.

Participar destes eventos proporciona aos jovens oportunidades valiosas de desenvolvimento pessoal e liderança. Com aprendizado de trabalho em equipe, desenvolvendo habilidades de comunicação, espírito de liderança e confiança em si mesmas e desenvolvimento de um profundo senso de pertencimento ao âmbito social. A organização também incentiva o respeito pelos valores tradicionais gaúchos, como a honra, a coragem, a solidariedade e a tradição, ajudando a moldar jovens líderes que podem servir como exemplos para suas comunidades.

Em resumo, a Ciranda Cultural de Prendas e o Entrevero Cultural de Peões do MTG são muito mais do que apenas uma competição. São plataformas multifacetadas que unem jovens interessados em preservar a rica herança cultural do Rio Grande do Sul. Por meio de concursos, formação, desenvolvimento pessoal e promoção cultural, ela desempenha um papel vital na continuidade e na promoção das tradições gaúchas, ao mesmo tempo em que cria líderes cidadãos orgulhosos de sua identidade cultural, que após, transmitiram essa herança aos diversos outros núcleos da sociedade, colaborando para o crescimento e desenvolvimento da mesma.

4.2 DEPARTAMENTO JOVEM

O Departamento Jovem nasceu da necessidade de suprir os anseios dos jovens de participarem de algo diferente, mas principalmente de interagir junto ao MTG em busca de algo que trouxesse a atenção do jovem para o tradicionalismo, tirando-o de um “mundo” que denegrisse sua imagem perante a sociedade. A função propriamente dita do Departamento Jovem, é de trabalhar juntamente ao MTG promovendo festivais, gincanas, palestras, debates entre outros, para que a juventude fique a par de como age o Movimento Tradicionalista Gaúcho no país, criando assim uma força maior perante a sociedade fazendo com que esta reconheça a importância da tradição gaúcha e da ação da juventude na comunidade. A ideia do Departamento Jovem iniciou-se através da aparente falta de função do jovem dentro do tradicionalismo, já que se limitava, a saber, somente o que lhes indicavam os mestres.

O Departamento Jovem do MTG é composto por jovens tradicionalistas gaúchos, que são os herdeiros e promotores das tradições do Rio Grande do Sul. Seu principal objetivo é envolver os jovens na cultura e nas atividades tradicionalistas, incentivando-os a participar ativamente das atividades do MTG.

O departamento se dedica a preservar e promover as tradições culturais gaúchas, incluindo a música, a dança, a culinária, a vestimenta típica e a história do estado. Isso é feito por meio de apresentações, festivais, workshops e outras atividades culturais. Oferece oportunidades de aprendizado e formação para os jovens, ensinando-lhes as habilidades necessárias para participar plenamente das atividades tradicionalistas. Isso inclui aulas de dança, música e história gaúcha.

Os jovens tradicionalistas frequentemente participam de eventos, como rodeios, encontros tradicionalistas, festivais de música gaúcha, congressos e convenções. Eles representam o MTG e sua cultura nessas ocasiões. Além de promover a cultura gaúcha, o departamento também se envolve em projetos e ações de caridade, cívicas e comunitárias. Isso ajuda a fortalecer os laços entre os jovens tradicionalistas e a sociedade em geral.

O Departamento Jovem do MTG também se concentra no desenvolvimento de liderança entre seus membros. Isso inclui a promoção de habilidades de liderança, responsabilidade e trabalho em equipe. Uma parte crucial do trabalho do departamento é a integração geracional. Eles atuam como uma ponte entre as gerações mais jovens e mais antigas, ajudando a transmitir as tradições culturais de forma contínua. O MTG valoriza muito o patriotismo e o amor à pátria, e o Departamento Jovem incentiva os jovens a cultivar esses valores em suas vidas.

O Departamento Jovem do Movimento Tradicionalista Gaúcho (MTG) tem como objetivo principal colaborar na organização dos jovens em todas as instâncias do MTG, estabelecendo diretrizes para suas atividades, descobrir e incentivar o desenvolvimento de lideranças jovens, proporcionar experiência aos jovens para que possam contribuir mais efetivamente para o MTG, promover a discussão de temas relacionados à juventude e ao tradicionalismo, aproximar tradicionalistas de diferentes idades para garantir a transmissão das tradições gaúchas de geração em geração e trabalhar em conjunto com outros departamentos e tradicionalistas para cumprir os objetivos do MTG.

Além disso, seus representantes em todos os níveis e áreas de atuação devem submeter suas decisões aos órgãos superiores, analisar, estudar e debater questões relacionadas à juventude, ao tradicionalismo e ao âmbito social, estabelecer diretrizes de atuação, criar comissões, auxiliar na realização de eventos oficiais do MTG, prestar assessoria aos dirigentes dos órgãos superiores, desenvolver trabalho de base em sua área, manter registros atualizados e buscar atividades conjuntas com outros departamentos. Isso demonstra o compromisso do Departamento Jovem em fortalecer e promover a cultura gaúcha entre os jovens tradicionalistas.

Em resumo, o Departamento Jovem do MTG é uma parte vital da preservação e promoção da cultura gaúcha, garantindo que as tradições e valores sejam transmitidos às gerações mais jovens. Além disso, ele desempenha um papel fundamental em manter a cultura viva e relevante atuação direta na sociedade, em um mundo em constante mudança.

FIGURA 5 - Sarau Departamento Jovem MTG

DEPARTAMENTO JOVEM REALIZA SARAU TALENTOS JOVENS DO MTG

4 setembro, 2020 | Vice-Presidência de Cultura



4.3 AÇÕES E PROJETOS SOCIAIS

Dentre os eventos promovidos pelo MTG, Festival Nacional de Arte e Tradição Gaúcha - ENART é consideravelmente o que possui maior repercussão, por ser um dos eventos mais importantes promovidos pelo MTG e também por envolver milhares de pessoas todos os anos. É uma competição anual que reúne grupos de dança, músicos, poetas e declamadores de todo o Brasil, que competem em diversas categorias artísticas tradicionalistas. O evento promove o intercâmbio cultural e ajuda a preservar e difundir as tradições gaúchas. Contudo, os eventos, ações e projetos sociais desenvolvidos pelo MTG vão muito além dessa competição saudável entre seus participantes. A exemplo disso, trago o incentivo à pesquisa e à educação,

onde o MTG valoriza a pesquisa e a educação nos diversos campos. Muitos dos seus projetos sociais envolvem a promoção de cursos, palestras e atividades educacionais para que as novas gerações possam aprender sobre as tradições gaúchas e sua importância histórica e social, ajudando a propagar e difundir-la ainda mais em nossos meios sociais.

Outro ponto fundamental é o seu apoio às entidades tradicionalistas, as quais são braços e pernas do movimento. O apoio vem de diversas formas, seja financeiramente ou até oferecendo suporte logístico a diversas entidades tradicionalistas, como Centros de Tradições Gaúchas (CTGs) e Piquetes, que desempenham um papel crucial na preservação e promoção da cultura em suas comunidades, ou até mesmo com a formação de tradicionalistas que acima de tudo são cidadãos, através de cursos e eventos preparatórios para que estes possam auxiliar a sociedade nas diversas causas onde forem necessários, como ações sociais e filantrópicas como campanhas de doação de alimentos e agasalhos para comunidades carentes e a realização de eventos beneficentes em prol de causas sociais, bem como festas e celebrações, cito aqui o Dia do Gaúcho e o Dia do Tradicionalista, que celebram a cultura e a história gaúcha, e também os Dias dos Santos Padroeiros, quando resgata-se a religiosidade dos povos formadores da nossa cultura, reunindo as diversas etnias.

Os projetos culturais e artísticos também são notórios no movimento, pois a promoção de projetos culturais e artísticos que envolvem música, dança, poesia, teatro e outras expressões artísticas relacionadas à cultura gaúcha. Isso inclui a promoção de festivais de música e dança, exposições de arte e concursos de poesia e declamação faz com que

Os projetos culturais e artísticos oferecem diversos benefícios sociais significativos para as comunidades e a sociedade em geral. A seguir, elenco alguns dos principais benefícios desses projetos.

a) Preservação da Cultura e Identidade Cultural:

Os projetos culturais e artísticos ajudam a preservar e transmitir a cultura de uma comunidade ou grupo étnico. Desempenham um papel crucial na manutenção das tradições, histórias, línguas, danças, músicas e práticas culturais que são fundamentais para a identidade de um povo.

Ajudam a documentar e transmitir conhecimentos tradicionais de geração em geração, mantendo-se viva a história de um povo.

Isso é especialmente importante em um mundo globalizado, onde as culturas podem estar em risco de desaparecer ou se diluir. Os projetos culturais mantêm viva a história e a identidade de um povo.

b) Promoção da Diversidade Cultural:

Através da celebração e promoção da cultura, esses projetos ajudam a enriquecer a diversidade cultural de uma sociedade. Pois não apenas respeita as diferenças, mas também as celebra, criando uma sociedade mais inclusiva e tolerante.

A promoção da diversidade cultural ajuda a combater o preconceito e a discriminação, promovendo o entendimento entre grupos culturais diversos. Contribuem para a valorização e compreensão das diferentes culturas presentes em uma comunidade ou país.

c) Integração e Coesão Social:

Projetos culturais e artísticos frequentemente reúnem pessoas de diversas origens e idades em torno de interesses comuns. Promovem a coesão social, criam laços entre as pessoas e fortalecem o senso de comunidade.

A colaboração em projetos culturais pode quebrar barreiras sociais e econômicas, estimulando a interação e a construção de relações mais fortes.

d) Estímulo à Criatividade e Expressão Individual:

Esses projetos incentivam a criatividade e a expressão individual, permitindo que artistas e participantes explorem sua imaginação e habilidades. Formando um ambiente benéfico para o desenvolvimento pessoal e para a formação de cidadãos mais conscientes e criativos.

Artistas e participantes têm a liberdade de explorar novas ideias, formas e técnicas, essencial para o desenvolvimento pessoal, promovendo a autoconfiança e a autoexpressão.

e) Educação e Aprendizado:

Muitos projetos culturais e artísticos incluem atividades educacionais, como oficinas, workshops e aulas. Oferecem oportunidades de aprendizado prático, incentivando as habilidades cognitivas, motoras e sociais dos participantes. Além disso, o aprendizado por meio da cultura e das artes muitas vezes é mais envolvente e memorável do que métodos tradicionais de ensino.

f) Geração de Empregos e Estímulo à Economia:

A cultura e as artes também têm um impacto econômico positivo, gerando empregos diretos e indiretos em setores como entretenimento, turismo, design, produção e educação.

Eventos culturais e artísticos atraem visitantes e impulsionam a economia local, o comércio e o turismo.

g) Melhoria da Saúde Mental e Bem-Estar:

Participar de atividades culturais e artísticas pode promover a saúde mental, reduzindo o estresse e aumentando a sensação de realização e felicidade. A expressão artística é frequentemente usada como uma forma terapêutica para lidar com questões emocionais.

h) Fortalecimento da Identidade Cultural e Autoestima:

Os projetos culturais e artísticos podem fortalecer a autoestima das pessoas, especialmente aquelas de grupos minoritários ou comunidades marginalizadas, ao reconhecer e celebrar suas contribuições culturais.

Isso ajuda os indivíduos a se sentirem orgulhosos de suas raízes culturais e a serem mais resistentes à discriminação.

i) Difusão de Mensagens Sociais e Políticas:

A arte e a cultura podem ser poderosas ferramentas para a transmissão de mensagens sociais e políticas. Artistas muitas vezes usam sua arte para abordar questões importantes, como direitos humanos, justiça social e igualdade de gênero, ampliando o debate público.

Além de todo o exposto, o MTG frequentemente organiza campanhas de doação de alimentos, agasalhos, brinquedos e outros itens essenciais para comunidades carentes. Essas campanhas costumam ser realizadas em conjunto com os Centros de Tradições Gaúchas (CTGs) e Piquetes locais, envolvendo a comunidade tradicionalista em ações de solidariedade. Essas doações ajudam a melhorar a qualidade de vida de pessoas em situação de vulnerabilidade social. Ainda, realiza eventos beneficentes, como jantares, bailes e festas temáticas, cuja arrecadação é destinada a instituições de caridade, hospitais, escolas e outras entidades que atuam em prol de causas sociais. Esses eventos não apenas arrecadam fundos para ajudar essas instituições, mas também promovem a cultura gaúcha ao mesmo tempo.

Muitos tradicionalistas envolvidos com o MTG também participam ativamente de ações solidárias em suas comunidades, levando a cultura gaúcha para ajudar aqueles que mais precisam. Isso pode incluir visitas a asilos, hospitais, orfanatos e escolas para compartilhar músicas, danças e histórias gaúchas com os residentes e alunos.

Além das ações diretas de assistência, o MTG também desempenha um papel na conscientização e sensibilização sobre questões sociais. Por meio de eventos, workshops e

palestras, o movimento tradicionalista pode abordar tópicos como a importância da solidariedade, da inclusão social e da responsabilidade comunitária.

Em resumo, as ações sociais e filantrópicas do MTG não se limitam apenas à preservação da cultura gaúcha, mas também incluem um compromisso sólido com o bem-estar das comunidades e a promoção do espírito de solidariedade entre os tradicionalistas e a sociedade em geral. Essas atividades contribuem para fortalecer a imagem do MTG como uma organização que valoriza não apenas as tradições culturais, mas também o engajamento comunitário e o cuidado com os menos privilegiados.

4.3.1 MTG e a comunidade escolar

Projetos como o MTG Vai à Escola são parte obrigatória do desenvolvimento dos concursos de “prenda” e “peão farroupilha” do Rio Grande do Sul, promovidos pelo MTG. O estudo da cultura campeira pode proporcionar uma série de atividades, ações e conhecimentos na rede escolar, tendo como base as informações descritas em livros e pesquisas folclóricas regionais, as quais servem de sustentação e fonte de informação a tradicionalistas, professores, alunos e demais interessados. O Projeto MTG e a comunidade escolar representa uma iniciativa fundamental dentro do Movimento Tradicionalista Gaúcho (MTG) que visa promover a integração da cultura gaúcha nas escolas e envolver os estudantes nessa rica herança cultural. O MTG ao estender seus esforços para a comunidade escolar, desempenha um papel significativo na educação e na valorização da cultura gaúcha entre os jovens.

Alguns aspectos importantes desse projeto são: 1. Educação Cultural, onde os Projetos MTG e a comunidade escolar buscam enriquecer o ambiente educacional, proporcionando aos estudantes a oportunidade de aprender sobre a cultura, a história, a música, a dança, a culinária e as tradições do Rio Grande do Sul. Isso contribui para a formação cultural dos alunos, ampliando seu conhecimento sobre sua própria identidade regional e nacional. 2. Atividades e Eventos Escolares que dentro do projeto são promovidas, como palestras, workshops, apresentações culturais, festivais e eventos temáticos nas escolas. Isso permite que os estudantes tenham uma experiência prática e participativa na vivência da cultura gaúcha. 3. Integração da Comunidade, pois envolve a participação dos pais e membros da comunidade local nas atividades culturais das escolas. Isso cria um senso de comunidade mais amplo e permite que as tradições gaúchas sejam compartilhadas com um público mais amplo. Em resumo, o Projeto MTG e a comunidade escolar desempenham um papel crucial na promoção e na preservação da cultura gaúcha, enquanto enriquecem a educação dos estudantes e promovem valores

cidadãos e culturais. Essa iniciativa não apenas fortalece a identidade cultural dos jovens, mas também cria um ambiente educacional mais rico e diversificado, onde a cultura gaúcha é celebrada e compartilhada com entusiasmo.

As escolas ao seguirem em seu planejamento escolar a inserção da cultura gaúcha, em forma multidisciplinar, ou ainda se utilizarem destes materiais para atividades extraclasse, sempre realizando adequações aos objetivos da comunidade da qual a rede escolar está inserida, contribuem para o aperfeiçoamento da conduta ética e moral da sociedade, divulgando, incentivando e expandindo a cultura regional, seja do Rio Grande do Sul ou de outros núcleos culturais, do tão rico e diversificado País onde estamos.

A verdade é que estas atividades podem proporcionar ao aluno uma experiência cultural diferenciada e rica em ensinamentos. E claro, que para que isso ocorra, o professor precisa ter noções da cultura gaúcha, ou contar com o apoio de das entidades tradicionalistas para que juntos possam transmitir aos alunos de forma adequada, as informações, de acordo com o nível escolar de cada aluno participante. Este é o caso de diversos municípios do Rio Grande do Sul, que já implementaram o estudo da cultura gaúcha nas escolas, cito aqui, o município de Campo Bom, pioneiro nesta seara, que através de projetos de lei, contam com os CTG's da região para realizarem atividades e estudos sobre o verdadeiro regionalismo gaúcho e a sua importância para toda a comunidade.

FIGURA 6 - Estudo da Cultura Gaúcha nas Escolas

Guia Volta às Aulas: Cultura gaúcha nas escolas de Campo Bom



Fonte: [Guia Volta às Aulas: Cultura gaúcha nas escolas de Campo Bom – Jornal Repercussão \(jornalrepercussao.com.br\)](http://jornalrepercussao.com.br) Acesso em: 16 de março de 2023.

Desde o ano de 2009 o Programa Acolher Leva ao estudante da rede de ensino municipal a aproximação com a cultura gaúcha através da dança folclórica e o ensino da tradição regional nas escolas. Para a formação integral do cidadão, é de fundamental importância que quanto maior o conhecimento a respeito dos comportamentos e culturas regionais dos grupos sociais, maior será a oportunidade à criança e ao adolescente para explorar o sentimento de pertencimento e compreender o universo cultural no núcleo em que está inserido, o que vem de encontro com o papel do Movimento Tradicionalista Gaúcho em proporcionar ao jovem esta inserção, minimizando muito, os efeitos da marginalização abordada no primeiro capítulo.

4.3.1.1 Ensino da cultura gaúcha nas escolas do município de Erechim/RS

No município de Erechim, localizado ao norte do Rio Grande do Sul, a cultura gaúcha se faz muito presente, através das suas mais de 140 entidades tradicionalistas, que possuem os 36 municípios abrangidos pela 19ª Região Tradicionalista.

No dia 06 de dezembro de 2021, durante a 69ª Sessão Legislativa da 18ª Legislatura (2021-2024), foi apresentado, pela Vereadora Roseli Teresinha Battisti, o pedido de providências de número 745/2021, o qual solicitou aos órgãos competentes do Poder Executivo Municipal, por via da Secretaria Municipal de Educação, a inclusão do conteúdo sobre a cultura tradicionalista na matéria de artes, nas escolas públicas da rede municipal de ensino de Erechim.

O projeto tem como justificativa o tradicionalismo como fonte de memórias de fatos históricos importantíssimos, além da construção de um futuro glorioso, embasado no que há de mais belo no nosso Rio Grande do Sul, nossa história e nossas tradições.

O ensino da arte na escola nem sempre teve o seu espaço assegurado no currículo e muito se debateu para que essa disciplina tivesse a sua real importância preservada na comunidade escolar. Foi no dia 20 de dezembro de 1996, que a Lei de Diretrizes e bases da Educação Nacional nº 9394 estabeleceu a obrigatoriedade da arte na educação básica enfatizado segundo o Cap. II, Art. 26, Parágrafo 29 - "O ensino da arte constituirá componente curricular obrigatório, nos diversos níveis da educação básica, de forma a promover o desenvolvimento cultural dos alunos"

Com a Lei nº 12.287 de 2010, a redação correspondente a esse parágrafo sofreu uma alteração significativa: "§2º O ensino da arte, especialmente em suas expressões regionais, constituirá componentes curricular obrigatório nos diversos níveis da educação básica, de forma a promover o desenvolvimento cultural dos alunos".

Tendo em vista a necessidade de ampliar o conhecimento dos alunos acerca da cultura gaúcha a fim de fazer perpetuar a história do nosso povo e sabendo que a bagagem cultural dos mesmos sobre o assunto se torna um tanto quanto restrita, sugeriu-se ao Poder Municipal a implementação do conteúdo sobre cultura tradicionalista na matéria de artes nas escolas públicas da rede municipal.

Percebemos assim, que a dança e as artes de uma maneira geral, são caminhos muito importantes para a transformação social de nosso país/estado/cidade, pois trabalham regras e valores sociais e culturais que representam e simbolizam os papéis vividos no cotidiano de cada cidadão.

Acredita-se ainda que, ao valorizarmos o conteúdo histórico e cultural das danças tradicionais e da própria história do nosso Estado e do Movimento Tradicionalista Gaúcho, através de lendas, contos, brinquedos, brincadeiras e jogos estaremos contribuindo para a formação de indivíduos críticos atuantes na sociedade. Entre os objetivos da inclusão do conteúdo sobre cultura tradicionalista estão:

- Despertar nos alunos o gosto pela cultura gaúcha;
- Propagar as manifestações artísticas, culturais e intelectuais do nosso estado;
- Resgatar a história do Rio Grande do Sul, respeitando a ordem cronológica dos fatos,
- Desenvolver a linguagem oral, musicalidade e ritmo através do ensino das músicas e danças tradicionais, bem como análise e criação de poesias;
- Valorizar e respeitar os gestos simbólicos, costumes e tradições;
- Trabalhar a corporeidade das danças folclóricas, dando ênfase as particularidades de cada uma;
- Utilizar a dança folclórica como forma de trabalhar a história do nosso estado e suas influências;
- Promover a socialização;
- Enfatizar a importância do trabalho coletivo e cooperativo;
- Proporcionar o acesso à cultura aos alunos e familiares;
- Integrar as crianças e famílias através de atividades relacionadas a cultura gaúcha;
- Promover o resgate de atividades e jogos campeiros;
- Resgatar os brinquedos e brincadeiras folclóricas;
- Oportunizar as crianças conhecer as lendas e contos acerca da nossa cultura.

Nesse sentido, o projeto apresentado ao Poder Público Municipal via Secretária Municipal de Educação, é de suma importância para a inclusão do conteúdo sobre cultura tradicionalista na matéria de artes nas escolas públicas da rede municipal de ensino de Erechim, visando obter todos os benefícios já expostos acima, que dela advém.

Recentemente, o Movimento Tradicionalista Gaúcho, firmou uma parceria com a FAMURS, promovendo cursos de capacitação tradicionalista, para os professores que irão trabalhar com este projeto sociocultural, nas diversas cidades do Rio Grande do Sul, tudo isso para que a cultura se fortaleça, com um melhor desenvolvimento, e a sociedade ganhe cidadãos que conheçam virtudes e valores fundamentais para o convívio social.

Além da apresentação do projeto ao poder Legislativo e Executivo, ficou previamente acordado uma visita técnica ao município de Campo Bom, o qual é pioneiro na implementação do estudo da cultura gaúcha nas escolas, estas que por mais de 15 anos já são exemplos no Estado.

Em resposta ao pedido de providências a Secretaria Municipal de Educação de Erechim complementou, informando que o Estado do Rio Grande do Sul, em seu Referencial Curricular Gaúcho homologado em dezembro de 2018, pelo Conselho Estadual de Educação (CEED) e pela União Nacional dos Conselhos Municipais de Educação (UNCME), define, amparado pela Base Nacional Comum Curricular (BNCC), aprovada em dezembro de 2017, o Componente Curricular de Arte como parte constitutiva da Área das Linguagens. A partir de então, não se nomeia mais como matéria de Arte, mas Componente Curricular de Arte pertencente a grande Área das Linguagens.

O Conselho Municipal de Educação de Erechim em sua Resolução N. 59, de 18 de outubro de 2019, instituiu e aprovou a implementação do Documento Orientador do Território de Erechim (DOTME), o qual neste ano de 2021 está sendo complementado com a participação das Instituições Públicas e Privadas e que é referência para todo o Sistema Municipal de Ensino, quanto ao que será abordado nas Escolas sobre o contexto municipal no que diz respeito a Organização Curricular da Educação Infantil (Campos de Experiências) e Ensino Fundamental (Áreas do Conhecimento).

Frente a estas normativas, as Escolas Públicas do Sistema Municipal de Ensino na questão da Cultura Gaúcha (Tradicionalista) é evidenciada de duas maneiras:

a) Nos Documentos da Base Nacional Comum Curricular (BNCC), Referencial Curricular Gaúcho (RCG), Documento Territorial Municipal de Erechim (DOTME), no Componente Curricular (formal) de Artes (Área da Linguagem);

b) No Programa Castelinho, instituído pela Lei N.º 6.635/19 em atividades extracurriculares, para os estudantes do Ensino Fundamental, dentre elas, a cultura gaúcha.

Destaca-se ainda, que no Programa de Educação Integral Castelinho é oferecido a dança gaúcha que abrange as danças de salão e as danças tradicionais. As Escolas de Ensino Fundamental Cristo Rei, Luiz Badalotti, D. Pedro II, Jaguaretê e Othelo Rosa já possuem a indumentária gaúcha completa, inclusive com as saias necessárias para o ensaio das prendas. Para o ano de 2022, estimou-se um aumento da carga horária semanal da atividade, a fim de atender as Escolas também, com o ensino da cultura (tradicionalismo e folclore).

Cabe ainda destacar que as Escolas Públicas Municipais, no seu planejamento Cultura específico do mês de setembro, não somente realizam projetos voltados agregação do Tradicionalista/Gaúcha como também, desenvolvem conteúdos com conhecimento, já previstos nos documentos oficiais.

Todo o exposto, evidencia a importância dos estudos culturais nos meios educacionais, buscando atender o preconizado no artigo primeiro da Carta de Princípios do Movimento Tradicionalista Gaúcho, o auxílio para com o Estado a fim de solucionar os seus problemas fundamentais, cumprindo e justificando o tema de estudo proposto no presente trabalho.

4.4 TEMA ANUAL DO MTG 2018 - “UNINDO GERAÇÕES PARA CONSTRUIR O AMANHÃ”.

O tema anual do Movimento Tradicionalista Gaúcho (MTG) em 2018 foi "Unindo Gerações para Construir o Amanhã". Este tema reflete a missão do MTG de preservar e promover a cultura tradicionalista gaúcha, que inclui elementos como música, dança, gastronomia, vestimenta e, especialmente, valores e tradições que foram passados de geração em geração ao longo da história do Rio Grande do Sul. O MTG é responsável por coordenar eventos como rodeios, festivais de música gaúcha, competições de dança e outras atividades que celebram e mantêm vivas essas tradições. Mas não somente, a escolha do tema "Unindo Gerações para Construir o Amanhã" destaca a importância de envolver e conectar todas as faixas etárias de tradicionalistas, desde os mais jovens até os mais idosos.

Alguns pontos merecem destaque, o primeiro é fundamentalmente a Preservação da Cultura, onde os mais jovens são fundamentais para a continuidade da cultura tradicionalista gaúcha. Os quais devem aprender com os mais velhos as habilidades, valores e tradições que compõem essa cultura. O segundo ponto, trata da Renovação e Inovação, ao unir gerações, o

MTG pode aproveitar a experiência e sabedoria dos mais velhos, ao mesmo tempo em que incentiva os mais jovens a trazerem novas ideias e perspectivas para a organização.

A renovação e inovação são aspectos essenciais para qualquer movimento cultural ou organização que deseje se manter relevante e dinâmico ao longo do tempo. Isso é particularmente importante no contexto do MTG, que visa preservar a cultura tradicionalista gaúcha, mas também precisa se adaptar às mudanças sociais, culturais e tecnológicas para garantir que a tradição continue a prosperar. Há a troca de experiências, onde os tradicionalistas mais jovens podem trazer perspectivas frescas e novas ideias para o MTG. Eles podem se beneficiar da experiência dos mais velhos para entender as raízes e os princípios fundamentais da cultura tradicionalista.

A troca de experiências entre gerações enriquece o movimento. O uso da tecnologia é também algo fundamental, os jovens muitas vezes têm mais familiaridade com tecnologia e mídias sociais. Isso pode ser usado para promover eventos do MTG, alcançar um público mais amplo e envolver a comunidade de maneiras inovadoras, como transmissões ao vivo de festivais ou uso de plataformas digitais para compartilhar música e dança gaúcha.

Ao unir gerações, é possível garantir que as tradições antigas sejam preservadas, enquanto também se permitem adaptações que tornem a cultura tradicionalista gaúcha relevante para as novas gerações. Isso pode incluir a revitalização de danças e músicas antigas ou a criação de novas formas de expressão cultural. Os tradicionalistas mais velhos podem desempenhar um papel fundamental na mentoria dos mais jovens, ajudando-os a desenvolver habilidades de liderança e compreensão das responsabilidades que vêm com a promoção da cultura gaúcha. Através dessa orientação, os mais jovens podem assumir papéis de liderança no MTG. Promover eventos e atividades que reúnam diferentes gerações em celebrações culturais pode ser uma maneira poderosa de unir a comunidade tradicionalista. Isso permite que os mais jovens aprendam com os mais velhos e compartilhem suas perspectivas.

As gerações mais jovens podem ajudar a construir pontes entre a cultura tradicionalista gaúcha e a sociedade em geral, criando oportunidades para diálogo e compreensão mútua. Isso pode ajudar a evitar o isolamento da cultura tradicionalista e aumentar seu alcance. Em resumo, a renovação e inovação são elementos cruciais para a preservação e a prosperidade da cultura tradicionalista gaúcha.

Ao unir diferentes gerações, o MTG pode tirar proveito das experiências, habilidades e perspectivas diversas para garantir que a tradição continue a evoluir e a se adaptar às mudanças, ao mesmo tempo em que mantém suas raízes e valores fundamentais, o que culmina no terceiro ponto, a Transmissão de Valores, pois a cultura tradicionalista gaúcha não é apenas

sobre músicas e danças, mas também sobre valores como honra, respeito, solidariedade e amor. Esses valores são transmitidos de geração em geração e são essenciais para a construção de um amanhã melhor, aliado com o quarto e quinto ponto, a Sustentabilidade e a Construção do Futuro, a continuidade da cultura tradicionalista gaúcha depende da capacidade de envolver e inspirar as gerações futuras a se envolverem e se apaixonarem por essa cultura. Isso assegura que a tradição não seja perdida com o passar do tempo.

Muitos aspectos da cultura tradicionalista gaúcha estão intimamente ligados à vida no campo e à agricultura. A transmissão dessas tradições para as gerações mais jovens é fundamental para manter a ligação com a terra e as práticas agrícolas tradicionais, contribuindo assim para a sustentabilidade agrícola, fator crucial quando falamos da economia do nosso País. A cultura gaúcha muitas vezes valoriza a relação respeitosa com a natureza e os recursos naturais. Os mais velhos podem ensinar aos mais jovens a importância de cuidar do meio ambiente e como as práticas tradicionais podem ser alinhadas com a sustentabilidade ambiental.

Além de tudo, proporciona o engajamento comunitário, onde a cultura tradicionalista gaúcha frequentemente envolve a comunidade em festivais, rodeios e outras atividades. Ao unir diferentes gerações nessas atividades, cria-se um senso de pertencimento à comunidade e um compromisso com a preservação da sociedade como um todo, contribuindo para a sustentabilidade social.

Outrossim, as gerações mais jovens trazem ideias inovadoras para tornar a promoção da cultura tradicionalista gaúcha mais sustentável do ponto de vista econômico e ambiental. Isso pode envolver práticas de gestão mais eficientes em eventos ou o uso de tecnologias sustentáveis. A cultura tradicionalista precisa se adaptar às mudanças na sociedade, incluindo questões como diversidade e inclusão. A união de diferentes gerações pode ajudar a encontrar maneiras de preservar os valores essenciais da cultura ao mesmo tempo em que a torna mais relevante para um público diversificado promovendo como forma de retribuição ações em prol da sociedade.

Em resumo, a sustentabilidade no contexto do Movimento Tradicionalista Gaúcho implica a preservação e a continuidade da cultura tradicionalista ao longo do tempo, garantindo que ela permaneça relevante e significativa para as gerações futuras. Isso envolve a transmissão de conhecimento, o respeito pela natureza, o engajamento comunitário e a adaptação à evolução da sociedade, ao mesmo tempo em que se mantêm as raízes e os valores fundamentais da cultura tradicionalista gaúcha.

O tema sugere que a cultura tradicionalista gaúcha não é algo estático, mas sim uma força dinâmica que pode evoluir e se adaptar aos tempos modernos. Ao unir gerações, o MTG

está construindo um amanhã em que essa cultura continue a prosperar e a contribuir para a identidade do Rio Grande do Sul e o bem estar social.

No geral, o tema "Unindo Gerações para Construir o Amanhã" destaca a importância da continuidade, evolução e transmissão da cultura tradicionalista gaúcha ao envolver todas as gerações na promoção e preservação dessa rica tradição, através da manutenção da sociedade para que um futuro próspero seja construído.

A preservação e promoção da cultura tradicionalista gaúcha, com ênfase na sustentabilidade, renovação e união de gerações, desempenha um papel fundamental na sociedade. Primeiramente, essa cultura representa uma parte intrínseca da identidade do Rio Grande do Sul, conectando as pessoas às suas raízes históricas e promovendo um profundo senso de pertencimento. Ao celebrar essa tradição, as comunidades locais se unem em festivais e eventos, fortalecendo os laços sociais e fomentando um espírito de comunidade.

Além disso, a cultura tradicionalista gaúcha não é apenas uma forma de entretenimento, mas também uma valiosa ferramenta educacional. Ela transmite valores fundamentais, como respeito, solidariedade, honra e responsabilidade, para as gerações mais jovens, ajudando a moldar cidadãos éticos e conscientes. Esses valores são essenciais para a construção de uma sociedade coesa e equilibrada.

Além disso, os eventos culturais e festivais organizados pelo Movimento Tradicionalista Gaúcho frequentemente impulsionam a economia local, gerando empregos e aumentando o turismo. Isso beneficia as comunidades e fortalece a economia regional, criando oportunidades econômicas para os habitantes locais.

A cultura tradicionalista também se adapta para ser mais inclusiva e diversificada, promovendo a aceitação de diferentes grupos e culturas. Isso contribui para uma sociedade mais inclusiva e tolerante, onde a diversidade é valorizada.

Adicionalmente, ao promover a arte e a criatividade, a cultura tradicionalista gaúcha oferece uma plataforma para artistas locais mostrarem seus talentos, enriquecendo a cena cultural regional e nacional.

O turismo cultural, por sua vez, é impulsionado pela promoção dessa cultura, atraindo visitantes interessados em experiências autênticas da região. Isso pode estimular a economia do turismo, gerando receita e empregos relacionados.

Além disso, a preservação da cultura tradicionalista gaúcha contribui para a conservação do patrimônio cultural do Brasil, enriquecendo a herança cultural nacional e mundial.

Por fim, a participação em atividades tradicionalistas, como dança e música gaúcha, ajuda as pessoas a desenvolver habilidades físicas e artísticas, promovendo o bem-estar individual e coletivo. Em suma, a promoção da cultura tradicionalista gaúcha e sua abordagem sustentável, renovação e união de gerações enriquecem a sociedade em diversas dimensões, criando comunidades mais fortes, conscientes e resilientes.

O envelhecimento da população é uma tendência global que traz consigo desafios e oportunidades únicas. Um dos aspectos mais cruciais desse fenômeno é a necessidade de integrar os idosos com as novas gerações. Essa integração não é apenas um gesto de respeito e cuidado para com os mais velhos, mas também uma estratégia essencial para o desenvolvimento harmonioso de nossa sociedade. Neste contexto, é imperativo discutir a importância dessa integração e como ela pode beneficiar tanto os idosos quanto as novas gerações e a sociedade como um todo.

Em primeiro lugar, a integração dos idosos com as novas gerações promove a troca de conhecimento e experiência. Os mais velhos têm um vasto acúmulo de sabedoria adquirida ao longo de suas vidas, seja em suas carreiras, relações pessoais ou lições de vida. Essas experiências podem servir como orientação valiosa para os mais jovens, ajudando-os a evitar erros comuns e a tomar decisões mais informadas. Além disso, a transmissão de valores e tradições culturais também ocorre naturalmente quando as gerações convivem, enriquecendo a cultura e a identidade da sociedade como um todo.

Em segundo lugar, a integração dos idosos combate o isolamento social e a solidão, problemas que afetam uma parte significativa da população idosa. A solidão pode levar a sérios problemas de saúde mental e física, e a interação com as novas gerações pode fornecer um remédio eficaz. Os mais jovens podem trazer energia, entusiasmo e companhia para a vida dos idosos, enquanto estes podem oferecer histórias inspiradoras e sabedoria. Essa interação social é crucial para o bem-estar emocional e psicológico dos idosos.

Além disso, a integração intergeracional promove a empatia e a compreensão mútua. As gerações mais jovens podem aprender a apreciar as dificuldades e desafios que os idosos enfrentam, desenvolvendo empatia e respeito por suas lutas. Ao mesmo tempo, os idosos podem entender melhor as preocupações e aspirações das novas gerações, evitando conflitos intergeracionais e promovendo um ambiente de colaboração e respeito mútuo.

Por fim, a integração dos idosos com as novas gerações contribui para uma sociedade mais inclusiva e justa. Quando todas as idades são representadas e valorizadas na sociedade, as políticas públicas tendem a ser mais equitativas, abordando as necessidades de todas as faixas etárias. Além disso, a participação ativa dos idosos na sociedade, por meio do trabalho

voluntário, atividades educacionais ou simplesmente interações sociais, enriquece a vida comunitária e fortalece os laços sociais.

Em resumo, a integração dos idosos com as novas gerações é uma necessidade premente em nossa sociedade envelhecida. Ela promove a troca de conhecimento, combate a solidão, fomenta a empatia e contribui para uma sociedade mais inclusiva. Portanto, investir em programas e iniciativas que facilitem essa integração é não apenas um ato de respeito pelos idosos, mas também uma estratégia inteligente para fortalecer os alicerces de nossa sociedade e garantir um futuro mais brilhante para todas as gerações. Por conseguinte, tendo em vista o exposto acima, tem-se que o MTG contribui para a resolução da problemática apresentada no decorrer do primeiro capítulo.

4.5 PERCEPÇÃO DOS FREQUENTADORES QUANTO AOS ESPAÇOS DOS NÚCLEOS TRADICIONALISTAS.

No decorrer da pesquisa de campo realizada ao longo deste trabalho, pudemos coletar, analisar diversos dados, e comparando-os com a pesquisa citada no primeiro capítulo, comprovar a eficácia do Movimento Tradicionalista Gaúcho em trabalhar de forma fácil e natural com situações cotidianas, muitas vezes, difíceis no dia a dia da sociedade.

Para iniciarmos a apresentação dos dados obtidos, temos a Tabela 1, onde nela, podemos observar a frequência semanal com que cada um dos entrevistados vai ao CTG, obtemos como resultado que mais de 50% dos entrevistados frequentam três vezes na semana, e nenhum dos entrevistados frequenta apenas uma vez. Ou seja, os entrevistados foram pessoas que conhecem e vivenciam espaço social dentro do Núcleo Tradicionalista, e possuem propriedade para falar sobre o mesmo.

Tabela 1 - Frequência Semanal ao CTG

Alternativa	Porcentagem
Uma Vez	0%
Duas Vezes	46,60%
Três Vezes	53,33%

Na Tabela 2, temos a percepção dos entrevistados acerca do nível de segurança dentro dos CTG's. Podemos constatar, que a maioria absoluta se sente seguro quando está frequentando esse local, obtendo mais de 70% das respostas como sendo “muito bom”. Concluimos então, que ao contrario do visualizado na pesquisa citada no capítulo 1, os idosos frequentadores dos Núcleos Tradicionalistas, não observam dificuldades acerca da segurança.

Tabela 2 - Nível de Segurança nos Núcleos Tradicionalistas

Alternativa	Porcentagem
1 – Insuficiente	0%
2 – Irregular	0%
3 – Bom	6,66%
4 - Muito Bom	73,33%
5 – Ótimo	20,00%

Também observamos uma relevância social do Núcleo Tradicionalista acerca do nível de comunicação e interação social entre os seus frequentadores, assim como, entre as diferentes gerações. Nas Tabelas 3 e 4, podemos observar que 100% dos entrevistados avaliam esses quesitos como sendo “bom” ou “muito bom”, tais quesitos culminam na atenuação de sintomas prejudiciais a saúde como a insegurança, falta de motivação, e falta de companhia, sintomas citados pelos participantes da pesquisa trabalhada no primeiro capítulo como dificuldades encontradas na sociedade.

Tabela 3 - Nível de Comunicação e Interação Social entre os Frequentadores dos Núcleos Tradicionalistas

Alternativa	Porcentagem
1 – Insuficiente	0%
2 – Irregular	0%
3 – Bom	46,66%
4 - Muito Bom	53,33%
5 – Ótimo	0%

Tabela 4 - Nível de Comunicação e Integração entre as Diferentes Gerações Frequentadoras dos Núcleos Tradicionalistas

Alternativa	Porcentagem
1 – Insuficiente	0%
2 – Irregular	0%
3 – Bom	66,66%
4 - Muito Bom	33,33%
5 – Ótimo	0%

Uma das principais dificuldades citadas pelos participantes da pesquisa mencionada no primeiro capítulo é a conservação dos espaços públicos e limpeza dos mesmos. E mais uma vez, podemos observar que os Núcleos Tradicionalistas se destacam em tais quesitos. A construção de uma consciência coletiva, e de respeito desde as categorias de base, ou seja, crianças e jovens adolescentes, culmina em um ambiente mais saudável em todos os aspectos. Na Tabela 5, observamos que 100% dos frequentadores entrevistados, consideram os espaços no quesito limpeza e conservação como “Muito Bom” ou “Ótimo”.

A limpeza e conservação dos espaços públicos desempenham um papel fundamental no bem-estar de uma comunidade. Em primeiro lugar, a manutenção desses locais promove a saúde pública, reduzindo a propagação de doenças transmitidas por sujeira e detritos. Além disso, espaços públicos limpos e bem-cuidados melhoram a qualidade de vida dos cidadãos, proporcionando áreas seguras e agradáveis para atividades recreativas e de lazer.

A conservação adequada desses espaços também contribui para a preservação do meio ambiente, promovendo a sustentabilidade. Ao minimizar o lixo e prevenir danos a áreas naturais, estamos protegendo a biodiversidade e os recursos naturais.

Economicamente, a manutenção dos espaços públicos pode atrair turismo e investimentos, impulsionando a economia local. Além disso, a valorização dessas áreas melhora a estética urbana, valorizando propriedades próximas e aumentando a qualidade de vida dos moradores.

A limpeza e conservação dos espaços públicos são vitais para a saúde, a qualidade de vida, o meio ambiente e o desenvolvimento econômico de uma comunidade, refletindo o compromisso coletivo com um ambiente urbano mais saudável e próspero.

Tabela 5 - Limpeza e Conservação do CTG em que são Habitados a Frequentarem

Alternativa	Porcentagem
1 – Insuficiente	0%
2 – Irregular	0%
3 – Bom	0%
4 - Muito Bom	66,66%
5 – Ótimo	33,33%

Outrossim, mantendo o nível salutar deste espaço social, temos os quesitos trabalhados nas Tabelas 6 e 7, os quais abordam a percepção dos frequentadores entrevistados acerca do respeito entre todos nestes espaços. Temos que 100% dos entrevistados consideram esse quesito sendo superior a “bom”, mas a relevante porcentagem, considera “Muito bom”.

O respeito entre as diferentes gerações desempenha um papel fundamental na construção de uma sociedade harmoniosa e coesa. Em primeiro lugar, ele promove a compreensão mútua, permitindo que pessoas de diferentes idades compartilhem suas perspectivas e experiências de vida. Isso enriquece o diálogo intergeracional e ajuda a solucionar conflitos de maneira mais eficaz.

Além disso, o respeito entre gerações é essencial para a preservação e transmissão de conhecimento, tradições e valores culturais. Os mais jovens podem aprender com a sabedoria acumulada pelos mais velhos, enquanto estes podem se beneficiar da energia e da inovação da juventude.

A valorização das diferentes gerações também contribui para a inclusão social e a igualdade, evitando o isolamento e a discriminação dos mais velhos. Isso promove uma sociedade mais justa e equitativa.

O respeito entre as gerações também fortalece os laços familiares, proporcionando um ambiente mais saudável e afetoso para todos os membros da família. A convivência respeitosa entre avós, pais e filhos é fundamental para o bem-estar de todas as partes.

O respeito intergeracional é essencial para a construção de uma sociedade mais inclusiva, harmoniosa e enriquecedora, onde cada geração contribui de forma valiosa para o desenvolvimento e o progresso da comunidade.

Tabela 6 - Respeito entre os Frequentadores dos Núcleos Tradicionalistas

Alternativa	Porcentagem
1 – Insuficiente	0%
2 – Irregular	0%
3 – Bom	13,33%
4 - Muito Bom	80,00%
5 – Ótimo	6,66%

Tabela 7 - Grau de Respeito das Novas Gerações para com os Adultos, Idosos e Longevos no CTG que frequentam

Alternativa	Porcentagem
1 - Insuficiente	0%
2 - Irregular	0%
3 - Bom	20,00%
4 - Muito Bom	66,66%
5 - Ótimo	13,33%

Para findar a análise de dados obtidos com a pesquisa de campo, temos na Tabela 8 a confirmação do que vem sendo abordado no decorrer deste trabalho. A maioria absoluta dos entrevistados possuem a confiança e segurança de que podem deixar os seus filhos sozinhos nos Núcleos Tradicionalistas, sendo assim um ambiente seguro e saudável para todos.

Tabela 8 - Segurança e Confiança para deixar os Filhos sozinhos no Núcleo Tradicionalista

Alternativa	Porcentagem
Sim	100%
Não	0%
Não sei/Prefiro não responder	0%

Além dos dados obtidos por meio das perguntas fechadas, temos alguns apontamentos feitos pelos entrevistados, através das perguntas de formato aberto, que se fazem relevantes. A pergunta número 4 abordava os benefícios dos Centros Tradicionalistas Gaúchos, e vindo de encontro com o apresentado nos capítulos 2 e 3 do presente trabalho, os benefícios são diversos como podemos ver nas imagens a seguir:

FIGURA 7 - Pergunta nº 4 - Resposta 1

4. Caso a resposta do item número 3 seja 3 ou superior, responder: No seu ponto de vista pessoal, quais os benefícios dos Centros Tradicionalistas na formação da comunicação e interação social das crianças e adolescentes.

As atividades culturais, como dança, são realizadas coletivamente, mas com um objetivo comum, isso faz com que desenvolvam habilidades de comunicação, auto-conhecimento, tolerância e superação.

FIGURA 8 - Pergunta nº 4 - Resposta 2

4. Caso a resposta do item número 3 seja 3 ou superior, responder: No seu ponto de vista pessoal, quais os benefícios dos Centros Tradicionalistas na formação da comunicação e interação social das crianças e adolescentes.

As crianças e Adolescentes, se tornam mais independentes, mais desinibidos, facilitando assim suas interações perante a sociedade.

FIGURA 9 - Pergunta nº 4 - Resposta 3

4. Caso a resposta do item número 3 seja 3 ou superior, responder: No seu ponto de vista pessoal, quais os benefícios dos Centros Tradicionalistas na formação da comunicação e interação social das crianças e adolescentes.

Auxilia no desenvolvimento e auto confiança das crianças e adolescentes, tornando-os mais mais independentes e aprendendo a convivência em equipe, respeitando os demais.

Ter objetivos em comum dentro de um núcleo social, como uma família, equipe de trabalho, grupo de amigos ou comunidade, pode trazer diversos benefícios como os citados pela entrevistada. O desenvolvimento de habilidades de comunicação, a busca por objetivos em comum requer comunicação constante e eficaz. Isso pode melhorar a comunicação dentro do grupo, levando a um entendimento mais claro e à resolução mais rápida de conflitos.

Além disso, ter objetivos em comum incentiva a cooperação e a colaboração entre os membros do núcleo social. Quando todos compartilham um objetivo, estão mais propensos a trabalhar juntos para alcançá-lo. Compartilhar objetivos em comum fortalece os laços emocionais entre os membros do grupo, culminando em relacionamentos mais profundos e significativos. Cria um senso de pertencimento e identidade no grupo. Os membros se sentem parte de algo maior do que eles mesmos, o que pode aumentar a satisfação e o orgulho de fazer parte desse grupo.

Objetivos em comum podem motivar as pessoas a se esforçarem mais para alcançá-los. A responsabilidade compartilhada e o desejo de não decepcionar os outros membros do grupo podem ser poderosas fontes de motivação. Em ambientes de trabalho ou estudo, ter pode levar a um desempenho mais eficiente e eficaz. A divisão de tarefas e responsabilidades pode ser mais fácil quando todos têm um objetivo compartilhado em mente, além de que permitem que um grupo alcance metas que seriam difíceis ou impossíveis de alcançar individualmente. O trabalho conjunto pode tornar possível a realização de projetos mais ambiciosos.

Em situações que exigem soluções criativas ou abordagens complexas, a colaboração em busca de objetivos em comum pode levar a uma gama mais ampla de ideias e perspectivas, facilitando a resolução de problemas, podendo proporcionar um senso de realização e satisfação pessoal, contribuindo para o bem-estar emocional e psicológico dos membros do grupo. Em contextos comunitários, podem levar a melhorias tangíveis na qualidade de vida, como a construção de infraestrutura, a promoção da educação, a criação de espaços públicos e a preservação do meio ambiente.

Já o autoconhecimento desempenha um papel fundamental no desenvolvimento saudável e no bem-estar emocional das crianças. Incentivar a reflexão, a autoexpressão e a exploração de quem são é essencial para capacitá-las a enfrentar os desafios da vida e a construir relacionamentos significativos e bem-sucedidos. Os pais, educadores e cuidadores desempenham um papel importante em apoiar o desenvolvimento do autoconhecimento em crianças, fornecendo um ambiente seguro e encorajador para que elas explorem e compreendam a si mesmas.

Dentre os diversos benefícios do autoconhecimento, este pode ajudar a identificar sinais precoces de problemas de saúde mental em crianças, permitindo intervenções precoces e apoio adequado quando necessário, além de capacitar as crianças a serem autênticas e a tomar decisões que reflitam quem são, ajudando-as a se sentirem no controle de suas próprias vidas e a assumirem a responsabilidade por suas escolhas.

À medida que as crianças crescem e enfrentam mudanças em suas vidas, o autoconhecimento as ajuda a se adaptar de maneira mais suave, as fazendo poder entender como as mudanças afetam suas emoções e tomar medidas para lidar com essas emoções de forma saudável.

O autoconhecimento ajuda as crianças a definir metas realistas com base em suas habilidades e interesses. Isso pode motivá-las a alcançar seus objetivos e aumentar seu senso de realização. Crianças que se conhecem bem são mais capazes de resolver conflitos de maneira construtiva. Elas podem identificar suas próprias contribuições para o conflito e buscar soluções que satisfaçam as necessidades de todas as partes envolvidas. O autoconhecimento também está ligado às habilidades sociais. Quando as crianças entendem suas próprias emoções e são capazes de expressá-las de maneira saudável, isso pode melhorar suas interações com os outros. Elas podem ser mais empáticas e compreender melhor as emoções dos colegas.

Conhecer seus próprios valores e interesses ajuda as crianças a tomar decisões mais alinhadas com o que realmente importa para elas. Isso pode ser útil ao escolher amigos, atividades extracurriculares e objetivos futuros. O autoconhecimento permite que as crianças reconheçam e compreendam suas emoções. Isso é crucial para o desenvolvimento do gerenciamento emocional, ajudando-as a lidar com o estresse, a ansiedade e outras emoções de maneira mais eficaz.

Quando as crianças têm um bom entendimento de si mesmas, elas tendem a ter uma autoestima mais saudável e maior autoconfiança. Isso as ajuda a enfrentar desafios e a lidar com críticas de maneira mais construtiva, além de as ajudar a desenvolver uma compreensão mais clara de quem são como indivíduos, incluindo sua personalidade, valores, interesses e habilidades, e à medida que as crianças se conhecem melhor, elas podem construir uma identidade mais sólida.

Outrossim, a tolerância e a superação são figuras essenciais para a formação de um bom cidadão e um bom profissional. O desenvolvimento da tolerância e da capacidade de superação é fundamental para o crescimento saudável e bem-sucedido das crianças. Essas habilidades não apenas ajudam as crianças a lidar com os desafios da vida, mas também as preparam para serem adultos resilientes e capazes de enfrentar adversidades.

A tolerância refere-se à capacidade de aceitar e respeitar as diferenças entre as pessoas, sejam elas culturais, étnicas, religiosas, de gênero, ou outras. Ensinar tolerância às crianças é crucial por várias razões. A sociedade é diversa, e as crianças precisam aprender a conviver e colaborar com pessoas que têm origens, crenças e valores diferentes. A tolerância cria um ambiente inclusivo e harmonioso. Ao ensinar tolerância desde cedo, podemos ajudar as crianças

a evitar estereótipos prejudiciais e preconceitos. Isso contribui para a construção de sociedades mais justas e igualitárias. A tolerância também envolve habilidades de comunicação eficazes. As crianças aprendem a ouvir e expressar suas opiniões de maneira respeitosa, o que é fundamental para relações interpessoais saudáveis, além de que, pode reduzir conflitos e promover a resolução pacífica de disputas. Quando as crianças aprendem a respeitar as diferenças, estão menos propensas a entrar em confrontos desnecessários.

Já a capacidade de superação envolve enfrentar desafios, adversidades e fracassos com resiliência e determinação. É uma habilidade essencial para o desenvolvimento das crianças por várias razões, dentre elas podemos destacar: a resiliência, o aprendizado, a autoestima e a preparação para a vida adulta. A superação ajuda as crianças a desenvolver resiliência emocional, permitindo que enfrentem dificuldades com coragem e persistência, em vez de desistir facilmente. Através da superação, as crianças aprendem lições valiosas com os desafios que enfrentam. Elas entendem que os fracassos são oportunidades de aprendizado e crescimento. Superar desafios com sucesso aumenta a autoestima das crianças, pois elas ganham confiança em suas habilidades e capacidades, sendo essencial para alcançar metas e objetivos, as crianças aprendem a estabelecer metas realistas e a trabalhar arduamente para alcançá-las na sua vida adulta, a qual está repleta de desafios e obstáculos. A capacidade de superação desenvolvida na infância prepara as crianças para enfrentar esses desafios de maneira eficaz.

FIGURA 10 - Pergunta nº 6 - Resposta 1

- 6. Caso a resposta do item número 5 seja 3 ou superior, responder: Quais os fatores presentes nos Centros Tradicionalistas contribuem na comunicação e integração entre as diferentes gerações que frequentam o CTG?**

As atividades culturais desenvolvidas no CTG e também junto a comunidade, fazem com que diferentes gerações interajam e trabalhem juntas e para isso a boa comunicação e interação são necessárias.

FIGURA 11 - Pergunta nº 6 - Resposta 2

6. Caso a resposta do item número 5 seja 3 ou superior, responder: Quais os fatores presentes nos Centros Tradicionalistas contribuem na comunicação e integração entre as diferentes gerações que frequentam o CTG?

As atividades culturais oferecidas pelo CTG contribuem de forma intensa na integração entre gerações, e muitas vezes de forma exemplar, e inspiradora para diferentes gerações dentro do CTG.

FIGURA 12 - Pergunta nº 11 - Resposta 1

11. Em seu ponto de vista, o Movimento Tradicionalista Gaúcho é, ou pode ser, um instrumento social garantidor de amparo e inclusão a idosos, crianças e adolescentes na sociedade? Se sim, qual o motivo?

Sim, pois dentro dos CTG's existe espaço para todos, com atividades diversas que contemplam a todas as idades e idades, além de proporcionar interação entre as gerações.

FIGURA 13 - Pergunta nº 11 - Resposta 2

11. Em seu ponto de vista, o Movimento Tradicionalista Gaúcho é, ou pode ser, um instrumento social garantidor de amparo e inclusão a idosos, crianças e adolescentes na sociedade? Se sim, qual o motivo?

Sim, porque valoriza atividades educativas, o respeito, a memória e a história da nossa terra e promove convivência e troca de conhecimentos.

FIGURA 14 - Pergunta nº 11 - Resposta 3

11. Em seu ponto de vista, o Movimento Tradicionalista Gaúcho é, ou pode ser, um instrumento social garantidor de amparo e inclusão a idosos, crianças e adolescentes na sociedade? Se sim, qual o motivo?

Sim. Concordo plenamente que o movimento tradicionalista contribui com a inclusão de todos, através de diferentes gerações, etnias ou crença, onde todos "aprendem" a respeitar as diferenças, garantindo que todos sintam-se "acolhidos" e respeitados, conquistando seu espaço dentro de uma sociedade.

Ante o exposto, resta comprovado e demonstrado a eficácia do Movimento Tradicionalista Gaúcho, através de seus Centros Tradicionalistas, no desenvolvimento de cidadãos, e no combate às dificuldades enfrentadas por jovens e idosos apresentadas no primeiro capítulo, as quais podem ser combatidas através da execução de ações conjuntas entre o Movimento Tradicionalista Gaúcho, através dos seus CTG's, e o Poder Público, tendo como norte os princípios de democracia, solidariedade e congêneres abordados no decorrer deste trabalho. Tais dificuldades apresentadas vêm prejudicando e negligenciando a qualidade de vida.

Como alternativa, por exemplo, o Estado poderia se utilizar dos espaços públicos dos quais dispõe, como praças, ginásios e teatros, aliado ao voluntariado ofertado pelos participantes dos núcleos tradicionalistas para levar confraternização, integração, cultura, estudo entre outras tantas atividades realizadas dentro dos CTG's, até o público geral, seja ele jovens ou idosos.

Viabilizar a utilização desses espaços, em conjunto com a ampla divulgação na mídia, especialmente de propagandas de incentivo a estas atividades, irão propiciar um acolhimento combatendo o abandono, uma integração social combatendo a falta dela, e ambas a invisibilidade social de tantas pessoas que sofrem com estes problemas. Além do mais, tais ações conjuntas culminam na elevação da qualidade de vida e felicidade dos integrantes que participam, o que influencia positivamente no seu estilo de vida, sobretudo, atingem a melhora na saúde, educação e segurança, em conjunto com a troca de experiências entre gerações, o que

foi, e é, essencial para a evolução da sociedade. A execução de ações como estas representaria uma melhora, também, em outros setores, como por exemplo, na infraestrutura dos ambientes e espaços acima citados, com investimentos por parte do poder público.

Ações como estas apresentadas, vêm de encontro às legislações pertinentes ao tema, como os Estatutos da Criança e do Adolescente; do Idoso; e a própria Constituição Federal, documentos apresentados e analisados no subitem 2.1 do primeiro capítulo, os quais primam pela devida aplicação dos direitos e princípios fundamentais para a dignidade da pessoa humana. Ações concretas a partir das políticas públicas existentes e legalmente amparadas, aliadas às ações e projetos sociais que o MTG já pratica dentro e fora dos núcleos tradicionalistas através de seus integrantes, possibilitam melhoras imensuráveis no cotidiano das cidades, além de que são de suma importância para uma vida mais satisfatória.

De modo essencial, destaco e reafirmo a importância de se preservar as interações e cuidados com as pessoas idosas, visto que o conhecimento mais importante é passado de geração para geração, cultura que se faz presente em toda a amplitude do MTG, e que de forma pacificada é explorada e valorizada por todos os seus integrantes, assim, garantindo para as pessoas idosas um envelhecimento saudável e permanentemente ativo, com menos dificuldades e mais interação social, contribuindo para um sociedade mais acolhedora e solidária.

4.6 COMO O PODER PÚBLICO PODE SE VALER DO MTG COMO PARCEIRO ESTRATÉGICO PARA A RESOLUÇÃO DE SEUS PROBLEMAS SOCIAIS FUNDAMENTAIS?

Temos inúmeras formas para que o poder público pode se valha do Movimento Tradicionalista Gaúcho (MTG) como parceiro estratégico na resolução de problemas sociais, e neste item, tendo como inspiração as 7 (sete) folhas do brasão do MTG, as quais representam o tradicionalismo como organismo fundamentalmente social de natureza nativista, cívica, cultural, literária, artística e folclórica. passo a discorrer sobre 7 (sete) das formas que considero mais importantes, pelas quais essa colaboração pode ocorrer.

1. Apoio a Programas de Educação e Cultura:

O primeiro item não poderia ser outro, a educação, engrenagem basilar de qualquer sociedade desenvolvida. O poder público pode colaborar com o MTG para promover programas de educação e cultura nas escolas e comunidades. Isso pode incluir a inclusão de elementos da cultura gaúcha no currículo escolar, como aulas de dança, música, mas principalmente matérias

curriculares, como a história, geografia e folclore do nosso Estado e País, as quais muitas vezes são negligenciadas pelas instituições de ensino, ou então são repassadas aos alunos de formas já ultrapassadas, que não conseguem prender atenção do aluno e acabam por não atingir êxito na fixação dos conhecimentos.

O MTG já realiza iniciativas educacionais, e uma parceria com o governo pode ampliar e muito o alcance desses programas, como já vem sendo feito em diversos municípios gaúchos, e que apesar de recentes e pequenos, tais projetos já contam com um nível muito grande de aceitação da comunidade em que estão inseridos.

Essa parceria pode se traduzir em iniciativas que enriquecem o currículo escolar com elementos da cultura gaúcha, como a inclusão de aulas de dança, música e história tradicionalista nas escolas. Esses programas não apenas promovem a preservação das tradições culturais, mas também fornecem aos estudantes uma compreensão mais profunda das raízes históricas e culturais de sua região. Além disso, o poder público pode colaborar com o MTG na criação de bibliotecas e centros culturais que abrigam materiais educacionais relacionados à cultura gaúcha, oferecendo acesso a recursos de aprendizado para toda a comunidade.

2. Fomento ao Turismo Cultural:

O poder público pode se utilizar das leis de iniciativa à cultura, para apoiar com mais ênfase as iniciativas do MTG na promoção de eventos culturais e artísticos tradicionalistas, atraindo turistas para a região. Isso pode impulsionar a economia local e gerar empregos na indústria do turismo, beneficiando a comunidade.

A promoção do turismo cultural em parceria com o MTG pode ser uma estratégia eficaz para impulsionar a economia local e valorizar a rica herança cultural do Rio Grande do Sul. O poder público pode investir em eventos tradicionalistas, festivais e feiras que atraem visitantes interessados em vivenciar a cultura gaúcha em sua forma mais autêntica. Além disso, a colaboração pode resultar na criação de rotas turísticas que incluem CTGs e Piquetes, proporcionando aos turistas experiências culturais significativas e contribuindo para o desenvolvimento econômico das comunidades locais. O turismo cultural não só gera receita, mas também promove a valorização das tradições gaúchas e a preservação do patrimônio cultural da região.

3. Incentivo ao Empreendedorismo Cultural:

O poder público pode criar programas de incentivo ao empreendedorismo cultural, fornecendo recursos financeiros e capacitação para artesãos, músicos, dançarinos e outros

profissionais da cultura gaúcha. Isso estimula a economia criativa e ajuda a preservar e difundir as tradições culturais.

A parceria entre o poder público e o MTG pode estimular o empreendedorismo cultural, criando oportunidades para artistas e artesãos tradicionalistas prosperarem. O governo pode disponibilizar recursos financeiros e oferecer capacitação em gestão de negócios, marketing e desenvolvimento de produtos culturais. Isso não apenas fortalece a economia criativa, mas também contribui para a preservação e promoção das tradições culturais. Ao apoiar pequenos negócios e empreendedores culturais, o poder público ajuda a criar um ambiente propício para a inovação cultural e o crescimento econômico sustentável.

4. Apoio a Ações Sociais:

O poder público também pode trabalhar em conjunto com o MTG em ações sociais para atender às necessidades de comunidades carentes. Isso pode incluir campanhas de doação de alimentos, agasalhos e assistência a grupos vulneráveis. O MTG já tem experiência nesse tipo de ação e pode ser um parceiro valioso para o governo nesse aspecto.

A colaboração entre o poder público e o MTG em ações sociais é uma forma eficaz de atender às necessidades das comunidades carentes. Juntos, eles podem organizar campanhas de doação de alimentos, agasalhos e assistência a grupos vulneráveis, como idosos, crianças e pessoas em situação de rua. O MTG já tem experiência na mobilização de voluntários e na captação de recursos para ações sociais, e o apoio governamental pode ampliar ainda mais o impacto dessas iniciativas. Essas ações não apenas aliviam o sofrimento das pessoas em situação de necessidade, mas também reforçam os laços de solidariedade na sociedade, promovendo o bem-estar social.

5. Promoção da Cidadania e Participação Cívica:

O MTG pode colaborar com o poder público na promoção da cidadania ativa e participação cívica. Isso pode incluir campanhas de conscientização sobre questões sociais, incentivo ao voluntariado e envolvimento em projetos comunitários. O MTG tem uma base de membros engajados que podem ajudar a mobilizar a comunidade em torno de questões sociais importantes.

A parceria entre o poder público e o MTG pode ser fundamental na promoção da cidadania ativa e da participação cívica. Juntos, eles podem desenvolver campanhas de conscientização sobre questões sociais, incentivar o voluntariado e engajar a comunidade em projetos comunitários. O MTG, com sua ampla rede de membros engajados, pode desempenhar

um papel fundamental na mobilização de indivíduos para participar ativamente na resolução de problemas sociais. A educação cívica e a promoção dos valores democráticos também podem ser incorporadas aos eventos e atividades culturais do MTG, estimulando o envolvimento dos cidadãos na construção de uma sociedade mais justa e inclusiva.

6. Divulgação de Mensagens de Interesse Público:

O MTG pode ser um veículo eficaz para a divulgação de mensagens de interesse público, como campanhas de saúde, segurança e educação. Através de suas atividades culturais e eventos, o MTG pode atingir um público amplo e diversificado e engajado. Mensagens importantes, como campanhas de saúde, segurança, educação e conscientização ambiental, podem ser integradas aos programas do MTG para chegar a um amplo espectro de pessoas. Essa parceria pode ampliar a eficácia das campanhas de interesse público, garantindo que informações vitais cheguem a um público mais amplo e diversificado, aumentando a conscientização e a adesão a medidas sociais importantes.

7. Desenvolvimento de Projetos de Infraestrutura Cultural:

O poder público pode investir em projetos de infraestrutura cultural, como a construção de centros culturais e teatros, que podem ser utilizados para eventos tradicionalistas e culturais. Esses espaços podem servir como locais de preservação e promoção das tradições gaúchas.

O Desenvolvimento de Projetos de Infraestrutura Cultural no contexto do Movimento Tradicionalista Gaúcho (MTG) desempenha um papel fundamental na preservação e promoção das ricas tradições culturais do Rio Grande do Sul. Através do investimento público na construção de centros culturais e teatros, o MTG cria espaços multifuncionais que não apenas abrigam eventos tradicionalistas, mas também fomentam a expressão artística e cultural da região.

Esses locais servem como verdadeiros epicentros da cultura gaúcha, proporcionando um ambiente propício para a realização de festivais, apresentações de danças típicas, exposições de artesanato regional e outras atividades que enriquecem a herança cultural do estado. Além disso, a infraestrutura cultural contribui para a educação e conscientização da população sobre as tradições locais, fortalecendo o senso de identidade e pertencimento.

Os projetos de infraestrutura cultural do MTG não apenas preservam as raízes culturais, mas também impulsionam o turismo cultural, atraindo visitantes interessados em

vivenciar a autenticidade da cultura gaúcha. Dessa forma, esses investimentos públicos desempenham um papel vital na manutenção e difusão das tradições do Rio Grande do Sul.

Por fim, a colaboração entre o poder público e o Movimento Tradicionalista Gaúcho pode ser altamente benéfica para abordar problemas sociais, promover a cultura e fortalecer a coesão social. Essa parceria pode resultar em soluções criativas e eficazes para desafios sociais, aproveitando os recursos culturais e comunitários disponíveis no MTG.

6 CONCLUSÃO

A preservação e promoção da cultura tradicionalista gaúcha, com ênfase na sustentabilidade, renovação e união de gerações, desempenha um papel fundamental na sociedade. Primeiramente, essa cultura representa uma parte intrínseca da identidade do Rio Grande do Sul, conectando as pessoas às suas raízes históricas e promovendo um profundo senso de pertencimento. Ao celebrar essa tradição, as comunidades locais se unem em festivais e eventos, fortalecendo os laços sociais e fomentando um espírito de comunidade.

Além disso, a cultura tradicionalista gaúcha não é apenas uma forma de entretenimento, mas também uma valiosa ferramenta educacional. Ela transmite valores fundamentais, como respeito, solidariedade, honra e responsabilidade, para as gerações mais jovens, ajudando a moldar cidadãos éticos e conscientes. Esses valores são essenciais para a construção de uma sociedade coesa e equilibrada. Os eventos culturais e festivais organizados pelo Movimento Tradicionalista Gaúcho frequentemente impulsionam a economia local, gerando empregos e aumentando o turismo. Isso beneficia as comunidades e fortalece a economia regional, criando oportunidades econômicas para os habitantes locais.

A cultura tradicionalista também se adapta para ser mais inclusiva e diversificada, promovendo a aceitação de diferentes grupos e culturas. Isso contribui para uma sociedade mais inclusiva e tolerante, onde a diversidade é valorizada. Adicionalmente, ao promover a arte e a criatividade, a cultura tradicionalista gaúcha oferece uma plataforma para artistas locais mostrarem seus talentos, enriquecendo a cena cultural regional e nacional. O turismo cultural, por sua vez, é impulsionado pela promoção dessa cultura, atraindo visitantes interessados em experiências autênticas da região. Isso pode estimular a economia do turismo, gerando receita e empregos relacionados. A preservação da cultura tradicionalista gaúcha contribui para a conservação do patrimônio cultural do Brasil, enriquecendo a herança cultural nacional e mundial.

A participação em atividades tradicionalistas, como dança e música gaúcha, ajuda as pessoas a desenvolver habilidades físicas e artísticas, promovendo o bem-estar individual e coletivo. Em suma, a promoção da cultura tradicionalista gaúcha e sua abordagem sustentável, renovação e união de gerações enriquecem a sociedade em diversas dimensões, criando comunidades mais fortes, conscientes e resilientes.

O presente trabalho buscou por meio da pesquisa bibliográfica e documental, utilizando-se o método analítico-descritivo, além de pesquisa de campo de caráter transversal, exploratória, demonstrar a efetividade da utilização do Movimento Tradicionalista Gaúcho para

fins de combate aos problemas sociais fundamentais. Através da pesquisa de campo pôde-se comprovar proposto, analisando os conhecimentos pessoais e percepções dos entrevistados acerca dos comportamentos dos filhos, crianças e adolescentes que frequentam ou já frequentaram o núcleo tradicionalista, após a sua inserção no mesmo, assim como as percepções pessoais quanto aos espaços em que estão inseridos.

Este trabalho se propôs a investigar os meios legais e instrumentos sociais que garantem amparo e inclusão para idosos, crianças e adolescentes. Além disso, explorou e comprovou o papel do Movimento Tradicionalista Gaúcho como uma ferramenta eficaz na resolução de problemas sociais, além de destacar a importância da colaboração entre este movimento e o poder público por meio de políticas públicas alinhadas com a causa social.

Ao longo dos três capítulos, foram abordados temas que vão desde a origem, história e relevância do Movimento Tradicionalista Gaúcho na sociedade, até a legislação e princípios básicos relacionados aos direitos fundamentais abordados, enfatizada a necessidade de conscientização humanitária e a implementação de políticas públicas abrangentes que atendam às diversas gerações e causas sociais. A efetivação das políticas públicas requer uma adaptação das ações e programas sociais por parte do poder público, envolvendo toda a sociedade em um esforço conjunto para promover o bem-estar social e a dignidade humana. Restou demonstrada que a união entre a legislação, o Movimento Tradicionalista Gaúcho e o engajamento da sociedade é essencial para resolver os problemas sociais fundamentais que acometem idosos, crianças e adolescentes, contribuindo para um ambiente de inclusão, solidariedade e pertencimento social.

O presente estudo se propôs a investigar e compreender profundamente os meios legais e instrumentos sociais que garantem o amparo e a inclusão de idosos, crianças e adolescentes. Além disso, explorou minuciosamente o papel do Movimento Tradicionalista Gaúcho como uma poderosa ferramenta na resolução de problemas sociais que afetam esses grupos vulneráveis. Ao longo dos capítulos, pudemos analisar como a atuação proativa do Movimento Tradicionalista Gaúcho e de seus dedicados membros tem o potencial de efetivamente abordar e solucionar as questões sociais enfrentadas por idosos, crianças e adolescentes, através de ações e projetos voluntários que promovem a inclusão, o desenvolvimento e o bem-estar dessa população.

Foi demonstrado que o apoio do poder público tem o papel crucial de formular e implementar políticas públicas alinhadas com a missão social de resolver os problemas fundamentais. Essa colaboração entre a sociedade civil representada pelo Movimento Tradicionalista Gaúcho e as autoridades governamentais é essencial para alcançar resultados

efetivos e melhorar a qualidade de vida de idosos, crianças e adolescentes. Ademais, ressalta-se a importância de abordagens interdisciplinares e colaborativas na busca por soluções para desafios sociais complexos e reforça a necessidade contínua de esforços conjuntos em prol do bem-estar e da inclusão de todos os membros da sociedade, independentemente da idade.

Restou comprovado no decorrer da confecção do presente trabalho, que, o sucesso na promoção do amparo e da inclusão social não depende apenas da existência desses meios legais e instrumentos sociais, mas também da implementação eficaz, do comprometimento das autoridades e mais ainda da conscientização da sociedade. A inclusão social, o bem estar e a educação são objetivos contínuos e, por óbvio, que requerem esforços contínuos de todos os setores da sociedade.

Para superar o desafio de implementar de forma eficaz as políticas públicas, é imperativo, com base na legislação vigente, que inclui a Constituição Federal, acordos internacionais e estatutos desenvolvidos especificamente para a realidade brasileira, que o poder público reconfigure suas ações e programas sociais. Isso deve ser feito de maneira abrangente, englobando toda a sociedade, com o objetivo de construir um espaço de diálogo e colaboração intelectual que estimule o crescimento e o bem-estar social. Essa abordagem visa efetivar as disposições legais relacionadas à temática em questão.

É crucial reconhecer que a promoção da educação, saúde, bem-estar, inclusão e acessibilidade para todas as gerações não deve ser limitada à criação de leis e regulamentos. É fundamental disponibilizar políticas públicas que envolvam ativamente a sociedade, visando cultivar um senso de pertencimento social para os indivíduos afetados. O objetivo principal deve ser a busca pela dignidade humana, que transcende o mero aspecto jurídico, de modo a destacar-se como um princípio fundamental no caráter e moral da sociedade como um todo. Portanto, devemos trabalhar juntos para construir uma sociedade mais inclusiva, onde todos tenham a oportunidade de alcançar seu potencial máximo e contribuir para o bem-estar de todos.

REFERÊNCIAS

- Bassit AZ. **História de mulheres: reflexões sobre a maturidade e a velhice**. In: Minayo MCS, Coimbra Jr. CEA, organizadores. Antropologia, saúde e envelhecimento. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz; 2002. p. 175-189.
- Bolsoni-Silva, A. T. & Marturano, E. M. (2002). **Práticas educativas e problemas de comportamento: uma análise à luz das habilidades sociais**. Estudos em Psicologia, 7 (2), 227-235.
- Bolsoni-Silva, A. T., Paiva, M. M. de., & Barbosa, C. G.. (2009). **Problemas de comportamento de crianças/adolescentes e dificuldades de pais/cuidadores: um estudo de caracterização**. Psicologia Clínica, 21(Psicol. clin., 2009 21(1)), 169–184. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S0103-56652009000100012> Acesso em 04/04/2023.
- Bolsoni-Silva, A. T.; Bitondi, F. & Marturano, E. M. (2008). **Intervenção em grupo para pais: a importância do diagnóstico comportamental individual**. Em Cavalcanti, R. (org.). Análise do comportamento: avaliação e intervenção (pp. 79-100). São Paulo: Roca.
- CANCLINI, Néstor Garcia. Definições em transição. In: MATO, Daniel (Org.). **Estudos latino-americanos sobre cultura e transformações sociais em tempos de globalização**. Buenos Aires: Clacso, 2005.
- CARVALHO, Francisco José. **A função social do Direito e a efetividade das Normas Jurídicas**. Disponível em: <http://www.cartaforense.com.br/conteúdo/artigos/a-funcao-social-do-direito-e-a-efetividade-das-normas-juridicas/7940>. Acesso em: 09 de junho de 2023.
- CARVALHO, Francisco José. **A função social do Direito e a efetividade das Normas Jurídicas**. Introdução ao Estudo do Direito. Carta Forense. 2011, p. 36.
- CORRÊA, R. L. A. **Caderno de textos: sobre a geografia cultural**. Textos NEPEC n. 3. Rio de Janeiro: NEPEC-UERJ, 2007.
- CORRÊA, R. L. A. e ROSENDAHL, Z. (org.) **Matrizes da Geografia Cultural**. Rio de Janeiro: EdUERJ, 2001.
- CORRÊA, R. L. A. **Trajetórias Geográficas**. Rio de Janeiro: Ed. Bertrand Brasil, 1997
- FILHO, Sérgio Cavalieri. **Programa de Sociologia Jurídica**. Rio de Janeiro: Editora Forence, 2006.
- FORQUIN, J-C. **Escola e cultura: bases sociais e epistemológicas do conhecimento escolar**. Porto Alegre: Artes Médicas Sul, 1993.
- GEERTZ, C. **A interpretação das culturas**. Rio de Janeiro: LTC, 1989
- GOMES, Ana Carolina Rios. **Patrimônio cultural imaterial: o tradicionalismo sul-rio-grandense e a multiterritorialização da identidade gaúcha**. 2010. 133 f. Dissertação (mestrado) - Universidade Estadual Paulista, Instituto de Geociências e Ciências Exatas, 2010.
- GOMES, Ana Gláucia Lobato Siqueira Campos. **A Função Social do Direito**. Jusbrasil, jun. 2017. Disponível em: <https://anaglc.jusbrasil.com.br/artigos/450535880/a-funcao-social-do-direito>. Acesso em: 23 abr. 2023.
- Guerra ACLC, Caldas CP. **Dificuldades e recompensas no processo de envelhecimento: a percepção do sujeito idoso. Ciência da saúde coletiva** [Internet]. 2010. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S1413-81232010000600031> Acesso em 04/04/2023.
- SÍMBOLOS, MTG. Disponível em: <https://www.mtg.org.br/simbologia/> Acesso em 04/04/2023.
- KAISER, J. **Ordem e progresso: o Brasil dos gaúchos**. Florianópolis: Insular, 1999.
- LESSA, B. L. C. **Nativismo: um fenômeno social gaúcho**. Porto Alegre: LPM, 1985.

MACIEL, Kátia Regina Ferreira Lobo A. **Curso de Direito da Criança e do Adolescente: Aspectos Teóricos e Práticos**. Editora Saraiva, 2022. E-book. ISBN 9786553621800. Disponível em: <https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9786553621800/>. Acesso em: 06 out. 2023.

Motta AB. **Visão antropológica do envelhecimento**. In: Viana de Freitas E et al. Tratado de geriatria e gerontologia 2ªed. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan; 2006. p. 78-82.

Navarro, Joel Hirtz do Nascimento et al. **Percepção dos idosos jovens e longevos gaúchos quanto aos espaços públicos em que vivem**. Ciência & Saúde Coletiva [online]. 2015, v. 20, n. 2 [Acessado 16 Março 2023], pp. 461-470. Disponível em: <<https://doi.org/10.1590/1413-81232015202.03712014>>.

NUCCI, Guilherme de S. **Estatuto da Criança e do Adolescente - Comentado**. [Digite o Local da Editora]: Grupo GEN, 2020. E-book. ISBN 9788530992798. Disponível em: <https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788530992798/>. Acesso em: 08 out. 2023.

OLIVEN, R. **A Parte e o todo: a diversidade cultural no Brasil-nação**. 2.ed. Petrópolis: Vozes, 2006.

PAIXÃO CORTES, J. C. D. **Origem da Semana Farroupilha Primórdios do Movimento Tradicionalista**, 1994.

PEIXOTO, M. I. H. **Arte e grande público: à distância a ser extinta**. Campinas, SP: Autores Associados, 2003.

PESEZ, J. M. **História da cultura material**. In: LE GOFF, J. A História Nova. São Paulo: Martins Fontes, 1990.

Quijano, A. (1978). **Notas sobre o conceito de marginalidade**. Em L. Pereira (Org.), Populações marginais São Paulo: Duas Cidades.

Romero, J. F. (1995). **As relações sociais das crianças com dificuldades de aprendizagem**. Em Coll, C.; Palácios, J. & Marchesi, A. (orgs.). Desenvolvimento psicológico e educação: necessidades educativas especiais e aprendizagem escolar (pp. 71-82), vol. 3. Porto Alegre: Artes Médicas.

Santos, M. (1987). **O espaço do cidadão**. São Paulo: Nobel.

SILVA, Kalina Vanderlei e SILVA, Maciel Henrique. **Dicionário de Conceitos Históricos**. Editora Contexto, 2012.

STJ, **REsp 577.836/SC**, Rel. Min. Luiz Fux, j. 21-10-2004

Véras, M. (1999). **Exclusão social: um problema brasileiro de 500 anos**. Em B. Sawaia (Org.), As artimanhas da exclusão: análise psicossocial e ética da desigualdade social (pp. 27-50). Petrópolis, RJ: Vozes.

APÊNDICE A – TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO (TCLE)



TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

Título da Pesquisa: “O papel do Movimento Tradicionalista Gaúcho – MTG no auxílio do Estado, como instrumento social garantidor de amparo e inclusão a idosos, crianças e adolescentes”.

Nome do Pesquisador: Yuri Della Costa.

Nome da Orientadora: Professora Ma. Andréa Mignoni.

1. **Natureza e Finalidade da Pesquisa:** O tema “O papel do Movimento Tradicionalista Gaúcho – MTG no auxílio do Estado, como instrumento social garantidor de amparo e inclusão a idosos, crianças e adolescentes” é de incontestável relevância social e se mostra necessário ao observarmos a enorme lacuna existente quando comparamos o papel do MTG com seu auxílio social assistencial para com o Estado na resolução dos seus problemas fundamentais e a real efetividade dos programas governamentais que possuem esta mesma finalidade. Para que os dados que irão embasar o presente trabalho sejam consistentes o(a) Sr.(Sra.) está sendo convidado(a) a participar desta pesquisa que tem como finalidade comparar, através da percepção de jovens e longevos, os espaços públicos que frequentam, e os espaços dos Centros de Tradições Gaúchas, de modo a exprimir a importância do MTG nesta seara, de modo que a sociedade identifique tais problemas de caráter urgente e, adjunto do Estado, se utilize de políticas públicas e de iniciativas sociais integradoras da tão rica e farta cultura e tradição deste Estado para atingirmos a erradicação de problemas sociais desta natureza.
2. **Participantes da Pesquisa:** Invernada Xirú do CTG Sentinela da Querência – 19ª Região Tradicionalista, Erechim/RS.
3. **Envolvimento na Pesquisa:** Ao participar deste estudo o Sr.(Sra.) permitirá que o pesquisador colete dados pessoais, bem como a sua percepção quanto aos itens a serem

respondidos no questionário. O Sr. (Sra.) tem a liberdade de se recusar a participar e ainda se recusar a continuar participando em qualquer fase da pesquisa, sem qualquer prejuízo. Sempre que quiser poderá pedir mais informações sobre a pesquisa através do WhatsApp do pesquisador do projeto e, se necessário, através do telefone da Comissão de Ética, ambos presentes ao final desse documento.

4. **Sobre as Entrevistas:** Serão realizadas por meio de formulário/questionário a ser preenchido pelo participante da pesquisa.
5. **Riscos e Desconfortos:** A participação nesta pesquisa não infringe as normas legais e éticas. Os procedimentos adotados nesta pesquisa obedecem aos Critérios da Ética em Pesquisa com Seres Humanos conforme Resolução no. 466/12 do Conselho Nacional de Saúde. Nenhum dos procedimentos usados oferece riscos à sua dignidade. Outrossim, poderão procurar por indenização, conforme determina a lei, caso ocorra algum dano decorrente da participação no estudo. Os participantes possuem a garantia de que os pesquisadores estão cientes e sujeitos ao regramento da Lei Geral de Proteção de Dados no tocante a dados pessoais e dados pessoais sensíveis.
6. **Confidencialidade:** Todas as informações coletadas neste estudo são estritamente confidenciais. Somente o pesquisador e sua orientadora terão conhecimento de sua identidade e nos comprometemos a mantê-la em sigilo ao publicar os resultados dessa pesquisa. O participante tem o direito de não ser identificado e ser mantido o caráter confidencial das informações relacionadas à privacidade (todos os documentos e dados físicos oriundos da pesquisa ficarão guardados em segurança por cinco anos e em seguida descartados de forma ecologicamente correta).
7. **Benefícios:** Ao participar desta pesquisa o Sr.(Sra.) não terá nenhum benefício direto. Entretanto, esperamos que este estudo traga informações importantes acerca da percepção dos participantes quanto aos locais que frequentam, e buscamos a comprovação de que os espaços nos núcleos tradicionalistas são mais seguros, têm menos preconceitos, são mais inclusivos e possuem mais interação social, principalmente no que tange às entre gerações, de forma que o conhecimento que será construído a partir desta pesquisa possa servir como norteador para o auxiliar o Estado na resolução dos seus problemas, como preceitua o artigo primeiro da Carta de Princípios do Movimento Tradicionalista Gaúcho, onde o pesquisador se compromete a divulgar os resultados obtidos, respeitando-se o sigilo das informações coletadas, conforme previsto no item anterior.

8. **Pagamento:** Os participantes da pesquisa não terão nenhum tipo de despesa, bem como nada será pago por sua participação.
9. **Esclarecimentos:** Entrar em contato com o Comitê de Ética em Pesquisa da URI Erechim pelo telefone (54) 3520-9000, ramal 9191, entre segunda e sexta-feira das 13h30min às 17h30min ou no endereço Avenida Sete de Setembro, 1621, Sala 1.37 na URI Erechim ou pelo e-mail eticacomite@uricer.edu.br, se achar que a pesquisa não está sendo realizada da forma como foi proposta ou que se sinta prejudicado (a) de alguma forma, ou se desejar maiores informações sobre a pesquisa.

O CEP tem a prerrogativa de revisar todos os protocolos de pesquisa envolvendo seres humanos, cabendo-lhe a responsabilidade primária pelas decisões éticas pertinentes, a serem desenvolvidas na Instituição, tomadas em conformidade com os critérios estabelecidos pelas Resoluções do Conselho Nacional de Saúde, de modo a defender os interesses dos participantes de pesquisa em sua integridade e dignidade, visando a preservação e a seguridade dos direitos e deveres dos participantes de pesquisa e da comunidade científica, contribuindo com o desenvolvimento da pesquisa dentro dos padrões éticos, na Instituição.

Após estes esclarecimentos, solicitamos o seu consentimento de forma livre e esclarecida para participar desta pesquisa. Portanto preencha, por favor, os itens que se seguem:

Obs.: Não assine esse termo se ainda tiver dúvida a respeito.

Eu, _____ de forma livre e esclarecida, manifesto meu consentimento em participar da pesquisa, bem como, declaro estar ciente do anteriormente exposto e concordo voluntariamente em participar desta pesquisa, assinando este consentimento em duas vias, ficando com a posse de uma delas.

Participante da Pesquisa

Eu, _____, declaro que forneci, de forma apropriada,
todas as informações referentes à pesquisa ao participante.

Yuri Della Costa
Pesquisador

Eu, _____, declaro que forneci, de forma apropriada,
todas as informações referentes à pesquisa ao participante.

Andréa Mignoni
Orientadora

Consentimento Livre e Esclarecido

Pesquisador: Yuri Della Costa. **Contato:** (54) 99606-5368

Orientadora: Professora Ma. Andréa Mignoni. **Contato:** (54) 99118-2684

Coordenador da Comissão de Ética: Claodomir Antonio Martinazzo.

Vice-Coordenadora: Cibele Sandri Manfredini.

Telefone da Comissão de Ética: (54) 3520-9000 - Ramal 9191. De Segundas a Sextas Feiras das 13h30 às 17h30.

Endereço: Avenida Sete de Setembro, 1621, Sala 1.37 - URI Erechim.

E-mail: eticacomite@uricer.edu.br

APÊNDICE B – FORMULÁRIO DE PESQUISA DE CAMPO



FORMULÁRIO DE PESQUISA

Título da Pesquisa: “O papel do Movimento Tradicionalista Gaúcho – MTG no auxílio do Estado, como instrumento social garantidor de amparo e inclusão a idosos, crianças e adolescentes”.

Nome do Pesquisador: Yuri Della Costa.

Nome da Orientadora: Professora Ma. Andréa Mignoni.

Importante: A pesquisa será dividida em duas partes distintas, sendo elas **(1)** A busca pelo ponto de vista dos dançarinos da invernada Xirú do CTG Sentinela da Querência, sobre as suas percepções pessoais quanto aos espaços do Núcleo Tradicionalista do qual são frequentadores. **(2)** A busca por identificar a percepção dos mesmos quanto aos comportamentos dos filhos que frequentam ou já frequentaram o núcleo tradicionalista após a sua inserção no mesmo.

PRIMEIRA PARTE

(Percepção pessoal quanto ao espaço em que estão inseridos no Núcleo Tradicionalista)

OBS: Nos itens que possuírem respostas elencadas de 1 a 5, os conceitos utilizados serão os seguintes:

- 1 - Insuficiente;
- 2 - Irregular;
- 3 - Bom;
- 4 - Muito Bom;
- 5 - Ótimo.

1. Qual a frequência semanal que você, ou sua família, estão habituados a frequentarem o CTG Sentinela da Querência?

- ☐ Uma vez;
- ☐ Duas vezes;
- ☐ Três vezes ou mais;

2. No seu ponto de vista, qual é o nível de segurança encontrado no CTG Sentinela da Querência?

- | | |
|--|---|
| ☐ 1 - Insuficiente; | ☐ 4 - Muito Bom; |
| ☐ 2 - Irregular; | ☐ 5 - Ótimo. |
| ☐ 3 - Bom; | |

3. No seu ponto de vista, qual é o nível de comunicação e interação social entre os frequentadores?

- | | |
|--|---|
| ☐ 1 - Insuficiente; | ☐ 4 - Muito Bom; |
| ☐ 2 - Irregular; | ☐ 5 - Ótimo. |
| ☐ 3 - Bom; | |

4. Caso a resposta do item número 3 seja 3 ou superior, responder: No seu ponto de vista pessoal, quais os benefícios dos Centros Tradicionalistas na formação da comunicação e interação social das crianças e adolescentes.

5. No seu ponto de vista, qual é o nível de comunicação e integração entre as diferentes gerações que frequentam o CTG?

- | | |
|--|---|
| ☐ 1 - Insuficiente; | ☐ 4 - Muito Bom; |
| ☐ 2 - Irregular; | ☐ 5 - Ótimo. |
| ☐ 3 - Bom; | |

6. Caso a resposta do item número 5 seja 3 ou superior, responder: Quais os fatores presentes nos Centros Tradicionalistas contribuem na comunicação e integração entre as diferentes gerações que frequentam o CTG?

7. No seu ponto de vista, qual é o nível de limpeza e conservação dos espaços que frequentam no CTG Sentinela da Querência?

- () 1 - Insuficiente;
() 2 - Irregular;
() 3 - Bom;

- () 4 - Muito Bom;
() 5 - Ótimo.

8. No seu ponto de vista, qual é o grau de respeito entre os frequentadores?

- () 1 - Insuficiente;
() 2 - Irregular;
() 3 - Bom;

- () 4 - Muito Bom;
() 5 - Ótimo.

9. No seu ponto de vista, qual é o grau de respeito das novas gerações em relação aos adultos, idosos e longevos dentro do CTG Sentinela da Querência?

- () 1 - Insuficiente;
() 2 - Irregular;
() 3 - Bom;

- () 4 - Muito Bom;
() 5 - Ótimo.

10. No seu ponto de vista, você sente/sentiria segurança e confiança para deixar os seus filhos dentro do CTG Sentinela da Querência?

- () Sim
() Não
() Não sei/Prefiro não responder

11. Em seu ponto de vista, o Movimento Tradicionalista Gaúcho é, ou pode ser, um instrumento social garantidor de amparo e inclusão a idosos, crianças e adolescentes na sociedade? Se sim, qual o motivo?

SEGUNDA PARTE

(Percepção pessoal quanto ao comportamento dos filhos após estarem inseridos no Núcleo Tradicionalista - Apenas para pais)

- 1. No seu ponto de vista, a criança/adolescente demonstrou menos agressividade ou agitação após a sua inserção no núcleo tradicionalista?**
☐ Sim
☐ Não
☐ Não sei/Prefiro não responder

- 2. No seu ponto de vista, a criança/adolescente demonstrou maior obediência aos pais/professores em casa, na escola e em outros lugares?**
☐ Sim
☐ Não
☐ Não sei/Prefiro não responder

- 3. No seu ponto de vista, a criança/adolescente demonstrou mais foco e atenção nas tarefas do dia a dia e tarefas escolares?**
☐ Sim
☐ Não
☐ Não sei/Prefiro não responder

- 4. No seu ponto de vista, a criança/adolescente demonstrou melhora na relação de comunicação interpessoal, seja com outras crianças ou adultos?**
☐ Sim
☐ Não
☐ Não sei/Prefiro não responder

Participante da Pesquisa

Yuri Della Costa
Pesquisador

Andréa Mignoni
Orientadora

Pesquisador: Yuri Della Costa. **Contato:** (54) 99606-5368

Orientadora: Professora Ma. Andréa Mignoni. **Contato:** (54) 99118-2684

Coordenador da Comissão de Ética: Claodomir Antonio Martinazzo.

Vice-Coordenadora: Cibele Sandri Manfredini.

Telefone da Comissão de Ética: (54) 3520-9000 - Ramal 9191. De Segundas a Sextas Feiras das 13h30 às 17h30.

Endereço: Avenida Sete de Setembro, 1621, Sala 1.37 - URI Erechim.

E-mail: eticacomite@uricer.edu.br.

APÊNDICE C – EVENTOS PARTICIPADOS E PROMOVIDOS NO RELATÓRIO DE VIVÊNCIA TRADICIONALISTA

FIGURA 15 - Descrição do evento "Mostra de Cultura Gaúcha e das Etnias"

“MOSTRA DE CULTURA GAÚCHA E DAS ETNIAS”

A “Mostra de Cultura Gaúcha e das Etnias”, foi realizada de 13 a 22 de setembro de 2019, no Polo de Cultura do Parque da ACCIE, juntamente com a programação campeira do Acampamento Farroupilha de Erechim/RS.

O evento foi organizado pelo Instituto Cultural Bota Amarela de Erechim – ICBA, com o auxílio da 19ª Região Tradicionalista.

Seu objetivo, era proporcionar a todos um momento de engrandecer os conhecimentos sobre a cultura gaúcha, assim como, sobre a cultura de cada etnia formadora da cultura do nosso estado.

Para que o público ficasse mais perto e ambientado com as diferentes culturas, cada etnia levou para a mostra seus objetos, vestes, ferramentas utilizadas nas antigas lavouras, e outros itens que às representassem. Desta forma, todos que passaram pela mostra, puderam lembrar dos tempos passados e conhecer um pouco mais sobre cada etnia e sua contribuição histórica e social para o Rio Grande do Sul.

A cultura gaúcha, na ocasião representada pela 19ª Região Tradicionalista, com o tema “Somos a União de Todos os Povos”, levou para a mostra nossos símbolos cívicos e sociais, estes que representam o povo gaúcho, assim como muitos objetos campeiros tais quais como encilhas, vestes, vaca parada, fogo de chão entre outros.

A mostra fora visitada por diversas escolas de educação básica da região, e as crianças tiveram a oportunidade de conhecer um pouco mais sobre a formação da cultura gaúcha, assim como sua história e os valores, princípios e objetivos do nosso tradicionalismo.

Creio que tal evento foi de extrema importância, tanto para as etnias que puderam mostrar suas culturas, quanto, para o público que durante os 10 dias de mostra, tiveram a possibilidade de engrandecer seus conhecimentos sobre as etnias e culturas que compõem nosso estado.

FIGURA 16 - Fotos do Evento "Mostra de Cultura Gaúcha e das Etnias"



Foto no Banner: Peão Farroupilha da 19ª Região Tradicionalista - Yuri Della Costa, a frente do banner da Mostra de Cultura Gaúcha e das Etnias, indicado pela seta amarela. Ao lado, a Prenda da 19ª Região Tradicionalista - Milena Cazzonato, indicada pela seta vermelha.



Foto na Plateia: Ao lado direito, indicado pela seta amarela, o Peão Farroupilha da 19ª Região Tradicionalista - Yuri Della Costa, participando e auxiliando na explanação sobre as lidas campeiras na Mostra de Cultura Gaúcha e das Etnias, no Acampamento Farroupilha de Erechim/RS.

FIGURA 17 - Descrição do Evento "Seminário Cultural: As Festividades Gaúchas e a União de Gerações"

“PROJETO: CTG NÚCLEO DE FORTALECIMENTO DA CULTURA GAÚCHA – 2ª AÇÃO”

Seminário Cultural: As Festividades Gaúchas e a União de Gerações.

O “Projeto Núcleo de Fortalecimento da Cultura Gaúcha – 2ª Ação” foi realizado no dia 09 de fevereiro de 2020, no CTG Rodeio da Querência, na cidade de Campinas do Sul/RS, e teve como tema: “Seminário Cultural: As Festividades Gaúchas e a União de Gerações.”

O evento foi organizado pela Prenda Mirim e pela Prenda Adulta da 19ª Região Tradicionalista, Amanda Nava e Milena Cazzonato respectivamente.

O objetivo do projeto, era proporcionar a todos um momento de engrandecer os conhecimentos sobre, e relembrar o folclore do Rio Grande do Sul, trazendo assim, as Festas Juninas, o Filó e o Terno de Reis.

Para explanar sobre tal assunto, a palestrante convidada foi a Sra. Zulma Cristina Trindade Grandó, a qual fora por muitos anos Coordenadora Cultural da 19ª Região Tradicionalista, e hoje, assume o cargo de Diretora Cultural de Concursos Internos e Conselheira do Movimento Tradicionalista Gaúcho.

Em sua explanação, resgatou traços das festividades, bem como as suas origens. Abordando as principais características e a forma como eram e como são realizadas.

Para que o público ficasse mais perto e ambientado com as festividades, na noite do dia 09 de fevereiro, as prendas promotoras do evento trouxeram o Grupo de Coral Italiano Municipal Santa Luzia, de Campinas do Sul/RS. Estes, fizeram apresentações de canto e deram demonstrações, assim como ensinaram aos presentes os jogos da Mora, Três Sete, e Quatrilho, os quais são heranças da colonização Italiana.

Creio que o Projeto é de extrema importância para reafirmar as nossas origens, resgatando traços importantes da colonização do Rio Grande do Sul, assim como para os mais jovens, os quais são o futuro do nosso Movimento Tradicionalista Gaúcho, conhecerem e terem o contato direto com os descendentes desta colonização, que ainda hoje, valorizam e preservam a cultura, o folclore e os costumes das suas etnias.

FIGURA 18 - Fotos do Evento "Seminário Cultural: As Festividades Gaúchas e a União de Gerações"



FIGURA 19 - Descrição do Evento "XXIX Tchêncontro Estadual da Juventude Gaúcha"

“XXIX TCHÊNCONTRO ESTADUAL DA JUVENTUDE GAÚCHA”

O XXIX Tchêncontro Estadual da Juventude Gaúcha ocorreu na cidade de Farroupilha/RS, no dia 13 de outubro de 2019.

O Departamento Jovem Central trouxe como tema: “Paixão: legado através do tempo”, com o intuito de prestar uma homenagem e reapresentar as obras do saudoso Paixão Côrtes a todos os tradicionalistas, proporcionando então, um momento de reflexão sobre a criação da identidade do gaúcho bem como seus usos e costumes. Um trabalho de resgate através de alguns relatos do pesquisador e criador de nossa cultura gaúcha. O objetivo principal, foi o resgate e a apresentação das obras de Paixão Côrtes no palco do Tchêncontro Estadual da Juventude Gaúcha.

Os Departamentos Jovens Regionais, em conjunto com os Departamentos Culturais, Prendas e Peões das Regiões Tradicionalistas, escolheram uma das obras de Paixão Côrtes e realizaram uma projeção, com vista ao tema central e as características regionais.

As apresentações ocorreram de forma dinâmica, através de teatros e apresentações artísticas.

O tema escolhido por minha região foi: “Trobeiriso Biriva: Gente, Caminhas, Danças e Canções.”

E foi com grande satisfação, que nós da 19ª Região Tradicionalista do MTG/RS, levamos ao palco do XXIX Tchêncontro Estadual da Juventude Gaúcha, a projeção: “Dos Tropeiros Birivas – Danças, Gente, Caminhos e Canções.” em homenagem ao grande historiador folclorista João Carlos D’Ávila Paixão Côrtes, e através deste trabalho, relembramos com muito carinho o próprio homenageado e um pouco da vida dos tropeiros, que fizeram história e contribuíram para a formação socio econômica e cultural do Rio Grande do Sul.

FIGURA 20 - Fotos do Evento "XXIX Tchêncontro Estadual da Juventude Gaúcha"



Foto no Banner: Peão Farroupilha da 19ª Região Tradicionalista - Yuri Della Costa, a frente do banner do 29º Tchêncontro Estadual da Juventude Gaúcha.



Foto na Plateia: Ao centro da foto, indicado pela seta vermelha, o Peão Farroupilha da 19ª Região Tradicionalista - Yuri Della Costa, acompanhando as apresentações das demais regiões do MTG-RS, no 29º Tchêncontro Estadual da Juventude Gaúcha.

FIGURA 21 - Descrição do Evento "68º Congresso Tradicionalista Gaúcho"

“68º CONGRESSO TRADICIONALISTA GAÚCHO”

O 68º Congresso Tradicionalista Gaúcho ocorreu na cidade de Lajeado/RS, de 10 a 12 de janeiro de 2020.

Foi palco de grandes debates quanto aos novos rumos para o Movimento Tradicionalista Gaúcho, entre eles a escolha do tema anual de 2020.

Foram apresentados três temas que são de suma importância para a preservação do nosso movimento, são eles: 1) O RIO GRANDE FARROUPILHA NA TRILHA DO TURISMO. Proposto por Gilcéia Souza. Sua proposta, foi a de trabalhar no ano de 2020 as regiões tradicionalistas, mapeando rotas turísticas, as quais incluiriam os Centros de Tradições promovendo e divulgando a cultura e o turismo, de modo a fomentar o crescimento socioeconômico do estado; 2) TODO GAÚCHO VEM DO CAMPO. Proposto por Micael Feliciano Machado Lopes e Muriel Machado Lopes. O objetivo da proposta era de promover uma retomada no seio de nossas entidades tradicionalistas, das raízes provenientes dos homens do campo, os quais são os pilares e precursores do nosso Movimento Tradicionalista Gaúcho; 3) MTG SUSTENTABILIDADE E AS NOVAS GERAÇÕES. Proposto por Lucas Oliveira. O tema se justifica com os principais documentos norteadores do MTG. Como proposta de atividade o tema baseia-se em três pilares, são eles: Pilar Social, Pilar Economia e Pilar Meio Ambiente, os quais seriam trabalhados pelas gestões de prendas e peões na comunidade social durante o seu ano de vigência.

Após longos debates, o tema escolhido para ser trabalhado pelas gestões de prendas e peões, assim como pelos CTG's e núcleos tradicionalistas, foi de autoria de Lucas Oliveira, “MTG SUSTENTABILIDADE E AS NOVAS GERAÇÕES”.

O 68º Congresso Tradicionalista Gaúcho, também foi marcado pela eleição para presidente do MTG, a qual se tornou história, pois pela primeira vez no Movimento Tradicionalista Gaúcho, tivemos duas mulheres como candidatas. A eleição se tornou mais significativa historicamente quando na contagem das cédulas, contabilizou-se 530 votos para cada chapa, havendo um empate.

Além do exposto acima, houve a chegada da Chama Crioula da 3ªRT, a posse da nova direção do Departamento Jovem Central, bem como, dos novos Coordenadores das Regiões Tradicionalistas do MTG.

FIGURA 22 - Fotos do Evento "68º Congresso Tradicionalista Gaúcho"



Foto no Banner: Peão Farroupilha da 19ª Região Tradicionalista - Yuri Della Costa, a frente do banner do 68º Congresso Tradicionalista Gaúcho.



Foto na Plateia: Ao centro da foto, indicado pela seta amarela, o Peão Farroupilha da 19ª Região Tradicionalista - Yuri Della Costa, acompanhando as sessões plenárias do 68º Congresso Tradicionalista Gaúcho.

FIGURA 23 - Descrição do Evento "A importância do Departamento Cultural como forma de Voluntariado nos Núcleos Tradicionalistas"

“A IMPORTÂNCIA DO DEPARTAMENTO CULTURAL COMO FORMA DE VOLUNTARIADO NOS NÚCLEOS TRADICIONALISTAS”

O Evento Cultural “A Importância do Departamento Cultural como Forma de Voluntariado nos Núcleos Tradicionalistas”, foi realizado às 20:45h do dia 20 de janeiro de 2020, na sede artística do CTG Sentinela da Querência - Erechim/RS.

Para explanar sobre este tema, convidei as Coordenadoras Culturais da 19ª Região Tradicionalista: Sras. Aline Durli e Zulma Cristina Trindade Grandó.

O Departamento Cultural, é o coração de cada entidade tradicionalista, assim como, do próprio Movimento Tradicionalista Gaúcho. Daí a importância de divulga-lo e enaltece-lo dentro dos nossos núcleos tradicionalistas, afim de que se tenha uma maior participação e um maior envolvimento dos integrantes de cada núcleo para com este departamento.

O Departamento Cultural sofre com diversos obstáculos dentro do nosso Movimento como um todo, sendo alguns deles: A falta de apoio pelas próprias invernadas dos CTG's; A falta de um espaço designado especialmente a este departamento; A dificuldade de integrar novos tradicionalistas as atividades do departamento cultural; entre outros.

A principal porta de entrada nos CTG's, são as invernadas artísticas. Muitos jovens passam pelas invernadas: pré-mirim, mirim, juvenil e adulta, e quando este ciclo se encerra, saem do CTG sem ao menos saber qual a função do Departamento Cultural, ou seja, a função dos CTG's de formar tradicionalistas está confundida com a formação de dançarinos apenas, que não possuem conhecimento sobre nossa cultura regional, nem mesmo sobre a história e origem das danças que esses dançam em rodeios.

Por este motivo, escolhi trabalhar o tema principalmente com a invernada mirim, pois são estas crianças o futuro do nosso movimento. O objetivo principal do evento, foi aproximar os dançarinos do departamento cultural, de modo que estes despertem o interesse em conhecer mais sobre a cultura regional do Rio Grande do Sul.

O evento, conduzido com magnificência pelas palestrantes, contou com a presença de crianças, jovens e pais de toda a região e fora finalizado com uma dinâmica, na qual, os participantes do evento foram divididos em grupos com temas e perguntas que estes posteriormente viriam a responder para os demais.

As perguntas foram baseadas na palestra anterior a dinâmica, e tinham o objetivo de despertar um vínculo entre os participantes e o departamento cultural, assim como, deixar explícito que todos nós, direta ou indiretamente, fazemos parte deste departamento, e levar a todos o verdadeiro significado de ser um tradicionalista.

Creio, que eventos como este, são de fundamental importância para a preservação e perpetuação da cultura regional gaúcha. São estas ações, como a propagação da nossa cultura entre, e para os mais jovens; e a troca de conhecimentos e vivências entre as gerações, que irão consolidar e firmar as bases do futuro do nosso Movimento Tradicionalista Gaúcho.

FIGURA 24 - "A importância do Departamento Cultural como forma de Voluntariado nos Núcleos Tradicionalistas"



FIGURA 25 - Fotos do Evento "A importância do Departamento Cultural como forma de Voluntariado nos Núcleos Tradicionalistas"



À esquerda, conduzindo a palestra, as palestrantes e Coordenadoras Culturais da 19ª RT, Aline Durli - indicada pela seta verde, e Zulma C. Trindade Grandó - indicada pela seta amarela. À direita, o Peão Farroupilha da 19ª Região Tradicionalista - Yuri Della Costa, indicado pela seta vermelha.



Foto da Dinâmica: À esquerda, conduzindo a dinâmica, as palestrantes e Coordenadoras Culturais da 19ª RT, Aline Durli - indicada pela seta verde, e Zulma C. Trindade Grandó - indicada pela seta amarela. À direita, o Peão Farroupilha da 19ª Região Tradicionalista - Yuri Della Costa, indicado pela seta vermelha.

FIGURA 26 - Atestado Comprobatório "A importância do Departamento Cultural como forma de Voluntariado nos Núcleos Tradicionalistas"



19ª REGIÃO TRADICIONALISTA DO MTG
AV PEDRO PINTO DE SOUZA, Nº 115 CEP 99700-000 - CENTRO - ERECHIM - RS

ATESTADO

A 19ª Região Tradicionalista, através de seu Coordenador Armelindo Rosset, atesta para os devidos fins, que **1º Peão Farroupilha da 19ª Região Tradicionalista Yuri Della Costa**, com o apoio do Departamento Cultural Regional, representado pelas Sras. Aline Mattos Durli e Zulma Cristina Trindade Grandó, realizou no dia 20 de janeiro de 2020, das 20hs e 45min. às 22 hs e 30min., no CTG Sentinela da Querência - Erechim/RS, o Evento Cultural intitulado ***"A Importância do Departamento Cultural como Forma de Voluntariado nos Núcleos Tradicionalistas"***.

Erechim, 21 de Janeiro de 2020.



Armelindo Rosset
Coordenador 19ª RT

"LEMBRANÇA DE ONTEM, TRADIÇÃO DE HOJE, ORGULHO DE SEMPRE!"



FIGURA 27 - Descrição do Evento "Ação Social Arrecadação de Materiais Escolares"

“AÇÃO SOCIAL ARRECADAÇÃO DE MATERIAIS ESCOLARES”

A Ação Social foi realizada em dois momentos, o primeiro realizado no dia 30 de janeiro de 2020, durante o Encontro de Patrões, e posse da Coordenadoria Regional gestão 2020, ocorrido na sede do CTG Galpão Campeiro – Erechim/RS, neste momento fora feita a divulgação da Ação Social, à todos os patrões, coordenadores de departamentos, prendas e peões da região, assim como deu-se início à arrecadação de materiais escolares.

A arrecadação de materiais escolares estendeu-se durante todo o mês de fevereiro, tendo como pontos de arrecadação: a sede da Coordenadoria Regional da 19ª RT, bem como as entidades que aderiram a causa. O segundo momento, deu-se no dia 09 de março de 2020, quando, realizou-se a entrega dos materiais escolares arrecadados, para a Associação Beneficente Recriando a Vida, da cidade de Erechim/RS.

A Ação Social: “Arrecadação de Materiais Escolares”, abrange o Pilar Social do tema anual do Movimento Tradicionalista Gaúcho 2020: “MTG – SUSTENTABILIDADE E AS NOVAS GERAÇÕES”. Seu objetivo foi a arrecadação e doação de materiais escolares para crianças carentes da Associação Beneficente Recriando a Vida, da cidade de Erechim/RS. Assim como, deixar no coração de quem mais necessita, a vontade de aprender e escrever a sua própria história.

Visto que muitas escolas e crianças não tem condições de iniciarem o ano letivo na posse de materiais novos, no início do ano de 2019, realizei uma campanha de arrecadação de materiais escolares. Neste ano de 2020, tive a ideia de manter o objetivo de levar às crianças carentes, a oportunidade de iniciar o ano com materiais bons, assim dando-lhes a oportunidade de escrever suas próprias histórias, assim como despertarem o amor pelo estudo. Visto isso, iniciei novamente a campanha de arrecadação de materiais escolares na comunidade tradicionalista.

Tais ações vem de encontro com o item número I do documento norteador do Movimento Tradicionalista Gaúcho: a Carta de Princípios, o qual diz: “Auxiliar o Estado na solução dos seus problemas fundamentais e na conquista do bem coletivo.”

A arrecadação foi um sucesso, contando com diversos materiais escolares, como cadernos, lápis de cor, borrachas, tintas guache, canetinhas, folhas para desenhos, cadernos de histórias infantis e até mesmo várias mochilas em ótimo estado. Essa grande quantidade de materiais escolares arrecadados, foram levados no dia 09 de março de 2020, à Associação Beneficente Recriando a Vida. Na ocasião, receberam-nos, a Sra. Andréia Meireles - Fundadora do Recriando e Mauro Domingos Chavier – Presidente, assim como as crianças presentes no momento, que receberam os materiais com muita alegria e entusiasmo.

Com certeza conseguimos atingir nosso objetivo, despertando naquelas crianças a motivação pelo estudo e fazendo a nossa parte por uma sociedade melhor e com mais educação.

FIGURA 28 - Fotos do Evento "Ação Social Arrecadação de Materiais Escolares"



Peão Farroupilha da 19ª Região Tradicionalista - Yuri Della Costa, indicado pela seta vermelha, acompanhado dos demais integrantes da Gestão Regional 2019/2020, fazendo a divulgação da "Ação Social de Arrecadação de Materiais Escolares", durante o Encontro de Patrões da 19ª Região Tradicionalista. Ao lado, indicada pela amarela, a Coordenadora Cultural da 19ª RT - Josiane Carla Baiocco.



Peão Farroupilha da 19ª Região Tradicionalista - Yuri Della Costa, indicado pela seta vermelha, fazendo a divulgação da "Ação Social de Arrecadação de Materiais Escolares", durante o Encontro de Patrões da 19ª Região Tradicionalista.

FIGURA 29 - Fotos da Entrega das Doações "Ação Social Arrecadação de Materiais Escolares"



Foto do momento da entrega dos materiais escolares, arrecadados na "Ação Social – Arrecadação de Materiais Escolares", à Associação Beneficente Recriando a Vida, pelo Peão Farroupilha da 19ª Região Tradicionalista - Yuri Della Costa, indicado pela seta vermelha.

Na ocasião, acompanhou a entrega, a Coordenadora Cultural da 19ª Região Tradicionalista - Josiane Carla Baiocco, indicada pela seta amarela; A fundadora e representante legal da associação – Andréia Meireles, indicada pela seta preta; Assim como, as crianças que estavam presentes no momento.

FIGURA 30 - Atestado Comprobatório "Ação Social Arrecadação de Materiais Escolares"



19ª REGIÃO TRADICIONALISTA DO MTG
AV PEDRO PINTO DE SOUZA, Nº 115 CEP 99700-000 - CENTRO - ERECHIM - RS

ATESTADO

A 19ª Região Tradicionalista, através de seu Coordenador Armelindo Rosset, atesta para os devidos fins, que **1º Peão Farroupilha da 19ª Região Tradicionalista Yuri Della Costa**, com o apoio do Departamento Cultural Regional, representado pelas Sra. Josiane Carla Baiocco Braga, realizou a Ação Social com o tema "MTG Sustentabilidade e as Novas Gerações – Arrecadação de Materiais Escolares". Tendo por objetivo a arrecadação e doação dos materiais escolares para as crianças carentes da Associação Beneficente Recriando a Vida de Erechim.

A ação iniciou-se em primeiro momento no dia 30 de janeiro de 2020, com a divulgação e a arrecadação de materiais, durante o Encontro de Patrões da 19ª RT na sede do CTG Galpão Campeiro – Erechim/RS. A campanha de arrecadação estendeu-se durante o mês de fevereiro e início do mês de março de 2020. A entrega das doações ocorreu no dia 09 de março de 2020 na Associação Beneficente Recriando a Vida de Erechim.

Erechim, 10 de março de 2020.



Armelindo Rosset
Coordenador 19ª RT

"LEMBRANÇA DE ONTEM, TRADIÇÃO DE HOJE, ORGULHO DE SEMPRE!"

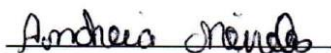


FIGURA 31 - Atestado Comprobatório "Ação Social Arrecadação de Materiais Escolares"

ATESTADO

Atesto para os devidos fins comprobatórios que o Peão Farroupilha da 19ª Região Tradicionalista - **Yuri Della Costa**, juntamente com a Sra. Josiane Carla Baiocco Braga, Coordenadora do Departamento Cultural da 19ª Região Tradicionalista, estiveram na Associação Beneficente Recriando a Vida de Erechim, situada na rua João Michel, 88 - Bairro Presidente Vargas – Erechim/RS, no dia 09 de março de 2020, às 14 horas, para fazer a entrega de donativos referente material escolar, que foram arrecadados na Ação Social com o tema “MTG Sustentabilidade e as Novas Gerações – Arrecadação de Materiais Escolares”, realizada em um primeiro momento com a divulgação e coleta durante a reunião de patrões da 19ª RT na sede do CTG Galpão Campeiro – Erechim/RS no dia 30 de janeiro de 2020, as quais estenderam-se durante o mês de fevereiro de 2020. Receberam na ocasião os materiais escolares a Sra. Andréia Meireles - Fundadora do Recriando e Mauro Domingos Chavier – Presidente, assim como as crianças presentes no momento.

Erechim, 09 de março de 2020.

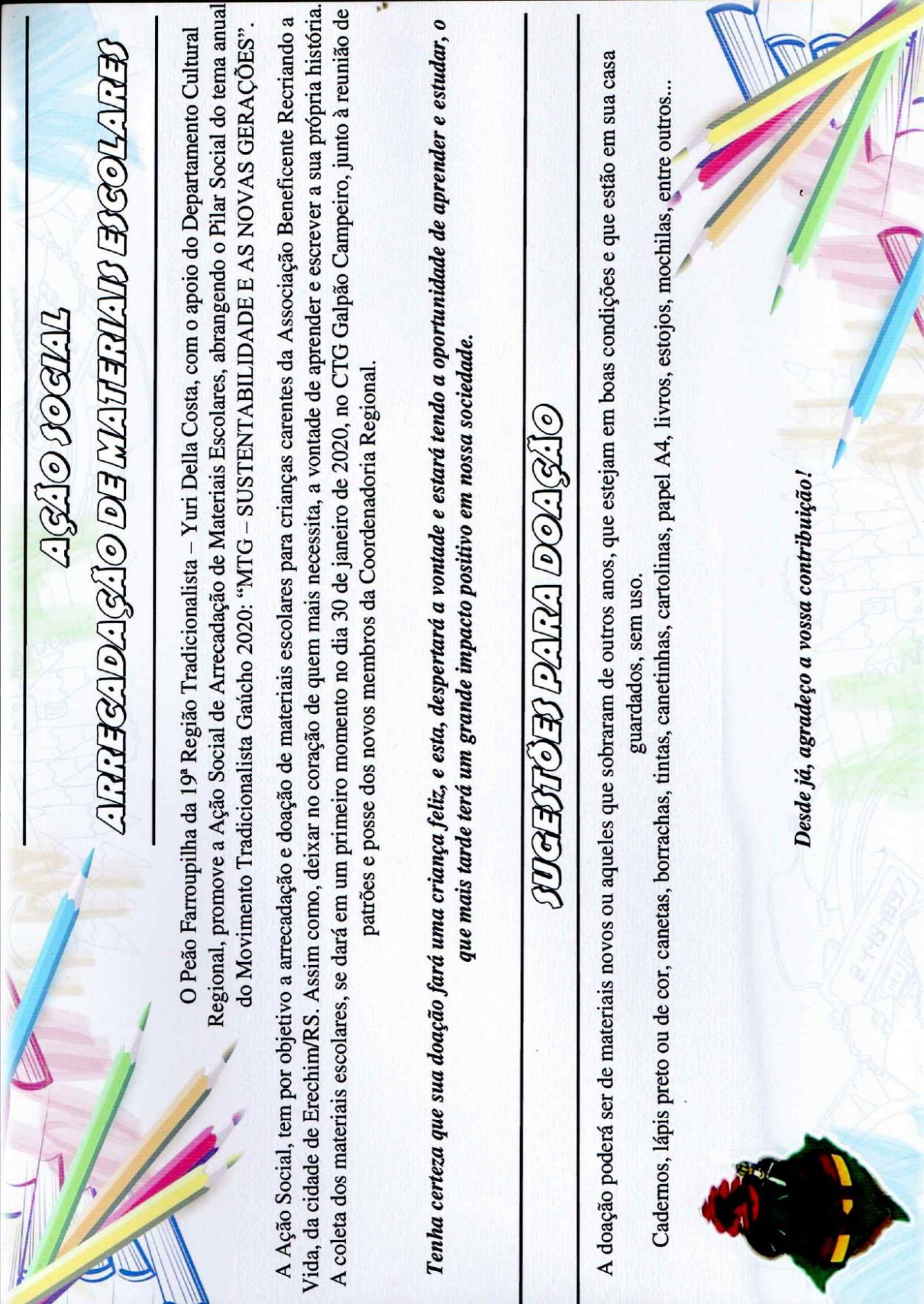


Andréia Meireles
Fundadora da Assoc. Beneficente



Mauro Domingos Chavier
Presidente

FIGURA 32 - Divulgação "Ação Social Arrecadação de Materiais Escolares"



AÇÃO SOCIAL ARRECADAÇÃO DE MATERIAIS ESCOLARES

O Peão Farroupilha da 19ª Região Tradicionalista – Yuri Della Costa, com o apoio do Departamento Cultural Regional, promove a Ação Social de Arrecadação de Materiais Escolares, abrangendo o Pilar Social do tema anual do Movimento Tradicionalista Gaúcho 2020: “MTG – SUSTENTABILIDADE E AS NOVAS GERAÇÕES”.

A Ação Social, tem por objetivo a arrecadação e doação de materiais escolares para crianças carentes da Associação Beneficente Recriando a Vida, da cidade de Erechim/RS. Assim como, deixar no coração de quem mais necessita, a vontade de aprender e escrever a sua própria história. A coleta dos materiais escolares, se dará em um primeiro momento no dia 30 de janeiro de 2020, no CTG Galpão Campeiro, junto à reunião de patrões e posse dos novos membros da Coordenadoria Regional.

Tenha certeza que sua doação fará uma criança feliz, e esta, despertará a vontade e estará tendo a oportunidade de aprender e estudar, o que mais tarde terá um grande impacto positivo em nossa sociedade.

SUGESTÕES PARA DOAÇÃO

A doação poderá ser de materiais novos ou aqueles que sobraram de outros anos, que estejam em boas condições e que estão em sua casa guardados, sem uso.

Cadernos, lápis preto ou de cor, canetas, borrachas, tintas, canetinhas, cartolinas, papel A4, livros, estojos, mochilas, entre outros...

Desde já, agradeço a vossa contribuição!

FIGURA 33 - Descrição do Evento "A Influência do Tropeirismo na Evolução Socioeconômica do Rio Grande do Sul"

“A INFLUÊNCIA DO TROPEIRISMO NA EVOLUÇÃO SOCIOECONÔMICA DO RIO GRANDE DO SUL”

O Evento Cultural “A Influência do Tropeirismo na Evolução Socioeconômica do Rio Grande do Sul”, foi realizado no dia 05 de março de 2020, às 19:30h, na sede da 19ª Coordenadoria Regional do MTG - Erechim/RS.

O Evento Cultural, foi promovido por mim, Peão Farroupilha da 19ª Região Tradicionalista do MTG/RS, com o apoio do Departamento Cultural da 19ª RT. A ideia de realizar um evento com o tema do tropeirismo, vem de encontro com o tema dos Festejos Farroupilhas de 2018, assim como, com o tema da Pesquisa de Campo do 32º Entrevero Cultural de Peões em suas fases: Regional e Estadual, e ressalta a importância deste para a esfera socioeconômica rio-grandense.

O palestrante convidado, foi o Sr. Mozart Ilhas Lima, patrão do Conselho de Vaqueanos do CTG Sentinela da Querência – Erechim/RS. A palestra foi conduzida sob forma de conversa-debate, onde os presentes tiveram a possibilidade de se engajar na história, tirando dúvidas e adquirindo novos conhecimentos sobre a evolução do Rio Grande do Sul.

O Tropeirismo, foi um acontecimento histórico que teve início no século XVIII. Dos campos do Rio Grande do Sul e Paraná saíam numerosas tropas até a feira de Sorocaba em São Paulo, onde os animais eram comercializados.

Os caminhos abertos pelos tropeiros continuaram servindo como principais vias para o comércio e a integração entre o extremo sul e o restante do país. O ciclo do tropeirismo se estendeu até o início do século XX e compôs a identidade histórica e cultural da região sul e das demais regiões por onde os tropeiros passaram, assim como, contribuiu para o desenvolvimento econômico brasileiro possibilitando a comunicação com o extremo sul do país.

Pesquisar o ciclo do Tropeirismo e a sua influência na formação da cultura Rio-Grandense e brasileira, resgatando a história dos tropeiros, principalmente no que se refere aos aspectos sociais, econômicos e culturais, buscar o conhecimento e a preservação da influência tropeira no modo de vida, costumes e tradições da população, ganha relevância, porque a história e a herança cultural do tropeirismo para o estado do Rio Grande do Sul são evidentes em muitas manifestações. Nas cidades Rio-Grandenses que compuseram as rotas dos tropeiros, observam-se traços peculiares, através de materiais bibliográficos, museus, casas da cultura tropeira, arquitetura e culinária, entre outras fontes que contribuem para a formação da identidade histórica regional.

Creio que o Evento Cultural: “A Influência do Tropeirismo na Evolução Socioeconômica do Rio Grande do Sul”, foi de extrema importância para engrandecer o conhecimento, sobre a história e evolução do Rio Grande do Sul, de todos os tradicionalistas que se fizeram presentes. Assim como contribuiu para o meu aprendizado e finalização da minha pesquisa de campo.

FIGURA 34 - Fotos do Evento "A Influência do Tropeirismo na Evolução Socioeconômica do Rio Grande do Sul"



Peão Farrroupilha da 19ª Região Tradicionalista - Yuri Della Costa, indicado pela seta vermelha. Mozart Ilhas Lima - Palestrante e Patrão do Conselho de Vaqueanos do CTG Sentinela da Querência - Erechim/RS, indicado pela seta amarela, conduzindo o debate sobre o Tropeirismo.



Peão Farrroupilha da 19ª Região Tradicionalista - Yuri Della Costa, indicado pela seta vermelha, auxiliando nas explanações sobre: "A Influência do Tropeirismo na Evolução Socioeconômica do Rio Grande do Sul". Indicado pela seta amarela, o palestrante - Sr. Mozart Ilhas Lima.

FIGURA 35 - Fotos do Evento "A Influência do Tropeirismo na Evolução Socioeconômica do Rio Grande do Sul"

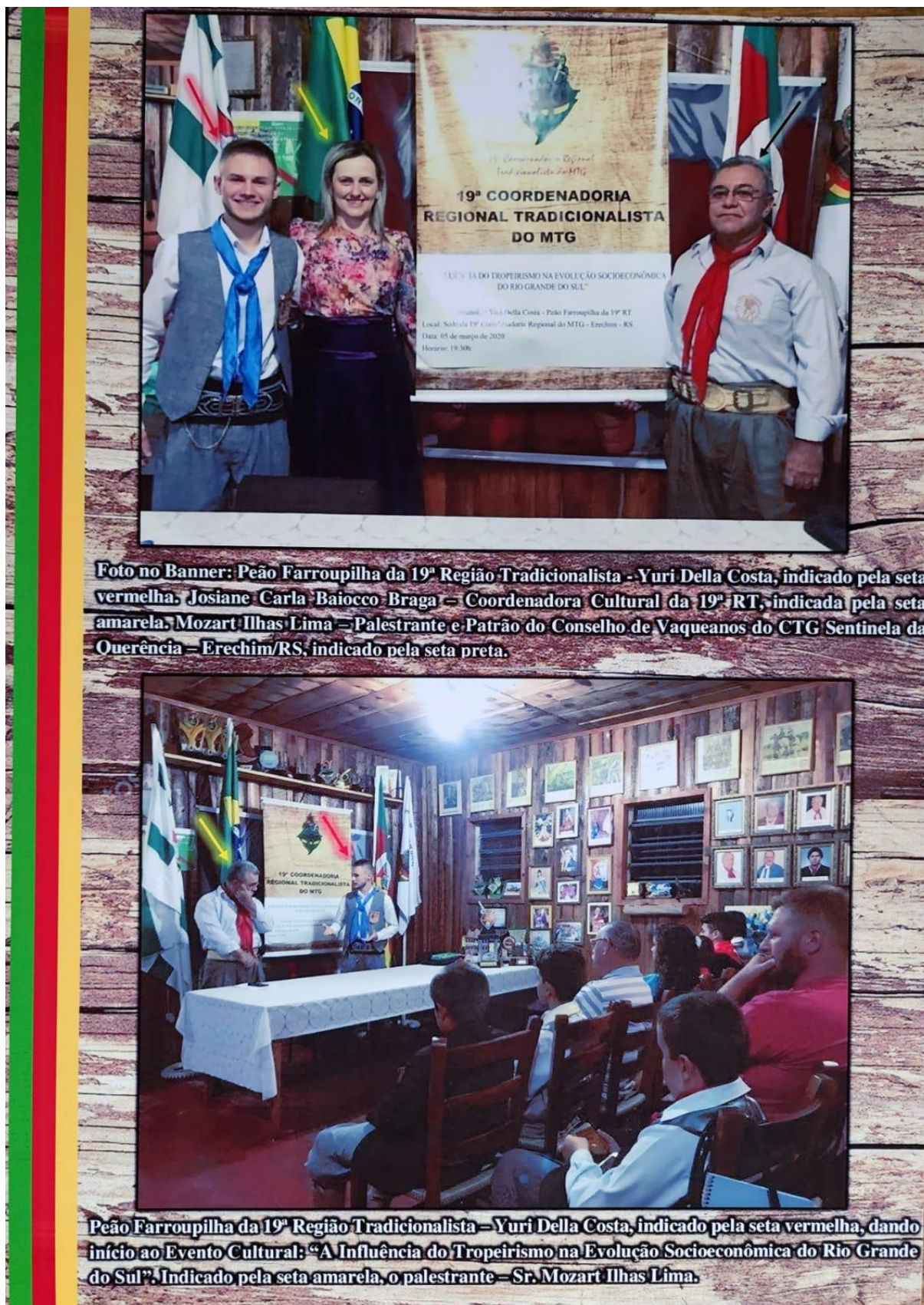


Foto no Banner: Peão Farroupilha da 19ª Região Tradicionalista - Yuri Della Costa, indicado pela seta vermelha. Josiane Carla Baiocco Braga - Coordenadora Cultural da 19ª RT, indicada pela seta amarela. Mozart Ilhas Lima - Palestrante e Patrão do Conselho de Vaqueanos do CTG Sentinela da Querência - Erechim/RS, indicado pela seta preta.

Peão Farroupilha da 19ª Região Tradicionalista - Yuri Della Costa, indicado pela seta vermelha, dando início ao Evento Cultural: "A Influência do Tropeirismo na Evolução Socioeconômica do Rio Grande do Sul". Indicado pela seta amarela, o palestrante - Sr. Mozart Ilhas Lima.

FIGURA 36 - Atestado Comprobatório Evento "A Influência do Tropeirismo na Evolução Socioeconômica do Rio Grande do Sul"



19ª REGIÃO TRADICIONALISTA DO MTG
AV PEDRO PINTO DE SOUZA, Nº 115 CEP 99700-000 - CENTRO – ERECHIM – RS

ATESTADO

A 19ª Região Tradicionalista, através de seu Coordenador Armelindo Rosset, atesta para os devidos fins, que **1º Peão Farroupilha da 19ª Região Tradicionalista Yuri Della Costa**, com o apoio do Departamento Cultural Regional, representado pelas Sra. Josiane Carla Baiocco Braga, realizou no dia 05 de março de 2020, às 19 horas e 30 minutos, na sede da 19ª Região Tradicionalista - Erechim/RS, o Evento Cultural intitulado **"A influência do tropeirismo na evolução socioeconômica do RS"**.

Erechim, 06 de março de 2020.



Armelindo Rosset
Coordenador 19ª RT

"LEMBRANÇA DE ONTEM, TRADIÇÃO DE HOJE, ORGULHO DE SEMPRE!"



APÊNDICE D – TERMO DE AUTORIZAÇÃO DA INSTITUIÇÃO

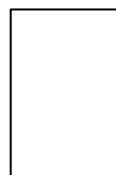


TERMO DE AUTORIZAÇÃO DA INSTITUIÇÃO

Eu, Gilmar Luiz Gasparin, abaixo assinado, responsável pelo CTG Sentinela da Querência, na condição de Patrão desta entidade, autorizo a realização do estudo “O papel do Movimento Tradicionalista Gaúcho – MTG no auxílio do Estado, como instrumento social garantidor de amparo e inclusão a idosos, crianças e adolescentes”, a ser conduzido pelos pesquisadores abaixo relacionados. Fui informado pelo responsável do estudo sobre as características e objetivos da pesquisa, bem como das atividades que serão realizadas na instituição a qual represento, as quais serão as seguintes: Realização de pesquisa através de formulários a serem preenchidos pelos participantes, com a finalidade de retratar a percepção dos integrantes da internada de danças Xirú, quanto aos espaços dos Centros de Tradições Gaúchas, de modo a exprimir a importância do MTG no auxílio do Estado na resolução de seus problemas fundamentais, assim como preconiza o Art. 1º da Carta de Princípios do Movimento Tradicionalista Gaúcho - MTG, a fim de que a sociedade identifique tais problemas de caráter urgente e, adjuntos, se utilize de políticas públicas e de iniciativas sociais integradoras da tão rica e farta cultura e tradição deste Estado para atingirmos a erradicação de problemas sociais desta natureza.

Autorizo a utilização do espaço do CTG Sentinela da Querência para que seja feita a divulgação da pesquisa e entrega dos formulários aos participantes.

Declaro ainda que, os pesquisadores devem estar cientes e sujeitos ao regramento da instituição para acesso a ambientes, profissionais, pacientes e bancos de dados (considerando o que apregoa a Lei Geral de Proteção de Dados no tocante a dados pessoais e dados pessoais sensíveis), além da observância das regras de biossegurança, até o término da pesquisa, sob pena da retirada da autorização, sem aviso prévio.



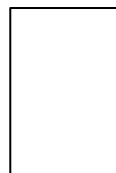
Declaro ter lido e concordado com o parecer ético emitido pelo CEP da instituição proponente, conhecer e cumprir as Resoluções Éticas Brasileiras, em especial a Escrever a resolução que se aplica: Resolução CNS 510/16. Esta instituição está ciente de suas responsabilidades como instituição coparticipante do presente projeto de pesquisa e de seu compromisso no resguardo da segurança e bem-estar dos participantes de pesquisa nela recrutados, possibilitando condições mínimas necessárias para a garantia de tal segurança e bem-estar.

Erechim, _____ de _____ de _____.

Gilmar Luiz Gasparin
Patrão do CTG Sentinela da Querência

Lista Nominal de Pesquisadores:

Pesquisador: Yuri Della Costa. **Contato:** (54) 99606-5368
Orientadora: Professora Ma. Andréa Mignoni. **Contato:** (54) 99118-2684



Observação: todos os pesquisadores que vierem a participar do estudo deverão ter o seu nome informado. Poderá ser vedado o acesso à Instituição às pessoas cujo nome não constar neste documento.

ANEXO A – PARECER DE APROVAÇÃO DO PROJETO DE PESQUISA

UNIVERSIDADE REGIONAL
INTEGRADA DO ALTO DO
URUGUAI E DAS MISSÕES -
URI/CAMPUS DE ERECHIM/RS



PARECER CONSUBSTANCIADO DO CEP

DADOS DO PROJETO DE PESQUISA

Título da Pesquisa: O papel do Movimento Tradicionalista Gaúcho MTG no auxílio do Estado, como instrumento social garantidor de amparo e inclusão a idosos, crianças e adolescentes

Pesquisador: Andréa Mignoni Zanatta

Área Temática:

Versão: 2

CAAE: 70833223.4.0000.5351

Instituição Proponente: Universidade Reg. Int. do Alto do Uruguai e das Missões - URI - Campus

Patrocinador Principal: Financiamento Próprio

DADOS DO PARECER

Número do Parecer: 6.164.948

Apresentação do Projeto:

O presente estudo visa identificar a visibilidade do Movimento Tradicionalista Gaúcho, quanto a sua participação, associação e auxílio no desenvolvimento das crianças e adolescentes, principalmente no que tange à aspectos como a educação e a cultura, assim como, as percepções

pessoas quanto aos espaços dos Núcleos Tradicionalista que frequentam, em comparação com os espaços públicos. O estudo é de caráter transversal, exploratório. Será desenvolvido na Universidade Regional Integrada do Alto Uruguai e das Missões (URI) no município de Erechim-RS de 01 agosto de 2023 a 31 de novembro de 2023. Será aplicado um questionário aos integrantes, maiores de idade, da invernada XIRÚ do CTG Sentinela da Querência, da cidade de Erechim-RS.

Serão coletados dados de aproximadamente 50 pessoas no período do estudo. As variáveis de interesse que serão pesquisadas de acordo com o instrumento de coleta de dados serão: seus conhecimentos e percepções acerca do comportamentos dos filhos, crianças e adolescentes que

frequentam ou já frequentaram o núcleo tradicionalista, após a sua inserção no mesmo; Assim como as suas percepções pessoais quanto aos espaços em que estão inseridos. Além disso, o participante precisa ter mais de 18 anos para poder fazer parte do estudo descrito. O estudo será realizado utilizando um questionário que será aplicado pelo acadêmico pesquisador em dia de ensaio da invernada Xirú do CTG Sentinela da Querência, de acordo com a disponibilidade, juntamente com o termo TCLE (apêndice C) que será disponibilizado aos participantes;

Endereço: Av. Sete de Setembro, 1621, prédio 01, sala 1.37

Bairro: Fátima

CEP: 99.709-910

UF: RS

Município: ERECHIM

Telefone: (54)3520-9000

Fax: (54)3520-9090

E-mail: eticacomite@uricer.edu.br

**UNIVERSIDADE REGIONAL
INTEGRADA DO ALTO DO
URUGUAI E DAS MISSÕES -
URI/CAMPUS DE ERECHIM/RS**



Continuação do Parecer: 6.164.948

Desenvolver-se-á o seguinte estudo visando à importância e a incontestável relevância social, assim como, se mostra necessário ao observarmos a enorme lacuna existente quando comparamos o papel do MTG com seu auxílio social assistencial para com o Estado na resolução dos seus problemas fundamentais e a real efetividade dos programas governamentais que possuem esta mesma finalidade.

Objetivo da Pesquisa:

Objetivo primário:

Analisar o papel do Movimento Tradicionalista Gaúcho – MTG no auxílio do Estado, como instrumento social garantidor de amparo e inclusão a idosos, crianças e adolescentes.

Objetivo Secundário:

Pesquisar os meios legais e instrumentos sociais garantidores de amparo e inclusão a idosos, crianças e adolescentes.

Conhecer e explorar o Movimento Tradicionalista Gaúcho, assim como, sua função como instrumento para resolução de problemas sociais.

Demonstrar a efetividade na resolução dos problemas sociais apresentados, por meio das ações e projetos voluntários do Movimento Tradicionalista Gaúcho e seus integrantes.

Avaliação dos Riscos e Benefícios:

Riscos:

Esta pesquisa possui riscos mínimos ao participante, que se limita ao possível, mas não provável e não esperado, desconforto ao preencher o questionário, por ser um tema que aborda sobre percepções pessoas. Os participantes serão informados e esclarecidos que poderão desistir a qualquer momento durante o preenchimento das questões.

Benefícios:

Esperamos que este estudo traga informações importantes acerca da percepção dos participantes quanto aos locais que frequentam, e buscamos a comprovação de que os espaços nos núcleos tradicionalistas são mais seguros, têm menos preconceitos, são mais inclusivos e possuem mais interação social, principalmente no que tange às relações entre gerações, de forma que o conhecimento que será construído a partir desta pesquisa possa servir como norteador para o auxiliar o Estado na resolução dos seus problemas, como preceitua o artigo primeiro da Carta de Princípios do Movimento Tradicionalista Gaúcho, onde o pesquisador se compromete a divulgar os resultados obtidos, respeitando-se o sigilo das informações coletadas, conforme previsto no item

Endereço: Av. Sete de Setembro, 1621, prédio 01, sala 1.37

Bairro: Fátima **CEP:** 99.709-910

UF: RS **Município:** ERECHIM

Telefone: (54)3520-9000

Fax: (54)3520-9090

E-mail: eticacomite@uricer.edu.br

**UNIVERSIDADE REGIONAL
INTEGRADA DO ALTO DO
URUGUAI E DAS MISSÕES -
URI/CAMPUS DE ERECHIM/RS**



Continuação do Parecer: 6.164.948

anterior. O estudo tem como finalidade comparar, através da percepção de integrantes do CTG, os espaços públicos que frequentam, e os espaços dos Centros de Tradições Gaúchas, exprimindo a importância do MTG nesta seara, de modo que a sociedade identifique tais problemas de caráter urgente e, adjunto do Estado, se utilize de políticas públicas e de iniciativas sociais integradoras da tão rica e farta cultura e tradição deste Estado para atingirmos a erradicação de problemas sociais desta natureza.

Comentários e Considerações sobre a Pesquisa:

A pesquisa apresenta um tema significativo e de relevância.

Considerações sobre os Termos de apresentação obrigatória:

Foram apresentados.

Recomendações:

Realizar a pesquisa cumprindo todas as recomendações éticas.

Conclusões ou Pendências e Lista de Inadequações:

Todas realizadas conforme solicitado pelo Comitê.

Considerações Finais a critério do CEP:

Tendo em vista a legislação vigente, deve ser encaminhado ao CEP-URI/Plataforma Brasil o relatório final (TCC, monografia, dissertação, artigo, etc.) ao término do trabalho, via notificação, para que sejam devidamente apreciadas, conforme Norma Operacional CNS nº001/13, item XI.2.d. Qualquer modificação do projeto original deve ser apresentada a este CEP, de forma objetiva e com justificativas, para nova apreciação, via recurso da EMENDA. Na submissão de EMENDAS, deve ser inserido o Documento de Solicitação de Emenda ao Protocolo (Modelo do Documento na página do CEP). Salientamos que os cuidados com os protocolos de biossegurança devem ser mantidos sempre houver contato/proximidade com os participantes da pesquisa. Diante do exposto, o Comitê de Ética em Pesquisa – CEP, de acordo com as atribuições definidas na Resolução CNS n.º 510, de 2016, na Resolução CNS n.º 466, de 2012, e na Norma Operacional n.º 001, de 2013, do CNS, manifesta-se pela aprovação do protocolo de pesquisa proposto.

Este parecer foi elaborado baseado nos documentos abaixo relacionados:

Tipo Documento	Arquivo	Postagem	Autor	Situação
----------------	---------	----------	-------	----------

Endereço: Av. Sete de Setembro, 1621, prédio 01, sala 1.37

Bairro: Fátima **CEP:** 99.709-910

UF: RS **Município:** ERECHIM

Telefone: (54)3520-9000 **Fax:** (54)3520-9090 **E-mail:** eticacomite@uricer.edu.br

**UNIVERSIDADE REGIONAL
INTEGRADA DO ALTO DO
URUGUAI E DAS MISSÕES -
URI/CAMPUS DE ERECHIM/RS**



Continuação do Parecer: 6.164.948

Informações Básicas do Projeto	PB_INFORMAÇÕES_BÁSICAS_DO_PROJETO_2164378.pdf	05/07/2023 10:42:45		Aceito
Outros	Carta_Resposta.docx	05/07/2023 10:41:15	Andréa Mignoni Zanatta	Aceito
Outros	FORMULARIODEPESQUISA.docx	05/07/2023 10:39:55	Andréa Mignoni Zanatta	Aceito
Projeto Detalhado / Brochura Investigador	Projeto.docx	05/07/2023 10:39:18	Andréa Mignoni Zanatta	Aceito
Declaração de Instituição e Infraestrutura	TAI_AUTORIZACAO_DA_INSTITUICAO.docx	27/06/2023 08:37:17	Andréa Mignoni Zanatta	Aceito
TCLE / Termos de Assentimento / Justificativa de Ausência	TCLE.docx	27/06/2023 08:36:40	Andréa Mignoni Zanatta	Aceito
Folha de Rosto	FolhaRosto.pdf	27/06/2023 08:24:31	Andréa Mignoni Zanatta	Aceito
Outros	Tipificacao.pdf	19/06/2023 10:47:53	Andréa Mignoni Zanatta	Aceito

Situação do Parecer:

Aprovado

Necessita Apreciação da CONEP:

Não

ERECHIM, 05 de Julho de 2023

Assinado por:
CLAODOMIR ANTONIO MARTINAZZO
(Coordenador(a))

Endereço: Av. Sete de Setembro, 1621, prédio 01, sala 1.37
Bairro: Fátima **CEP:** 99.709-910
UF: RS **Município:** ERECHIM
Telefone: (54)3520-9000 **Fax:** (54)3520-9090 **E-mail:** eticacomite@uricer.edu.br

ANEXO B - CARTA DE PRINCÍPIOS DO MTG



Movimento Tradicionalista Gaúcho

Carta de Princípios

A “Carta de Princípios” foi aprovada no VIII Congresso Tradicionalista, realizado de 20 a 23 de julho de 1961, em Taquara, e fixa os seguintes objetivos do Movimento Tradicionalista Gaúcho:

- I - Auxiliar o Estado na solução dos seus problemas fundamentais e na conquista do bem coletivo.
- II - Cultuar e difundir nossa História, nossa formação social, nosso folclore, enfim, nossa Tradição, como substância basilar da nacionalidade.
- III - Promover, no meio do nosso povo, uma retomada de consciência dos valores morais do gaúcho.
- IV - Facilitar e cooperar com a evolução e o progresso, buscando a harmonia social, criando a consciência do valor coletivo, combatendo o enfraquecimento da cultura comum e a desagregação que daí resulta.
- V - Criar barreiras aos fatores e ideias que nos vem pelos veículos normais de propaganda e que sejam diametralmente opostos ou antagônicos aos costumes e pendores naturais do nosso povo.
- VI - Preservar o nosso patrimônio sociológico representado, principalmente, pelo linguajar, vestimenta, arte culinária, forma de lides e artes populares.
- VII - Fazer de cada CTG um núcleo transmissor da herança social e através da prática e divulgação dos hábitos locais, noção de valores, princípios morais, reações emocionais, etc.; criar em nossos grupos sociais uma unidade psicológica, com modos de agir e pensar coletivamente, valorizando e ajustando o homem ao meio, para a reação em conjunto frente aos problemas comuns.
- VIII - Estimular e incentivar o processo aculturativo do elemento imigrante e seus descendentes.
- IX - Lutar pelos direitos humanos de Liberdade, Igualdade e Humanidade.
- X - Respeitar e fazer respeitar seus postulados iniciais, que têm como característica essencial a absoluta independência de sectarismos político, religioso e racial.
- XI - Acatar e respeitar as leis e poderes públicos legalmente constituídos, enquanto se mantiverem dentro dos princípios do regime democrático vigente.
- XII - Evitar todas as formas de vaidade e personalismo que buscam no Movimento Tradicionalista veículo para projeção em proveito próprio.
- XIII - Evitar toda e qualquer manifestação individual ou coletiva, movida por interesses subterrâneos de natureza política, religiosa ou financeira.
- XIV - Evitar atitudes pessoais ou coletivas que deslustrem e venham em detrimento dos princípios da formação moral do gaúcho.
- XV - Evitar que núcleos tradicionalistas adotem nomes de pessoas vivas.
- XVI - Repudiar todas as manifestações e formas negativas de exploração direta ou indireta do Movimento Tradicionalista.
- XVII - Prestigiar e estimular quaisquer iniciativas que, sincera e honestamente, queiram perseguir objetivos correlatos com os do tradicionalismo.
- XVIII - Incentivar, em todas as formas de divulgação e propaganda, o uso sadio dos autênticos motivos regionais.
- XIX - Influir na literatura, artes clássicas e populares e outras formas de expressão espiritual de nossa gente, no sentido de que se voltem para os temas nativistas.
- XX - Zelar pela pureza e fidelidade dos nossos costumes autênticos, combatendo todas as manifestações individuais ou coletivas, que artificializem ou descaracterizem as nossas coisas tradicionais.
- XXI - Estimular e amparar as células que fazem parte de seu organismo social.
- XXII - Procurar penetrar e atuar nas instituições públicas e privadas, principalmente nos colégios e no seio do povo, buscando conquistar para o Movimento Tradicionalista Gaúcho a boa vontade e a participação dos representantes de todas as classes e profissões dignas.
- XXIII - Comemorar e respeitar as datas, efemérides e vultos nacionais e, particularmente o dia 20 de setembro, como data máxima do Rio Grande do Sul.
- XXIV - Lutar para que seja instituído, oficialmente, o Dia do Gaúcho, em paridade de condições com o Dia do Colono e outros “Dias” respeitados publicamente.
- XXV - Pugnar pela independência psicológica e ideológica do nosso povo.
- XXVI - Revalidar e reafirmar os valores fundamentais da nossa formação, apontando às novas gerações rumos definidos de cultura, civismo e nacionalidade.
- XXVII - Procurar o despertamento da consciência para o espírito cívico de unidade e amor à Pátria.
- XXVIII - Pugnar pela fraternidade e maior aproximação dos povos americanos.
- XXIX - Buscar, finalmente, a conquista de um estágio de força social que lhe dê ressonância nos Poderes Públicos e nas classes rio-grandenses para atuar real, poderosa e eficientemente, no levantamento dos padrões de moral e de vida do nosso Estado, rumando, fortalecido, para o campo e homem rural, suas raízes primordiais, cumprindo, assim, sua alta destinação histórica em nossa Pátria.

Autor: Glaucus Saraiva



MTG 2016 - 50 ANOS
Administração: DE MÃOS DADAS
Presidente: Nairioli Antunes Callegaro

